

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

RODRIGO CASTRIOTA

**URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E PLANETÁRIA:  
FORMULAÇÕES CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS**

Belo Horizonte  
2016

Rodrigo Castriota

**URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E PLANETÁRIA:  
FORMULAÇÕES CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís Monte-Mór  
(Cedeplar/EA/UFMG)

Belo Horizonte  
2016

Ficha Catalográfica

C355u  
2016

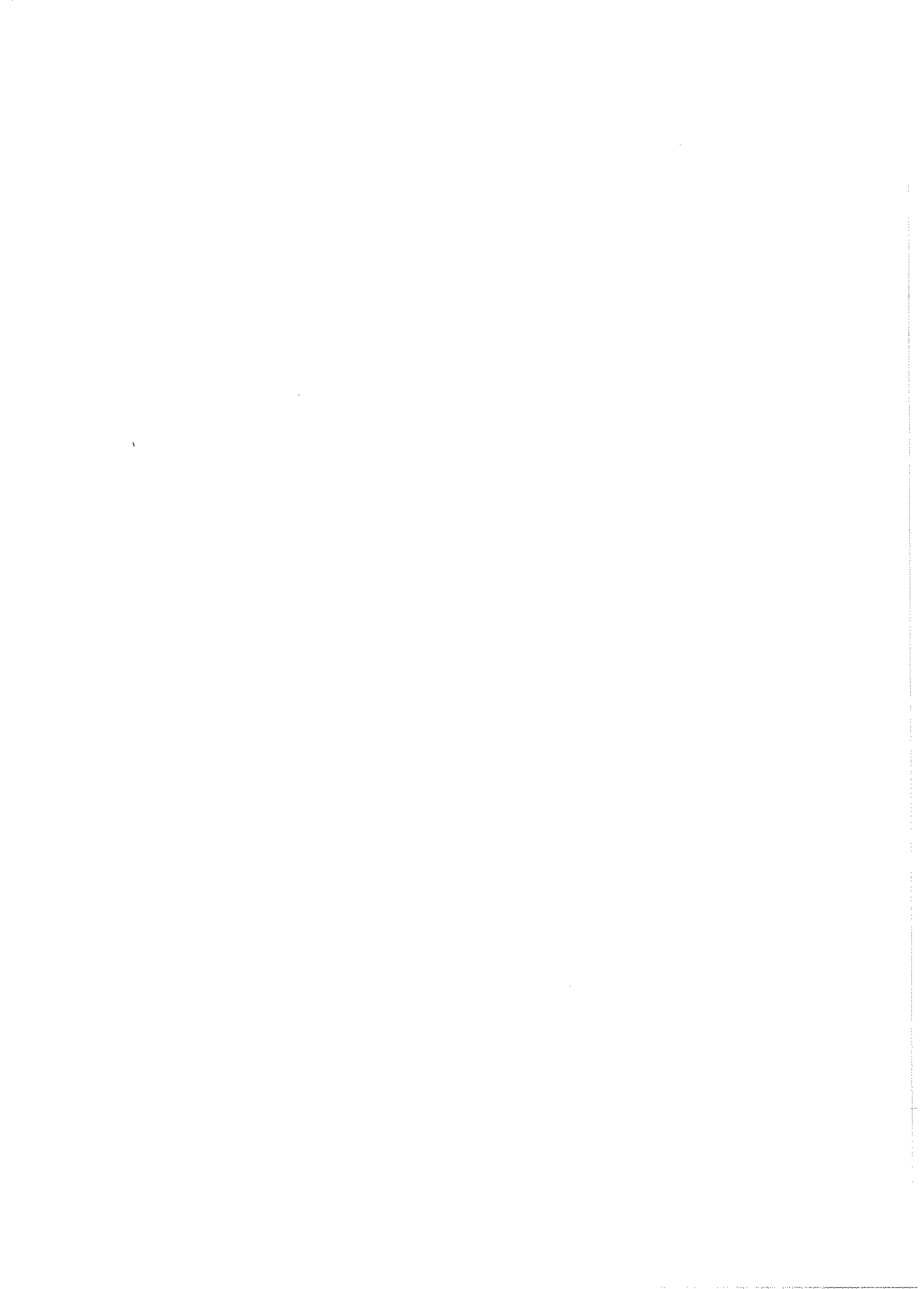
Castriota, Rodrigo.  
Urbanização extensiva e planetária [manuscrito] : formulações clássicas e contemporâneas / Rodrigo Castriota. – 2016.  
158 f.: il., gráfs.

Orientador: Roberto Luís Monte-Mór.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia (f. 150-157) e anexos.

1. Lefebvre, Henri, 1905- . 2. Urbanização – Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 333.7715

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM030/2016



*Para Mariazinha Castriota*

## AGRADECIMENTOS

Aos quatro pontos de inflexão da minha vida: Ciro Nogueira, Carnaval de BH, Bicicleta e Roberto Monte-Mór.

Àqueles que deram suporte para que as inflexões não se traduzissem em colapsos mentais: Regina, Ronaldo, Juliana, Ricardo, Marilza, Reynaldo e Renata Castriota.

À tia Elza porque ela é maravilhosa e merece um agradecimento só pra ela.

À melhor equipe de consultoria reflexiva-prática-teórica-existencial que é possível ter: Potter, Token, Snoopy, Hernani, Ciro, Diegos e Rafa.

Ao amigo-professor-orientador-pai-mãe-irmão Roberto Monte-Mór, pelas incontáveis oportunidades e por tornar agradável e divertido um processo tão radical.

Aos irmãos recém adquiridos, Harley, João e Felipe e aos amigxs Marcos, Rita, Heloísa e Geraldo.

À Mariângela Paraizo, a biblioteca mais agradável de se consultar. E, claro, obrigado também pelos livros.

Aos amigxs-pares-cedeplarianxs, principalmente Alysson, Thiago, Phillipe, Ana, Camila, Lucas, Bill e Ian.

Aos amigos-profs-cedeplarianxs, em especial Ana Hermeto, Ana Flávia e Rodrigo Simões.

Aos participantes da disciplina *A Questão Urbana no Brasil* por todo o aprendizado, paciência e diálogo.

Aos amigos do facebook que responderam prontamente à hashtag #ajudafacebook.  
Aos amigos carnavalescos [aqui materializados na tríade Bruno-Mateus-Dione] pelo *sentido* que deram (e dão) para a palavra “festa”.

À Erik Satie, Brad Mehldau e quem quer que tenha criado o canal YellowBrickCinema, pelas trilhas sonoras fundamentais para redação deste trabalho.

À Capes e ao CEDEPLAR/UFMG, por terem possibilitado este trabalho.

Por fim, carregando todo o drama necessário, à Renata, pelos ensinamentos valiosos, pelo carinho e pela parceria completa.

*O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma  
tamanho imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos.*  
(Milton Santos)

## RESUMO

O processo de *urbanização planetária* (re)emergiu recentemente como uma das grandes narrativas no campo dos estudos urbanos e regionais, fez intensificar o resgate de Henri Lefebvre na contemporaneidade, mas, ao mesmo tempo, ainda tem um diálogo restrito com algumas das formulações clássicas acerca do urbano e da urbanização extensiva. Este trabalho revisita criticamente essas teorias (e práticas) urbanas clássicas e contemporâneas a partir da perspectiva do *urbano* de Henri Lefebvre e da teorização lefebvriana de Monte-Mór sobre o processo de urbanização extensiva. Parte-se do debate sobre as origens da cidade e das primeiras aglomerações – através das narrativas de Lewis Mumford, Jane Jacobs e Edward Soja – perpassando o papel central do espaço e do imaginário espacial. Posteriormente, apresentam-se as formulações contemporâneas com ênfase nos trabalhos de Neil Brenner e Christian Schmid. Destacamos sua concepção do urbano, da urbanização, da teoria social crítica e de seu papel atual diante das instrumentalizações e discursos sobre a cidade. Ao final, estabelece-se um diálogo entre formulações clássicas e contemporâneas. Desta articulação surge a crítica das formulações contemporâneas e, finalmente, uma prospectiva urbana fundamentada na via do possível, nas possibilidades emancipatórias emergentes que não perdem de vista os obstáculos imediatos, que apontam na direção da diferença, da simultaneidade e do encontro.

**Palavras-chave:** Urbanização Extensiva. Urbanização Planetária. Henri Lefebvre. Implosão-Explosão.

## ABSTRACT

The *planetary urbanization* process recently (re)emerged as one of the great narratives in the field of urban and regional studies, intensified contemporary recovery of Henri Lefebvre's oeuvre but, at the same time, still has limited dialogue with some of the classical formulations on the urban and the extended urbanization process. This dissertation critically reviews urban and urbanization theories (and practices), classical and contemporaneous, drawing from Henri Lefebvre's *urban* and Monte-Mór's lefebvrian theorization of extended urbanization process. The argument departs from the debate over the origins of cities and agglomerations – through the narratives of Lewis Mumford, Jane Jacobs and Edward Soja – passing through the central role of space and spatial imaginary. Further on, we present the contemporaneous formulations emphasizing the work of Neil Brenner and Christian Schmid. We highlight their conceptions on the urban, urbanization and critical social theory and its role before instrumentalizations and discourses on the city. Finally, we set up a dialogue between classical and contemporaneous formulations. From this articulation derives the critique of contemporaneous formulations and, ultimately, an urban prospective grounded on the *possible*, on the emerging emancipatory possibilities that do not lose sight of immediate obstacles, that point towards difference, simultaneity and encounter.

**Key Words:** Extended Urbanization. Planetary Urbanization. Henri Lefebvre. Implosion-Explosion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 1 - O eixo temporal de Henri Lefebvre.....                         | 43  |
| FIGURA 2 – Momentos e dimensões da urbanização .....                      | 99  |
| FIGURA 3 - Tipologia da Suíça urbana.....                                 | 110 |
| FIGURA 4 – Proposta de morfologia para a Cidade-Região .....              | 131 |
| FIGURA 5 - A representação da <i>doxa</i> .....                           | 145 |
| FIGURA 6 - O <i>espaço da resistência</i> e suas três representações..... | 146 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 11  |
| <b>1 FORMULAÇÕES CLÁSSICAS</b> .....                              | 16  |
| 1.1 A precedência da cidade e a prioridade da espacialidade ..... | 16  |
| 1.2 A sequência convencional e a influência da aldeia .....       | 25  |
| 1.3 Da industrialização ao <i>urbano</i> .....                    | 42  |
| 1.4 Urbanização extensiva .....                                   | 55  |
| <b>2 FORMULAÇÕES CONTEMPORÂNEAS</b> .....                         | 72  |
| 2.1 Estudos urbanos ou estudos das cidades? .....                 | 72  |
| 2.2 Rumo a uma nova epistemologia do urbano? .....                | 77  |
| 2.3 It all comes together in... Switzerland? .....                | 103 |
| <b>3 FORMULAÇÕES CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS</b> .....             | 115 |
| 3.1 Elementos clássicos contemporâneos .....                      | 115 |
| 3.2 Crítica das formulações contemporâneas .....                  | 118 |
| 3.3 Prospectiva e perspectiva .....                               | 133 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 150 |
| <b>ANEXO A – Moments and Dimensions of Urbanization</b> .....     | 158 |

## INTRODUÇÃO

A *urbanização planetária* (re)emergiu contemporaneamente como uma das grandes narrativas no campo dos estudos urbanos, fez intensificar o resgate de Henri Lefebvre na contemporaneidade, mas, ao mesmo tempo, ainda tem um diálogo restrito com algumas formulações clássicas acerca do urbano e da urbanização extensiva. Sob a perspectiva do urbano-planetário foi produzido, nos últimos cinco anos, um grande número de trabalhos entre tentativas de teorização e críticas aos trabalhos preliminares. A magnitude desse debate e a forma com a qual a teoria do urbano-extensivo se ensambla na realidade contemporânea em diversos contextos espaciais se anunciam, em termos teóricos e práticos (portanto políticos), desde os anos 1980, no Brasil.

O consenso, até então, parece estar na base teórica que fundamenta os trabalhos em urbanização extensiva ou planetária, enraizada no trabalho seminal de Henri Lefebvre de 1970, *La Révolution Urbaine*: “Partimos de uma hipótese: a *urbanização completa da sociedade*” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 15). Mas por que estudar processos de urbanização? De um lado, existe uma perspectiva que dá cada vez mais importância a esses processos para compreensão do movimento (e da sobrevivência) do capitalismo. Como David Harvey (2015) colocou recentemente, em São Paulo, a acumulação de capital depende cada vez mais da urbanização como “elemento fundante” do capital. O futuro do capitalismo será determinado não apenas pela luta de classes, mas também pela articulação dos processos de urbanização. Por outro lado, esses processos não apenas garantem a acumulação capitalista e a operacionalização de áreas antes isoladas da economia internacional. Nos países periféricos (de espaço incompletamente organizado<sup>1</sup>), a heterogeneidade e o hibridismo de formas e processos socioespaciais também *podem* produzir o fortalecimento de lutas sociais ou mesmo novas formas de integração econômica e social que não necessariamente apontam na direção da reprodução de relações de produção capitalistas. Assim, para além da concepção teórica lefebvriana do espaço e do urbano, as perspectivas que envolvem o desenvolvimento dessas bases teóricas também podem ser bastante diferentes.

Filósofo americano com formação complementar em Ciência Política e Geografia, Neil Brenner<sup>2</sup> é o responsável pela reflorescimento dessa agenda de pesquisa em parceria com o

---

<sup>1</sup> Ver Milton Santos (1978).

<sup>2</sup> Professor de Teoria Urbana na *Graduate School of Design* de Harvard e diretor do Urban Theory Lab.

sociólogo e geógrafo suíço Christian Schmid<sup>3</sup>. Desde 2011, os autores tem publicado vários trabalhos na tentativa de desconstruir algumas ideias (re e con)correntes nos estudos urbanos, simultâneo a um esforço de consolidar uma rede heterogênea (em termos temporais e espaciais) de pesquisadores no tema. Essa agenda de pesquisa contemporânea surgiu, em grande medida, em combate ao chamado *discurso da era urbana*<sup>4</sup> que se tornou popular – para não dizer ‘viral’ – no meio acadêmico, político e jornalístico a partir do relatório das Nações Unidas publicado em 2007 conclamando um período único na história da humanidade em que mais da metade da população mundial estaria vivendo em cidades (UN-HABITAT, 2007). Brenner e Schmid se apresentaram contra essa narrativa e construíram uma espécie de contra-narrativa de duplo caráter. De início, combater o Discurso da Era Urbana denunciando seu caráter homogeneizante e obscurantista, mostrando as consequências catastróficas (potenciais e imediatas) de sua instrumentalização. Em seguida, consolidar uma agenda de pesquisa reposicionando *a questão urbana* no contexto espacial-temporal-societal contemporâneo, a partir de uma reformulação das bases da teoria urbana e dos estudos urbanos, qual seja, *uma nova epistemologia do urbano*.

A aparente revolução no campo dos estudos urbanos<sup>5</sup> trouxe simultaneamente uma série de entusiastas e uma avalanche de críticas. Colocando de lado por um instante o conteúdo dos elogios e ataques, o fato é que adeptos e críticos contribuíram para uma grande visibilidade do tema e para um fortalecimento do debate em âmbito internacional. Os trabalhos associados a esse reflorescimento do processo de urbanização em escala global e a consequente revisão epistemológica do urbano são tratados neste trabalho como *formulações contemporâneas* em contrapartida às *formulações clássicas*, estas últimas abrangendo desde a formação geohistórica<sup>6</sup> das cidades até a formação do espaço urbano-regional brasileiro através do processo de *urbanização extensiva*, desenvolvida a partir do início dos anos 1980 por Roberto Monte-Mór.

Assim como Brenner e Schmid, Monte-Mór tomou como base os trabalhos dos autores neomarxistas dos anos 1970 – sobretudo as formulações acerca da *problemática urbana* de Henri Lefebvre – para construir um aparato teórico capaz de compreender criticamente o processo (incompleto) de modernização no Brasil. A pesquisa monte-moriana envolve não

<sup>3</sup> Professor de Sociologia no *Department of Architecture* na EHT-Zurich e pesquisador na *EHT Studio Basel* e no *Contemporary City Institute*.

<sup>4</sup> Tradução própria do termo usado por Brenner (2011), *Urban Age Discourse*.

<sup>5</sup> A primeira formulação disponível da pesquisa de Neil Brenner em 2011 é intitulada “A questão da urbanização, ou o campo anteriormente conhecido como Estudos Urbanos”.

<sup>6</sup> Para escapar ao vício historicista e, simultaneamente, assegurar a inseparabilidade do social, do histórico e do espacial, Soja (2000) utiliza o termo *geohistória*. Trata-se de afirmar o poder interpretativo da geografia junto à história que, sobretudo a partir do século XIX, dominou o imaginário intelectual.

apenas a teorização, mas a avaliação crítica dos efeitos do processo de urbanização (extensiva) das regiões Norte e Centro-Oeste do país atingidas pela extensão do tecido urbano-industrial. O sentido da metáfora lefebvriana do urbano no Brasil é, então, encontrado na multiplicidade temporal-espacial-social de formas e processos que ocorre(ra)m na Fronteira Amazônica, sobretudo a partir de 1970. Para Monte-Mór (2004, p. 311), ela pode ser vista como uma “janela paradigmática” através da qual podemos ver e compreender a formação do espaço urbano-regional brasileiro incompletamente organizado que combina “processos socioespaciais pré-cabralianos e práticas sociais e formas espaciais globalizadas contemporâneas”, o que, argumenta-se neste trabalho, aponta na direção da *diferença* lefebvriana e se torna fundamental para iluminar possibilidades emancipatórias insuficientemente contempladas na agenda de pesquisa contemporânea.

De fato, em larga medida, alterou-se a percepção e a consciência das vozes das comunidades neocolonizadas – entre índios, garimpeiros, seringueiros, trabalhadores sem-terra, etc. – em diferentes esferas da vida quotidiana, do espaço de vida, inclusive as grandes regiões agrárias atingidas pelo processo de urbanização extensiva. Esse sentido lefebvriano do *urbano* se fez presente nos trabalhos de Monte-Mór a partir de 1988, em sua primeira formulação da *urbanização extensiva*, e segue presente nos trabalhos posteriores (e contemporâneos), na avaliação crítica das ameaças da produção capitalista do espaço, por um lado, mas também fortemente engajado nas possibilidades de emancipação associadas ao *urbano-utopia*, por outro.

Este trabalho irá revisitar as bases e formulações teóricas do *urbano*, da *urbanização extensiva* montemoriana e da *planetary urbanization* de Brenner e Schmid, a fim de esclarecer alguns pontos críticos do debate corrente e estabelecer pontos de confluência e diálogo.

No primeiro capítulo, perseguiremos parte da geohistória da aglomeração para compreender sua formação e sua transição para o *urbano*. Nos termos de Edward Soja (1989, 2000) será apresentada a dialética socioespacial e a importância do imaginário espacial para compreender e (re)escrever a geohistória das cidades e do urbano. Será usado também o argumento de Jane Jacobs que, em 1969, conclamou a precedência das cidades sobre o desenvolvimento agrícola. Em 2000, o próprio Soja resgatou, inspirado em Jacobs, os trabalhos arqueológicos de Kenyon (1967) para (re)construir a cidade lendária de Jericó. Recentemente, ambas as hipóteses foram arqueologicamente descartadas (SMITH *et al*, 2014), mas sua importância para a consciência espacial e para a teoria social perduram. Em seguida, será apresentada a narrativa histórica convencional do surgimento da cidade e da influência da aldeia

em seu processo de formação, com ênfase nos elementos da aldeia de Lewis Mumford, os quais, argumentamos, vem ganhando mais importância contemporaneamente.

Apresentaremos a construção e o sentido do *urbano* a partir de Henri Lefebvre. Sua obra oferece suporte teórico para as formulações aqui apresentadas sobre a urbanização extensiva e planetária. Lefebvre esclarece o que é (e, ao mesmo tempo, o que pode ser) o urbano e apresenta suas implicações para a sociedade apontando um horizonte luminoso e denunciando o mecanismo pelo qual esse horizonte nos escapa aos olhos. Em seguida, trataremos da teorização de Monte-Mór acerca do processo de *urbanização extensiva* e suas implicações no território brasileiro. O autor desenvolve uma (re)construção (lefebvriana) da geohistória da urbanização brasileira (particularmente na Fronteira Amazônica) que será importante para esclarecer algumas interpretações contemporâneas acerca da urbanização planetária. Além disso, serão expostas possibilidades emancipatórias que emergiram a partir das especificidades contextuais geohistóricas na Amazônia e de outras realidades viabilizadas pela urbanização extensiva.

No segundo capítulo será apresentada a *urbanização planetária* de Brenner e Schmid. Para tal será preciso compreender a crítica do objeto de pesquisa dos estudos urbanos, entender o papel da cidade na contemporaneidade e desvendar o que está por trás do discurso da era urbana. Faremos uma exposição crítica da primeira parte do projeto de Brenner e Schmid (2015a) para o desenvolvimento de uma nova epistemologia do urbano e de suas teses em urbanização. Além disso, serão expostos os trabalhos incorporados aos estudos em urbanização planetária com ênfase nas diferentes perspectivas entre autores de diferentes partes do mundo.

O capítulo terceiro retoma as formulações clássicas e contemporâneas confrontando-as, buscando diálogos e interações entre autores e teorias. Ele recupera alguns das contradições e elementos apresentados nos capítulos iniciais que se desdobram na crítica das formulações contemporâneas. A apropriação dos autores clássicos por parte dos contemporâneos culmina em uma sessão final que nos remete ao *urbano* lefebvriano como horizonte iluminador fundado em uma *prática social*. Apresentamos as perspectivas através de autores que tentam desvendar possibilidades associadas ao processo de urbanização, mantendo a perspectiva crítica e a atenção sobre o imediato, ou aquilo que se diz “real”.

Esse trabalho poderá (possivelmente será) lido por muitos como “otimista”. Claro, esta é uma possível leitura: a leitura do *impossível*, sob a égide da *era industrial*, do espaço abstrato como predominância irrevogável, das racionalidades hegemônicas inexoráveis, mesmo diante das inúmeras possibilidades que vemos emergir contemporaneamente. É recomendável e desejável, no entanto, uma abertura para a transição, para a *era urbana*. Ademais, mesmo em

termos “teóricos”, não se trata de otimismo, mas sim de fazer jus ao trabalho de Henri Lefebvre que aponta a *positividade* a partir da crítica do passado e do presente e a partir do desvendamento de um futuro possível, virtual. Essa perspectiva é, sem dúvida, fundamental para compreendermos e libertarmos de maneira concreta (prática, política) o novo que pede para nascer. Dê a ela uma chance: essa positividade (lúcida e fundamentada) na perspectiva (abstrata) e na ação (utópica-concreta) desloca e amplia a visão de mundo; descortina o eminente e ameniza o imediato; acerta a postura e o corpo e direciona para o *encontro*. Ela é uma espécie de óculos escuros diante dos holofotes cegantes da indústria; ela opera como um redutor do campo cego lefebvriano.

## 1 FORMULAÇÕES CLÁSSICAS

### 1.1 A precedência da cidade e a prioridade da espacialidade

Este trabalho começa pelo espaço. Não haveria outra forma de fazê-lo. Henri Lefebvre mostrou como o espaço é capaz de dar concretude a questões que geralmente se mostram predominantemente abstratas (ou teóricas), questões inscritas em uma outra *ordem*. Atentando-se para a centralidade do espaço na contemporaneidade, Lefebvre foi capaz de desvendar processos de colonização e de disseminação de ideologias e discursos que se situam em uma ordem distante (global) mas que atingem diretamente as relações imediatas inscritas em uma ordem próxima (vida quotidiana), tudo isso mediado por um nível (socioespacial) intermediário: antes, a cidade; depois, o urbano<sup>7</sup>. Todavia, nos anos 60, quando das primeiras publicações de Lefebvre acerca da problemática urbana, predominava o tempo (a história) sobre o espaço na teoria social crítica. Manuel Castells (1972) e David Harvey (2009 [1973]) foram capazes, até certo ponto, de reconhecer as contribuições de Lefebvre acerca da organização do espaço como produto material, da relação entre estruturas sociais e espaciais e do conteúdo ideológico implícito (e, posteriormente, explícito) no espaço. Por outro lado, argumentaram que Lefebvre sobreenfatizava a dimensão espacial, chegando a acusá-lo de “ideólogo urbano”. À visão desses autores (e de outros estudiosos marxistas), a organização das relações espaciais eram apenas expressões culturais confinadas à superestrutura. Àquela altura, ainda não havia clareza acerca da importância do deslocamento de Lefebvre da questão marxista tradicional do espaço fabril para o espaço de vida, ainda que este “crédito” não lhe seja sempre dado<sup>8</sup>.

Edward Soja (1989) apresenta criticamente o vício historicista que dominou (domina?) a teoria social crítica até o início do século XX e mostra como o espaço se tornou central para a compreensão e a crítica das transformações da sociedade, sobretudo a partir da segunda metade do século. O geógrafo observa como as primeiras formas espaciais do marxismo

<sup>7</sup> O trabalho de Henri Lefebvre será mais extensamente explorado na seção 1.3.

<sup>8</sup> Em uma entrevista em 2004, David Harvey responde em quais sentidos o marxismo não lhe era adequado para tratar as questões com as quais Harvey se deparava na geografia. A resposta de Harvey se inicia com a insuficiência da abordagem marxista para lidar com a questão ambiental e chega até a urbanização e seus efeitos, dada a dimensão que o processo havia tomado sobre a superfície da terra: “I felt that there was a worldwide transformation going on. I mean, more and more people were living in massive urban centers – sometimes 20 million people and this kind of thing – and marxism wasn’t really paying much attention to it because it was mainly focused on what was going on at the point of production, what was going on in the factory. That was the center of what Marxian theory was about. And I was saying ‘what is going on in the factory is very important, but what is going on in the city is also equally important’. Of course there were other people thinking about that too; Manuel Castells, for example and several others.” Ver Harvey (2004).

surgiram justamente da crítica ao fetichismo espacial. A questão fundamental para David Harvey (2009 [1973]), por exemplo, era se a organização espacial era uma estrutura separada ou se era uma expressão das relações sociais de produção. Soja (1989, p. 78) descarta as duas possibilidades: a estrutura espacial não é mera expressão da estrutura de classes emergente das relações de produção, tampouco pode ser separada das mesmas. Os dois “conjuntos de relações estruturadas”, isto é, sociais e espaciais, nascem “das mesmas origens no modo de produção”; elas são “dialeticamente inseparáveis”. Posteriormente, o próprio Harvey contribuiu para a compreensão dessa *dialética socioespacial*, na qual *processos sociais* têm *formas espaciais*. Por sua vez, as formas espaciais contém e (re)agem sobre os processos sociais.

O espaço não podia mais ser tomado apenas como materialidade, sem vida e sem dinamismo, receptáculo da vida humana sem poder de agência e sem maiores relações com os processos sociais existentes. Já nos anos 1960 era claro que não era possível atentar apenas para formas espaciais, imagens geométricas, materialidades fixas e perenes. Por outro lado, não se trata de afirmar uma prioridade absoluta do “espacial”, mas sim retirá-lo do segundo plano e reafirmá-lo junto ao “social” e ao “histórico” como elementos indissolúveis.

As formulações de Milton Santos (1978, 1982, 1996) também elucidam esse dinamismo do espaço. Em sua primeira formulação, Santos (1978) definiu o espaço como um conjunto de *fixos* (elementos que agem sobre o lugar nos quais estão fixados e sobre as condições sociais e ambientais locais) e *fluxos* (elementos dinâmicos que resultam da ação humana modificando ao lugar e a si próprios) interagindo entre si. Essa formulação perdeu seu dinamismo à medida que fixos foram se tornando mais e mais artificiais e fluxos aumentaram em quantidade, velocidade e complexidade. Daí uma construção mais próxima da dialética socioespacial: de um lado, uma *configuração territorial* de existência material, cuja existência real se dá através das *relações sociais*, do outro lado. A mais recente definição de Milton Santos (2002 [1996], p. 63) considera o espaço “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Esse papel ativo do espaço (re)unindo materialidade e ação humana se adequa muito mais à realidade contemporânea.

De fato, hoje essa centralidade do espaço salta aos olhos. Basta observar (ainda que cartesianamente) os elementos da vida cotidiana de nossos avôs e avós, predominantemente rurais, rudimentares e elementares, repletos de histórias antigas, carentes de novos espaços. Em comparação, basta tomar o cotidiano contemporâneo (cosmopolita ou agrário-urbanizado) de tempos acelerados, espaços múltiplos, cercado e recorrentemente transformado pela

urbanização e por novos objetos (repletos de intencionalidades<sup>9</sup>), no qual 3 bilhões de habitantes em todo o mundo estão conectados, por exemplo, às redes de internet por mais de 25 bilhões de dispositivos móveis (GRAHAM *et al*, 2015) e acompanham, instantaneamente e *simultaneamente*<sup>10</sup>, eventos que ocorrem em toda parte do mundo<sup>11</sup>.

Edward Soja (1989) procura abrir caminhos para mostrar este caráter central e ativo do espaço – profundamente influenciado pela obra de Lefebvre – para revelar uma consciência espacial revolucionária: a base *material* de uma *práxis* radical. Para tal, Soja (2000) propõe uma reconstrução da história que contemple a produção social do espaço. Em *Postmetropolis*, Soja propõe repensar as leituras sobre o papel da cidade (e da condição urbana) no desenvolvimento das sociedades humanas, no que o autor chamou de *geohistória do espaço da cidade* ao redor de três grandes momentos, três revoluções urbanas. A primeira revolução urbana questiona a sequência histórica convencional na qual foi necessário o desenvolvimento agrícola para o surgimento da cidade. Este (contra)argumento de Soja resgata Jane Jacobs (1969) e as descobertas arqueológicas de Mellaart (1967) acerca de Çatal Hüyük, bem como os trabalhos de Kenyon (1957) sobre a lendária Jericó. A segunda revolução urbana da versão sojeana da formação do espaço urbano coincide com a formação das “primeiras” cidade dentro da visão histórica convencional, quando da expansão da organização e da produção social no sudoeste asiático: a invenção da irrigação, da roda, da escrita, a formalização de instituições (religiões, mercados, cidades-estado), etc. Este tema será mais extensamente abordado na seção seguinte. A terceira revolução urbana, discutida por Soja através do discurso da modernidade, se dá na cidade capitalista urbano-industrial (materializadas nas cidades de Manchester do início do século XIX e de Chicago do início do século XX). Esta terceira revolução não se justifica apenas pela expansão violenta do tamanho das cidades, mas pela composição de uma população urbana massiva e pela função da indústria na organização da produção em sentido amplo. Por ora, nos atenhamos à *primeira revolução urbana* e ao poder do imaginário espacial na reconstrução do papel do espaço na história (e da história no espaço).

Jane Jacobs, jornalista (e ativista) norte-americana, ficou primeiramente conhecida por sua crítica ao planejamento urbano clássico em seu livro de 1961, *The Death and Life of the*

<sup>9</sup> Para uma discussão da intencionalidade dos objetos, ver Milton Santos (2002 [1996]).

<sup>10</sup> Edward Soja (1989) ressalta a sincronicidade espacial dos tempos atuais em oposição à diacronicidade temporal do período moderno.

<sup>11</sup> A relação entre as comunicações (e, mais recentemente, tecnologias de informação) e a percepção do indivíduo de seu próprio meio foram tratadas por Milton Santos (2002 [1996]) e pelo próprio Lefebvre (2008a [1968]) ao se referir à emergência das *comunicações quase-instantâneas*. Mark Graham (2012) aborda a digitalização como um processo espacial fundamental na contemporaneidade uma vez que o digital, o informacional, o local e se combinam para produzir espaços aumentados.

*Great American Cities*<sup>12</sup>. A eloquência e a capacidade criativa de argumentação da autora fizeram com que sua obra fosse apropriada das mais diversas formas possíveis, eventualmente até como cartilha ou receita para o desenvolvimento de uma “cidade ótima”<sup>13</sup>. Interessada em um dos fatos estilizados clássicos da economia – “por que algumas cidades crescem e outras declinam?” –, Jacobs (1969) escreveu sobre *a economia das cidades* em uma das obras que dão sentido ao que Edward Soja chamou de imaginário espacial. Baseada em uma série de estudos de caso e nas evidências arqueológicas de Mellaart (1967), Jacobs desenvolveu um aparato teórico para tratar do crescimento das cidades (re)afirmando sua importância para a economia e para o desenvolvimento da sociedade. As apropriações (acadêmicas) mais comuns do trabalho de Jacobs abrangem a vida e as funções econômicas das cidades, a ideia de *trabalho novo* e a importância da *diversidade* e do questionamento do *dogma*. O dogma fundamental questionado por Jacobs (1969) é a ideia (até então inquestionada, segundo ela) da primazia do campo sobre a cidade.

O argumento central da autora é a cidade como agente fundamental do dinamismo econômico na sociedade (ocidental, poderíamos argumentar). As centralidades urbanas densas e fascinantes<sup>14</sup> são os motores da inovação, do trabalho novo, mesmo quando a finalidade deste trabalho é o próprio campo. A potência desse centro depende fundamentalmente da diversidade, argumenta Jacobs (1969, p. 59), uma vez que quanto maior o número e a “variedade de divisões do trabalho”, maior a capacidade de determinada economia de adicionar “ainda mais tipos de bens e serviços”. Beaudry e Schiffauerova (2008) chamam de *externalidade de urbanização* o efeito da cidade diversificada-inovativa, da recombinação de ideias capazes de gerar um processo de *cross-fertilization*, onde as atividades são potencialmente interdependentes diante da troca de conhecimento e habilidades de indivíduos que exercem atividades distintas. Do outro lado estão as áreas (sub)urban(izad)as estagnadas, sem vida e sem inovatividade, sem o dinamismo dos grandes centros, vazias de encontro, cheias de trabalho velho.

Em convergência à visão convencional (em sua visão, dogmática) da história das cidades, Jacobs (1969) também encontra a origem da cidade na interação da cultura caçadora paleolítica e das vilas agrícolas neolíticas. Entretanto, a cidade teria surgido alguns milhares de anos antes, ou seja, primeiro vieram as cidades e depois o desenvolvimento agrícola. Mais do

<sup>12</sup> Ver Jane Jacobs (2000 [1961]).

<sup>13</sup> A análise das diversas apropriações de Jacobs por parte de grupos com ideologias completamente distintas, bem como a discussão e a crítica a seu discurso (liberal) estão sintetizadas em Tavolari (2015).

<sup>14</sup> Parte do argumento advém da experiência de Jacobs como cidadã e usuária da (e apaixonada pela) cidade de Nova Iorque, maior referência dessa sinergia jacobiana frutífera diversificada advinda do adensamento no mundo (ocidental).

que uma mera disputa pela sequência cronológica do surgimento dessas unidades, Jacobs argumenta que as cidades não apenas precederam, como também *possibilitaram* a geração dos excedentes advindos do desenvolvimento da agricultura, e não o contrário. Por quê retomar o surgimento das cidades? Porque essa versão da (geo)história serviria aos interesses de descartar a centralidade da diversidade, de justificar a baixa densidade (e a cultura do automóvel, por exemplo), a negação do encontro e a suburbanização das cidades. Em outras palavras, se as aldeias e vilas (rurais) se desenvolveram primeiro – e se elas são importantes enquanto bases fundantes da sociedade –, então a vida rural é mais frutífera do que a vida urbana.

O imaginário espacial jacobiano entra em ação através das descobertas arqueológicas de James Mellaart (1967) sobre Çatal Hüyük. Mais do que afirmar a primazia de uma cidade de 7.000 A.C. sobre o desenvolvimento agrícola, Jacobs (1969) recria a cidade que a teria precedido por volta de 9.000 A.C.: *Nova Obsidiana*<sup>15</sup>. Em sua narrativa, a autora retoma a cultura de caçadores e coletores ainda distantes (temporalmente) da domesticação de plantas e animais e que precisam de um material fundamental para sua atividade: obsidiana, um tipo de vidro vulcânico cortante cuja composição é similar ao aço e ao granito. Os habitantes da região vulcânica que controlam a oferta de obsidiana criam uma área permanente de troca, por onde passariam outros atores nômades. Além da troca cada vez mais frequente, esses habitantes também sobrevivem de atividades de caça e coleta fazendo uso de seu material abundante. A intensidade da troca se traduz em um assentamento permanente, ao passo que Nova Obsidiana se torna um ponto (e, posteriormente, rota) de comércio. Entre os frequentadores da *cidade* estão alguns portadores de sementes que, aos poucos, começam a ser plantadas. Os animais capturados vivos também são objeto de troca e, com o passar do tempo, vão sendo domesticados em áreas subjacentes ao território de troca. O aumento do adensamento cria a necessidade de vilas circundantes produtoras de alimentos, daí decorre um processo de relativa especialização e desenvolvimento agrícolas, finalizando a reversão jacobiana entre excedente agrícola-cidade. A ausência de uma explicação jacobiana *sistemática* do processo de formação e continuidade das cidades não segue sem críticas. Hill (1993), por exemplo, argumenta que a narrativa jacobiana utiliza evidências históricas como “anedotas ilustrativas” além de não explicar a ascensão e queda de inúmeras cidades até a cristalização da cidade moderna. Retornaremos às críticas a Jacobs posteriormente.

Edward Soja resgata tanto a Çatal Hüyük de Mellaart, quanto a Nova Obsidiana de Jacobs para dar vida (e forma) à primeira revolução urbana. Soja (2000, p. 42) argumenta, ainda,

---

<sup>15</sup> Tradução nossa diretamente do original *New Obsidian*.

que embora a narrativa jacobiana não tolere os “critérios empíricos mais rígidos”, ela é “suficientemente poderosa e criativa” para invocar a significância contemporânea e histórica da ideia de primazia das cidades. O autor resgata ainda as descobertas arqueológicas de Kenyon (1957) para reconstruir a Jericó de 8.350 - 5.000 A.C.. Este teria sido o primeiro exemplo de uma sociedade sedentária, com uma população estimada de até três mil habitantes. Entre os fatos notáveis desse primeiro assentamento urbano estão não apenas o tamanho, a continuidade e a construção, como também noções primárias de planejamento, além de uma provável rede de comércio<sup>16</sup> entre Jericó e outras pequenas aglomerações na região.

As escavações realizadas no século XX encontraram camadas de 6.250 A.C. que apresentavam construções em escalas significativas como edificações públicas e agrupamentos de casas de uso coletivo. As muralhas definiam os limites da cidade, mas todo o espaço (urbano) nelas circunscrito era, segundo Soja (2000), “expressão consciente” da cultura local, uma especificidade socioespacial (d)escrita pelo espaço construído, uma primeira noção do *urbanismo como modo de vida*. Se os primeiros ocupantes da cidade teriam sido caçadores, coletores e pescadores e se, nesta mesma cidade formada, foram encontradas evidências de domesticação de milho, cevada e grão de bico, então não seria possível que essa *aglomeração urbana* tivesse precedido o desenvolvimento agrícola?

Neste ponto é preciso avaliar: qual foi o *mecanismo* que teria permitido, em um primeiro momento, a formação do que Jacobs e Soja chamaram *cidade*, mas que também possibilitou, em um segundo momento, a produção dos excedentes agrícolas? Edward Soja (2000, p. 12) resgatou o termo grego *syonoiskimos* – “literalmente, a condição decorrente da habitação conjunta em uma casa” – para se referir ao que denominou *synekism*<sup>17</sup>, uma dinâmica fundamental da natureza humana-urbana, o “estímulo gerado pela aglomeração”. O termo foi retomado diretamente dos escritos de Aristóteles em sua descrição da formação de Atenas.

Soja (2000) relaciona a ideia de sinequismo à “centelha da vida econômica da cidade” (JACOBS, 1969, p. 176), ou seja, as interdependências que surgem da aglomeração de forma intencional e significativa para gerar uma série de sinergias criativas. A expressão também pode assumir outros significados. Da união de diferentes assentamentos em torno de uma cidade

<sup>16</sup> Soja faz questão de ressaltar que as evidências arqueológicas apontam para a formação dessa rede já em 10.000 A.C., sobretudo para trocas de materiais como *obsidiana*.

<sup>17</sup> O termo em inglês *synekism* foi traduzido para o português de formas diferentes. Felipe Magalhães (2015a, p. 162), por exemplo, traduziu o termo como *sinoicismo* urbano ao relacioná-lo ao contexto contemporâneo das redes de internet como um “atributo urbano que ganha potência em sua interação com as redes eletrônicas”. Neste trabalho será utilizada a tradução de Monte-Mór (2015) de fonética similar à tradução sojeana para o inglês: *sinequismo*.

“capital”, o sinequismo se refere a uma metrópole, uma “cidade-mãe” que define o sentido do território. Esse caráter regional do vocábulo remete a um sistema urbano, de uma rede de unidades espaciais interconectadas gerando novas formas e processos de governança e de atividade econômica, como foi o caso de Jericó. Como insiste Soja (2000), este termo remete a uma forma espacial, mas também a um processo *ativo* antes associado ao tempo e não ao espaço: formação social, crescimento e desenvolvimento, mudança e dinâmica. A formação dessa rede regional capaz de potencializar o trabalho humano e gerar um desenvolvimento *social* dentro de sua abrangência territorial também acarreta em vantagens (externalidades, *spillovers*) na produção, no consumo e na regulação territorial (ou desvantagens?) que definem as *economias de aglomeração*.

Assim, conclui Soja (2000, p. 13), essa “aglomeração sinequística” se apresenta como um conceito comportamental, transacional, político e econômico que “ativa, torna uma força social e histórica, a especificidade espacial do urbanismo”. O caráter *extensivo* da sinergia aglomerativa, da força associativa da cidade, será mais explorado nas seções seguintes. Por ora, vale destacar que esses processos históricos, espaciais e sociais (ou seja, *geohistóricos*) que dão forma às nossas vidas não operam apenas *nas* cidades ou *sobre as* cidades, mas também emanam *das* cidades.

Vimos que o posicionamento privilegiado do “espacial” ou a ênfase na espacialidade – tomada aqui na acepção de Soja (1989, 2000) – é capaz de trazer novos *insights* e novas perspectivas. Mas à exploração desse imaginário espacial mais amplo e diverso corresponde uma crítica direta das ciências parcelares e especializadas. Na seção seguinte, apresentaremos a sequência histórica de Lewis Mumford (1998 [1961]) – diga-se de passagem, um “concorrente” de Jane Jacobs enquanto intelectual e crítico da vida urbana nos Estados Unidos dos anos 1960<sup>18</sup> –, diametralmente oposta às ideias de Edward Soja e Jane Jacobs. Contemporaneamente, a hipótese de primazia da cidade foi duramente atacada e completamente descartada por um grupo de arqueólogos. Michael Smith *et al* (2014) afirmam que a ideia de que a domesticação animal e agrícola teve início em “contextos urbanos” é completamente inconsistente com as descobertas arqueológicas, mesmo quando da publicação de *The Economy of Cities* em 1969. De lá para cá, as várias gerações de pesquisas e evidências empíricas no campo da arqueologia fornecem bases ainda mais sólidas para o descrédito completo da proposição jacobiana-sojeana. Os autores chegam a declarar que a hipótese de primazia da cidade é tão descabida que os arqueólogos nunca se “deram ao trabalho” de responder, mas que,

---

<sup>18</sup> Ver Soja (2000, p. 42), Hill (1993) e Smith *et al* (2014).

com a publicação de Peter Taylor em 2012 no *International Journal of Urban and Regional Research* reiterando a hipótese, foi necessária uma resposta diante do quão “afetivo” é o fato de que aos alunos “é ensinada falsa informação”, não apenas “sobre a pré-história”, como também sobre “a habilidade da evidência arqueológica de reconstruir processos sociais do passado” (SMITH *et al*, 2014, p. 1527, tradução nossa).

O argumento central de Smith *et al* (2014) é de que Jacobs (e seus sucessores) não oferece nenhuma base empírica significativa, além de não fazer uma revisão de literatura razoável. Alega-se que a reputação da tese da primazia das cidades baseada nas “evidências” de Çatalhöyük<sup>19</sup> está diretamente associada à reputação de Jane Jacobs enquanto urbanista, logo, ao renome do livro *The Death and Life of the Great American Cities* que deu à escritora o título de “pensadora original”. Todavia, enfatizam que a hipótese estapafúrdia de Jacobs não influencia (ou não deveria influenciar) na análise e na leitura do restante de seu trabalho – o que nos remete de volta à Edward Soja e à importância do imaginário espacial.

Naturalmente, o trabalho do grupo de arqueólogos não consta neste trabalho apenas para pôr fim a uma sequência de erros diante de um fato absoluto: “na questão particular de quem veio primeiro a resposta é inequívoca: a agricultura precedeu as cidades” (SMITH *et al*, 2014, p. 1527, tradução nossa). Citando o atual escavador de Çatalhöyük, os autores reafirmam a não-urbanidade do lugar em função de diferenciações em termos de espaço construído: áreas e construções residenciais, religiosas, industriais, etc. “Em Çatalhöyük todas essas funções separadas ocorrem em um lugar, a *casa*” (HODDER, 2011 *apud* SMITH *et al*, 2014, p. 1529, grifo do autor, tradução nossa). Mas qual é o problema do desempenho de múltiplas funções e atividades em uma mesma construção, uma mesma *casa*? Isso não estaria relacionado ao sinequismo de Soja? Isso é menos urbano do que o zoneamento dos urbanistas? O que os arqueólogos entendem por “urbano”?

Em última instância, o que é “urbano” é uma questão de definição (...), mas Çatalhöyük não atende os critérios das principais definições do urbanismo usadas em arqueologia e história. A influente definição demográfica de urbanismo de Louis Wirth (1938) requer tamanhos de população e densidade altos, associados à heterogeneidade social. Enquanto vila relativamente homogênea de 15 hectares, Çatalhöyük não chega perto de ser qualificada como urbana. A definição funcional alternativa (...) exige que os assentamentos tenham atividades e instituições – sejam econômicas, políticas ou religiosas – que afetam uma hinterland. Na ausência de tais funções urbanas, Çatalhöyük também não coincide esse critério de definição. (...) Aos proponentes do modelo de Jacobs restam, portanto, apenas Nova Obsidiana e

<sup>19</sup> Aparentemente, até a grafia do nome do lugar estava incorreta.

outros *lugares imaginários* (SMITH *et al.*, 2014, p. 1529, grifo do autor, tradução nossa<sup>20</sup>).

De fato, o que é urbano é uma questão de definição, atendendo ou não a critérios científicos rigorosos para determinação desse *qualificativo*<sup>21</sup>, como os próprios autores colocaram. Mas esta questão adjetiva, como ficará claro ao longo deste trabalho, é deveras improdutiva e entediante. As definições tem um sentido a elas atribuído de acordo com o seu contexto geohistórico. Possivelmente, mesmo com toda a habilidade da arqueologia de reconstruir processos sociais do passado – como argumentam insistentemente Smith *et al.* (2014) –, não fosse a criatividade do imaginário espacial<sup>22</sup> de Jacobs, não teríamos nos atentado para o questionamento da hipótese tradicional de primazia e todas as suas implicações (ideológicas) subsequentes. Talvez também não fôssemos capazes de identificar o sinequismo, a sinergia criativa advinda da aglomeração que potencializa o trabalho humano (desde os primórdios da humanidade?).

Finalmente (e inicialmente), notemos a citação abaixo do artigo de Michael Smith *et al.* (2014): um grande exemplo em termos de rigor científico (moderno), ávido em desmistificar esta grande falácia arqueológica que vem sendo reproduzida há mais de 45 anos, mas que acaba por dar ainda mais credibilidade ao argumento Soja-Jacobs (sinequismo-diversidade) e justificativa à presente discussão do urbano e da urbanização, como esperamos tornar cada vez mais nítido ao longo desta leitura.

Essa nova imagem de origens urbanas em assentamentos extensivos mas de baixa densidade encontra suporte adicional em um segundo sítio, Khirbat al-Fakhar. Materiais de cerâmica datados de 4400-3900 A.C. estão dispersos sobre uma área de 300 hectares (Al Quntar *et al.*, 2011). O sítio tinha um *padrão desigual* de ocupação, alternando entre áreas abertas e construídas. Os artefatos da superfície incluem enormes quantidades de *obsidiana*, uma pedra vulcânica utilizada para ferramentas, mas originária de centenas de quilômetros de distância. Os residentes do sítio estavam *importando* matéria-

<sup>20</sup> Ultimately what is “urban” is a matter of definition (...), but Çatalhöyük does not meet the criteria of either of the major definitions of urbanism used in archaeology and history. Louis Wirth’s (1938) influential demographic definition of urbanism requires a high population size and density, coupled with social heterogeneity. As a relatively homogeneous village of 15 ha, Çatalhöyük does not come close to qualifying as urban. The alternative functional definition (...) requires settlements to have activities and institutions—whether economic, political, or religious—that affect a hinterland. Lacking such urban functions, Çatalhöyük does not match this definition either. (...) Proponents of Jacobs’ model are therefore still left only with New Obsidian and other imaginary places.

<sup>21</sup> A distinção fundamental entre o urbano como substantivo e adjetivo é de Monte-Mór (2004, 2006a, 2006b, 2007) e será mais profundamente explorada na seção final deste capítulo.

<sup>22</sup> Chega a ser caricatural a utilização do termo “imaginary places” pelos arqueólogos, como se pedissem a Edward Soja que lhes apresentassem com uma versão autografada de *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*.

prima e *manufaturando* lâminas de obsidiana em uma intensidade inigualável a outros lugares (Khalidi et al., 2009). As escavações tem sido limitadas, mas elas não revelaram nenhuma arquitetura monumental, ou mesmo qualquer outro sinal de concentração de poder em Khirbat al-Fakhar. Essa combinação de traços urbanos (concentração demográfica, *especialização econômica*) e características *não-associadas* a cidades do Oriente Médio (baixa densidade, aparente igualitarismo intra-assentamento) levou arqueólogos a chamar o sítio de “proto-urbano” (SMITH *et al.*, 2014, p. 1530, grifo do autor, tradução nossa)<sup>23</sup>.

## 1.2 A sequência convencional e a influência da aldeia

No início dos anos 60, Lewis Mumford publicou o livro *A Cidade na História*, traçando um retrospecto do surgimento das primeiras aglomerações dentro da perspectiva histórica mais corrente. Simultaneamente, o autor traça paralelos com a realidade da cidade contemporânea projetando perspectivas críticas a partir de sua leitura do passado. Mumford representará, nesse contexto, o argumento de que, antes do surgimento da cidade, houve o santuário, a aldeia, a fortaleza, todas elas formas de baixo nível de organização social em pequenas povoações, o que não caracterizaria uma cidade. Posteriormente, seu pressuposto foi questionado por Jacobs e Soja<sup>24</sup>.

A fixação do ser humano em determinado espaço estaria associada a isolamentos defensivos, antes da noção de territorialidade<sup>25</sup>, vinculada às suas necessidades básicas. No período Paleolítico, o homem era basicamente um “deslocador”, nômade, caçador. Locais fixos de encontro surgiram, antes de mais nada, como uma morada para os mortos. Nesse sentido, a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos, como uma primeira morada permanente, ocupada por túmulos coletivos. A caverna seria o espaço de representação da arte e do ritual,

<sup>23</sup> This new picture of urban origins in extensive but low-density settlement finds further support from a second site, Khirbat al-Fakhar. Ceramic material dating to 4400-3900 BC is scattered over an area of 300 ha (Al Quntar et al., 2011). The site had an uneven occupational pattern, with alternating built and open areas. The surface artifacts include enormous quantities of obsidian, a volcanic stone used for tools but originating hundreds of kilometers away. Residents of the site were importing raw material and manufacturing obsidian blades at an intensity unequalled anywhere else (Khalidi et al., 2009). Excavations have been limited, but they have not revealed any monumental architecture, or indeed any other signs that power was concentrated at Khirbat al-Fakhar. This combination of urban traits (demographic concentration, economic specialization) and characteristics not associated with Near Eastern cities (low density, apparent intra-settlement egalitarianism) led archaeologists to call the site “proto-urban” (Al Quntar et al., 2011).

<sup>24</sup> Desde já, é importante notar que os trabalhos arqueológicos que serviram de referência ao trabalho do geógrafo Edward Soja (2000) são de Kenyon (1957), anterior a primeira edição de *The City in History* de Lewis Mumford em 1961. Ao longo do livro, o Mumford faz alusão às estruturas físicas de Jericó, mas não se aprofunda nos achados do que ele mesmo chama de cidade. O autor reconhece, ainda, a primazia dessa aglomeração lendária sobre as demais: “Os mais antigos restos urbanos até agora conhecidos, com exceção de Jericó, datam desse período (3,000 A.C.)” (MUMFORD, 1998 [1961], p. 42).

<sup>25</sup> A noção de territorialidade aqui empregada é aquela definida por Milton Santos (2002 [1996]).

mesmo que não houvesse a morada e a habitação propriamente ditas. Esses ritos teriam atraído os homens em primeiros encontros levando, através da arte, à instauração das marcas iniciais da vida cívica, com uma primeira ideia de “prazer social” associada às aglomerações espontâneas. Ao homem antigo a caverna trouxe também a primeira noção de centralidade e de espaço arquitetônico, abrigando o santuário e intensificando as sensações emocionais e espirituais.

A partir daí, as necessidades práticas do homem deram início a pequenas aglomerações (próximas a rios e fontes), tornando-se uma espécie de acampamento para o caçador. Para Mumford (1998 [1961], p. 16), a atração de outros indivíduos àquele primeiro ponto de encontro cerimonial é o primeiro germen da cidade – novamente ressaltando o caráter espiritual desse “pólo” – de modo que, antes de haver residência, haviam encontros periódicos, “ajuntamentos cósmicos”. Nesse sentido, o ímã teria precedido o recipiente, de modo que algumas *funções* da cidade teriam existido antes da própria cidade, ou seja, gestadas dentro da aldeia. Apenas no período Mesolítico (10.000 A.C. – 5.000 A.C.) a caça e a coleta começaram a ser complementadas por algum tipo de domesticação, caracterizando a economia da aldeia: culturas de crustáceos, peixes, alguns animais domésticos (e também guardiães), além da reprodução de algumas espécies vegetais através de mudas. O complemento alimentar mais seguro e fácil, permitiu momentos de ócio e aumento do apetite sexual, escassos durante o período intranquilo da vida humana.

À domesticação animal correspondeu a domesticação do próprio homem (no sentido da reprodução e do controle dos processos e do tempo), fundamental para a *revolução agrícola e sexual* que a sucedeu. Nesse processo, a mulher passou a ter um papel central cuidando dos filhos, animais e plantas domesticadas, além de imprimir sentidos simbólicos de segurança e receptividade na aldeia. “A casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher” (*ibid*, p. 19). A relativa abundância de alimento e sexo, juntamente com a proximidade dos animais trouxe uma nova ordem para a aldeia, uma primeira concepção de nascimento e lugar, sangue e solo e, ainda, *cooperação* e colaboração nas interações simbióticas entre “vizinhos”, marcadas por um cuidado maternal da aldeia. Em contrapartida, essa mesma configuração teria dado início à moralidade – conselhos de justiça e direito foram distinguidos já em 4.000 A.C. na Mesopotâmia.

Os instrumentos dos habitantes da aldeia progrediram tecnicamente. Surgiram ali recipientes permanentes, novas formas de armazenagem, além das primeiras armas. De certa forma, se de fato a aldeia precede a cidade, foram muitas as contribuições da primeira para a

segunda, sobretudo na configuração da terra por parte do homem. Mesmo que o tempo tenha dissolvido a estrutura material da aldeia, mantiveram-se características da estrutura social, a cultura arcaica, “camada não deteriorada que se acha por baixo de todas as culturas do Velho Mundo” (*ibid*, p. 25). Após um longo período de tempo de invenções fundamentais para a melhoria da vida na aldeia<sup>26</sup>, houve uma fase de estagnação, antes da transição da aldeia para a cidade. Neste ponto, Mumford não deixa muito claro as diferenças entre as aldeias do fim do Mesolítico e as primeiras cidades Neolíticas. Ainda assim, ressalta que a domesticação dos cereais e do arado/irrigação caracterizaram, de certa forma, a civilização.

A transformação do caçador em protetor da aldeia foi um momento importante na mudança da organização da cidade. Para explicar o fenômeno, Mumford (1998 [1961], p. 29) apela para o “desejo [do homem] de amansar e controlar a natureza, de dominar, de vencer os animais fortes (...) de exercer um poder predatório sobre os outros grupos humanos”, até então dominado e enfraquecido pelos atos anteriores de domesticação dentro da aldeia por parte da mulher. Nesse processo de fim da caça em função da fixação na aldeia, o caçador saiu da área agrícola instituindo uma relação quase parasitária em relação ao restante dos aldeões: “em troca de sua parcela de abundância, o predador pode guardar o ninho contra outros inimigos”. É importante notar que não existem evidências de que esse inimigo seja outro caçador, ou membro de outra aldeia, mas sim animais ferozes. Com a inserção desse *elemento externo* na organização social da aldeia, a gratidão do tímido aldeão se converte em pagamento pela proteção do valente caçador. Os primeiros tributos foram taxas da parcela produzida pelo aldeão e, posteriormente, o trabalho forçado direto (mesmo antes da existência comprovada de guerras, dado o distanciamento e a carência de mão-de-obra das aldeias da época). Assim, as armas passaram a ser utilizadas para domínio interno, e não externo, como forma de intimidação: quanto maior o temor do aldeão, maior o domínio unilateral por um pequeno grupo de “nobres” caçadores/protetores.

Na perspectiva de Mumford (1998 [1961]), da união da cultura neolítica e da cultura paleolítica mais arcaica *nasceu* a cidade, marcada pela forte ascensão do masculino em contraponto ao protagonismo da mulher na aldeia. Como resultado dessa união, o “cruzamento” e a “entremistura” ocorridos no período levou a ganhos de escala na construção, na agricultura, na organização. Nesse novo modo de vida, na cidade, o cotidiano da aldeia e os costumes

---

<sup>26</sup> As inovações técnicas na aldeia - sobretudo recipientes e utensílios de cerâmica - são atribuídas à predominância do feminino. Ao contrário de Jacobs (1969) e Soja (2000), Mumford aponta “surgimentos” ao invés de “invenções”, como se todo esse *trabalho novo* tivesse surgido de uma forma mais ou menos “natural” para o homem.

antigos deram lugar a uma nova rotina, com uma ampliação da noção de trabalho: jornadas estendidas, ritmo mais pesado, agora sob as ordens do capataz, impondo uma nova dinâmica à vida: *domínio e confronto* na cidade ao invés de *proteção e resistência* na aldeia.

Difícil não notar o tom usado pelo historiador para se referir ao *surgimento* da cidade - espaço que imprime competição, dominação, confronto, desejo de vencer e amansar a natureza - frente a *formação* da aldeia - espaço privilegiado da vida, lugar de cooperação e interação simbiótica com a natureza e com os vizinhos, de invenções “naturais”, de fruição e lazer, de vida sexual plena com alimentação segura e fácil. Naturalmente, a crítica poderia ser estendida para a dupla de defensores da precedência da cidade, ambos enfáticos quanto à sinergia da aglomeração, à invenção, ao poder do encontro, que torna em força social e histórica o mais importante dos fenômenos *socioespaciais*. Do outro lado estaria o campo, *locus* da escassez de criatividade e de trabalho novo, área submissa e dependente da cidade, desprovido da vitalidade das ruas, fadado à colonização e à serventia.

Difícil também não lembrar de Henri Lefebvre (2008a [1968]):

O organicismo com suas implicações, a saber o evolucionismo simplificador de muitos historiadores e o continuísmo ingênuo de muitos sociólogos, ocultou as características específicas da realidade urbana. Os atos ou acontecimentos “produtores” dessa realidade, enquanto formação e obra social, escaparam ao conhecimento (...) Há muito tempo que o conhecimento hesita diante da *criação*. Ou esta parece irracional, espontaneidade que surge do desconhecido (...) Ou então a criação é negada e se reduz àquilo que nasce, àquilo que preexistia (LEFEBVRE, 2008, p. 57, grifo do autor).

Independentemente do ponto de vista que se aceite (da precedência da cidade sobre o campo ou vice-versa), ambas as perspectivas convergem (mesmo que com ênfases distintas) quando se trata da importância da *diversidade* para a intensificação da força e do trabalho humanos potencializados pela aglomeração. De acordo com Mumford (1998 [1961]), a cidade não se cristalizou simplesmente em função de um aumento populacional; uma nova “mistura urbana” foi responsável por uma mobilização que envolvia novos ofícios, novos deuses, novas ocupações nas estruturas administrativas e uma concentração de uma parcela (excedente) da produção da aldeia na primeira grande transformação urbana: uma “oficialidade real e sacerdotal” que agora manifestava o seu poder também através da ostentação desse excedente. Esse novo conjunto de habilidades e criações foi também responsável, agora sob a tutela dos governantes, por uma configuração urbana inédita. O espaço que continha esse conjunto se tornou um catalisador de capacidades; a amálgama produzia a unidade sem, contudo, excluir

elementos da cultura da aldeia. Nesse processo dinâmico, a *forma* da cidade incorpora o maior nível de complexidade dos *processos sociais*; nessa nova estrutura, configura-se um prototecido-urbano<sup>27</sup>, mais ou menos homogêneo através das diferentes formas antigas sobre as quais temos algum conhecimento: a aldeia, a fonte, o mercado, o santuário e a fortificação.

O que principalmente aconteceu com a ascensão das cidades foi que muitas funções, que haviam até ali sido dispersas e desorganizadas, ajuntaram-se dentro de uma área limitada, e os componentes da comunidade foram mantidos num estado de tensão e interação dinâmica (MUMFORD, 1998 [1961], p. 39).

E ainda,

Ao colocar no mesmo meio pessoas vindas das partes mais distantes do vale, a cidade deu continuidade de um local de encontro àqueles que tinham levado uma vida nômade e emprestou o desafio das experiências “exteriores” àqueles que viviam em casa. (...) Cada vez mais, as pessoas procuravam a cidade e se tornavam parte dela, por voluntária adoção e participação (MUMFORD, 1998 [1961], p. 111).

Para a formação dessa nova organização socioespacial não bastava o “ajuntamento neolítico”; o elemento externo aparece, novamente, como agente fundamental para o dinamismo da cidade. Mumford insinua que as práticas de caça teriam estendido os horizontes do homem, criando uma “aptidão para liderança” que, por sua vez, davam o *movimento* necessário à entremistura. Claro, esse movimento não poderia se dar sem contradições. Não bastava que um único homem (ou um pequeno grupo privilegiado de “líderes”) desejasse ou sonhasse para que toda a coletividade se mobilizasse em prol da realização desse desejo. Para tal, foi necessário um nível de dominação que ultrapassou os limites da domesticação na aldeia. Essa dominação se estendeu e se aplicou, assim, aos animais, plantas, sementes e aos próprios habitantes da cidade, que agora eram submissos a um poder central. Nesse novo momento, as necessidades impostas pela natureza se somavam às necessidades de resistência a dominação do caçador-rei, deixando aos indivíduos a missão de superar suas limitações naturais.

Lefebvre (2008a [1968], p. 48) sugere que Lewis Mumford (entre outros autores) teria sido tomado como um nostálgico à época, como um propositor do retorno ao meio natural, à

---

<sup>27</sup> Esse termo não é usado na obra de Mumford. O conceito de tecido urbano, em sua adequação epistemológica que este trabalho exige, será apresentado na seção seguinte na ótica de Henri Lefebvre.

simbiose e à liberdade presentes na organização e na cultura da aldeia<sup>28</sup>. “Pensem na cidade moderna segundo o modelo da cidade antiga, identificada com a cidade ideal e simultaneamente racional”, numa “extrapolação tipicamente ideológica”. Mas por mais que a cidade pareça denegrida em meio a essa dialética mumfordiana da consolidação das formas e práticas da cidade contemporânea, é preciso, nesse ponto, destacar: i) que se tomarmos ambas as hipóteses de primazia, veremos que os elementos da aldeia descritos por Mumford estão presentes na contemporaneidade, mas devem ser resgatados de maneira mais intensa e sistemática para que possamos, de fato, ter um novo sentido de *cidade*; ii) que o historiador reconhece o mérito e a inevitabilidade da aglomeração citadina, mesmo que submetido ao controle coercitivo, para que fosse libertada toda a potência da criatividade e da força da humanidade.

Para darmos uma concretude ao primeiro ponto, basta que olhemos para a descrição de Christian Schmid (2014a) da força do imaginário popular da Suíça, que nega veementemente o urbano e a cidade pela conotação negativa que esses termos *podem* assumir na contemporaneidade. O autor mostra que a população suíça se afirma e reafirma como rural, em meio às paisagens montanhescas, aos animais e a algum cotidiano parcialmente agrícola, como forma de manter essa *praxis* simbiótica-colaborativa similar à cultura da aldeia mumfordiana.

Mas não seria possível que o espaço de fruição e de cooperação simbiótica com as pessoas e com a natureza fosse a própria cidade? É válido descartar a cidade ou o urbano como possibilidade de retomada dessa prática aldeã, tomando-os apenas como espaço de dominação, exclusão, violência e confronto com a natureza? Não. O descarte irrefletido do modelo em sua totalidade poderia conduzir a reboque para a zona de esquecimento algumas de suas características que, embora aparentemente conectadas à sua lógica subjacente, muito teriam a contribuir com nosso novo e pretendido *front* organizacional, ainda que sob a égide de um paradigma distinto. Senão, vejamos: se a própria potencialidade do sinequismo é incapaz de estimular novas práticas *naturais* na vida quotidiana, o que trará o resgate do compartilhamento da experiência natural-comunal? A auto-expulsão dos grandes centros como fizeram os norte-americanos no processo de suburbanização? A fuga para os condomínios fechados nas bordas das grandes cidades brasileiras? O retorno ao nomadismo? O deslocamento de toda a massa de trabalhadores dos grandes centros urbanos para áreas menos densas? O remédio parece pior que a doença. Assim, retomemos Lewis Mumford, ao descrever o *aparecimento* da civilização:

---

<sup>28</sup> Neste trecho, Lefebvre não se refere propriamente à aldeia, mas sim à *polis* grega. Mas, como veremos adiante, Mumford atribui à cultura da aldeia a responsabilidade pela formação de inúmeros elementos da cidade e da cultura grega.

A cidade se revelou não simplesmente um meio de expressar em termos concretos a ampliação do poder sagrado e secular, mas, de um modo que passou muito além de qualquer invenção consciente, ampliou também todas as dimensões da vida. Começando por ser uma representação do cosmo, um meio de trazer o céu à terra, a cidade passou a ser um símbolo do *possível*. *Utopia* foi uma parte integrante da sua constituição original e, precisamente porque tomou forma, no início, como uma *projeção ideal*, a cidade trouxe à existência realidades que poderiam ter permanecido latentes durante um tempo indefinido, em pequenas comunidades mais sobriamente governadas, presas a expectativas mesquinhas e não dispostas a fazer esforços que transcendessem tanto os seus hábitos de trabalho *cotidiano*, quanto suas esperanças mundanas (MUMFORD, 1998, p. 39, grifo do autor).

Ou seja, à ideia do urbano-utopia abstrato-concreto-virtual lefebvriano<sup>29</sup> corresponde uma materialidade geohistórica da cidade que data do seu próprio surgimento. Com a consciência da crítica ao idealismo mumfordiano, tenta-se aqui resgatar essa projeção *material*, histórica e espacial da utopia que data dos primórdios da civilização e associá-lo a essa pontencialidade sinequística, à força da aglomeração humana. Na cidade, até onde nosso conhecimento foi capaz de retrospectar, associam-se utopia e obra, sonho e desejo, bem como suas materializações no espaço. Essa dimensão não foi projetada a partir das contradições advindas da lógica industrial. Ela existe desde que a civilização (mesmo sob a perspectiva da sequência tradicional) se formou e se manteve/mantém/manterá na passagem da *cidade* ao *urbano*. O que era o impossível, o não-lugar, para o habitante da cidade (ou da protocidade) antiga? A construção das fossas de água de Jericó – descrita tanto por Mumford (1998 [1961]), quanto por Edward Soja (2000) – de 9x3 metros que permitia o fornecimento de 4.500 litros de água por minuto há mais de 8 mil anos atrás? A edificação monumental da pirâmide de Djoser de 62 metros no Egito de 2.670 A.C.? Ou, como admite Mumford, a ultrapassagem de “qualquer invenção consciente”? A primeira *implosão* urbana, por exemplo, transcende a intencionalidade humana.

Qualquer que tenha sido a finalidade intencional/consciente da muralha que circundava a cidadela antiga<sup>30</sup>, a aglutinação do composto-complexo social sob comando do chefe desencadeou um processo (e é importante que se diga, pré-industrial) de implosão da cidadela sob sua própria centralidade:

<sup>29</sup> Essa ideia será posteriormente desenvolvida ao final deste capítulo.

<sup>30</sup> Mumford (1998 [1961], p. 44) rejeita a hipótese de que a cidadela murada tenha tido, inicialmente, função militar. O autor sugere que a muralha tenha tido origem na religião, na proteção contra maus espíritos, durando, em grande parte das cidades, até o século XVIII. Mas, naturalmente, “tão logo a guerra se tornou uma instituição estabelecida, não há dúvida que a fortaleza, cada vez mais, prestou essa modalidade de serviços”.

os muitos elementos diversos da comunidade, até então dispersos num grande sistema de vales e, vez por outra, em regiões muito além, foram mobilizados e ajuntados sob pressão, por trás das maciças muralhas da cidade (...) numa escala até então inconcebível (MUMFORD, 1998 [1961], p. 42).

Mumford atribui a força da implosão à intensificação das relações dentro da cidadela, capaz de ampliar o efeito do “ajuntamento”. Na cidade antiga, essa pressão era institucional, real. As inúmeras “partículas sociais” nunca antes adensadas no mesmo espaço, bem como as contradições e antagonismos decorrentes dessa reunião, catalizam o poder da implosão. O que tornou possível a concentração, a mobilização, o ganho de escala e a formação de uma economia urbana? A chefia opressora, fiscalizadora, com poderes sem precedentes: a instituição da realeza. “Na implosão urbana, o rei se coloca no centro: é ele o ímã polarizador que atrai para o coração da cidade e coloca sob controle do palácio e do templo todas as novas forças de civilização” (*ibid*, p. 44).

Depois de 3.000 A.C., o poder real passa a ter legitimidade sobrenatural e os ofícios e vocações da aldeia deram lugar a atividades especializadas em todas as áreas, caracterizando uma diferenciação social. Aí se situa o gérmen da contradição cidade-campo – que vai se metamorfoseando ao longo do tempo-espaço, como veremos adiante. Dentro da cidadela concentra-se o excedente da produção campesina, inicialmente através da coerção religiosa, da dominação sagrada do rei-deus. Inúmeros avanços tecnológicos – do tear à matemática abstrata, da roda às primeiras observações astronômicas, da metalurgia à escrita – surgiram neste período, coincidindo com esse momento de dinamismo e com a própria cristalização da cidadela. Essa concentração de excedentes foi fruto de uma mudança econômica brutal frente à organização econômica da aldeia, que Mumford chama de *nova economia de exploração civilizada*, que se viabilizou através de um governo terrorista e coercitivo, que recorria à brutalidade e ao ritual para controlar as áreas circundantes à cidadela<sup>31</sup>. Nela, a *colaboração* e a *reciprocidade* da aldeia teriam dado lugar à *subordinação* e *dominação* por parte da minoria soberana administradora da cidade.

Os poderes soberanos e os instrumentos da realeza de imposição e opressão passaram a ser representados pela própria cidadela. A necessidade constante de sacrifícios para garantir a prosperidade e a felicidade do rei (ou de deus, ou do rei-deus) configurou um ciclo de guerras e novos sacrifícios, seguidos de novos atos de destruição para manifestação do poder real. Pouco a pouco, a noção de justiça foi se confundindo com a vontade do rei, com formas de punição cada vez mais severas. Assim, a transformação para a cidade não se deu apenas em

<sup>31</sup> Interessante notar como as inovações dentro da cidadela implodida são associadas ao terrorismo, à coerção social por parte da realeza e à criação de uma ideia de escassez fictícia.

termos de escala, densidade e tamanho, mas sim em termos de finalidade, de organização social. Força e trabalho sobre um controle centralizado não mais deixavam as populações à mercê da natureza<sup>32</sup>. Com a força da mobilização coletiva (ainda que não solidária), rios se tornavam auto-estradas, populações se adensavam nas margens dos rios, o comércio se desenvolvia e a *civilização* desfrutava dessa "expansão dos poderes do homem". Isso explica, em larga medida, a associação das figuras de controle central a figuras divinas: as grandes construções, a fertilidade, os transportes, o excedente urbano, o crescimento populacional.

A arquitetura monumental é marcante enquanto expressão do poder amedrontador das autoridades centrais e também como diferenciador de cidade e campo. O mesmo vale para a muralha cercada por assentamentos menores, operando como símbolo demarcador de um espaço privilegiado e sagrado da vida, além de seus propósitos de controle social e defesa militar. "Enquanto que as aldeias podem ser identificadas por fundações de casas e cacos de cerâmica, a cidade antiga pode ser mais confiavelmente identificada pela sua riqueza de imagens monumentais" (MUMFORD, 1998, p. 81), definindo uma espécie de "personalidade coletiva". Do lado de fora da cidadela se situava o profano, o desconhecido. A muralha marca essa cristalização espacial do recipiente privilegiado, ao passo que o ímã impõe uma dupla polaridade: de um lado, a atratividade do "simulacro do céu", da proteção de deus e do rei; de outro, a repulsividade arquitetônica dos animais amedrontadores e das construções destinadas a expressar poder e terror.

O desenvolvimento dos transportes aquáticos e das comunicações permitiram a formação de aquilo que seria o gérmen do mercado na cidade. Mumford aponta que o alfabeto e as notações matemáticas foram obra (da necessidade) dos primeiros comerciantes, mas as *formas e práticas* na/da cidade ainda não eram submetidas ao comércio, mas à servidão aos deuses. As ruas eram construídas de acordo com os pontos cardeais, orientadas para os deuses do céu, servindo de palco para procissões e marchas. No Egito, as primeiras dinastias centralizadas em torno de um rei-deus foram capazes de obter completo controle (coercitivo) social e criar a cidade dos/para os mortos. Ao contrário do terrorismo mesopotâmico, o controle do monoteísmo egípcio assegurava, na visão de Mumford, menos tensões psicológicas associadas à tranquilidade da vida da aldeia.

Diante do contraste do desenvolvimento da vida urbana no Egito e na Mesopotâmia, Mumford se posiciona com clareza novamente:

---

<sup>32</sup> Esse tipo de organização pode ser um dos elementos que marcam a passagem do *meio natural* para o *meio técnico* de Milton Santos (1994, 1996).

Já ao começar, a herança urbana se bifurcou; e as diferenças entre os dois grandes sistemas de vales permanecem visíveis, embora muitas vezes disfarçadas, em toda a história urbana. Na verdade, dois caminhos se achavam abertos ao desenvolvimento da cultura, tão logo esta havia ultrapassado a fase alcançada na comunidade neolítica: o estilo da aldeia ou o estilo da cidadela; ou, para falar em termos biológicos, o simbiótico e o predatório. O primeiro era o caminho da cooperação voluntária, da mútua acomodação, da comunicação e do entendimento mais amplo: seu resultado seria uma associação orgânica, de uma natureza mais complexa, num plano mais elevado do que o oferecido pela comunidade da aldeia e suas terras próximas. O outro era o da dominação predatória, conduzindo à impiedosa exploração e, com o tempo, à debilitação parasitária, sendo que o modo de expansão, com sua violência, seus conflitos, suas inquietações, transformava a própria cidade num instrumento destinado, como apropriadamente observa Childe, à 'extração e concentração dos excedentes'. Esta segunda forma em grande parte dominou a história urbana, até a nossa própria época, e explica, em grau não pequeno, o enquistamento e o colapso de uma após outra civilização (MUMFORD, 1998 [1961], p. 103).

Por outro lado, o autor é cuidadoso ao descrever minuciosamente uma das principais funções da cidade, de tra(ns)duzir as ideias (e sonhos) em práticas e hábitos quotidianos. Destarte, é preciso ressaltar que havia um poder central que detinha o monopólio da criatividade – a criação formal dentro da cidadela estava condicionada ao tempo e aos recursos que a ela se dedicava, de modo que só era possível exercer a criatividade e materializá-la nas classes que tinham pouca ou nenhuma preocupação com a sobrevivência. Ao longo do tempo algumas ideias e funções foram distribuídas coletivamente, mas, de início, vale o que Lewis Mumford chamou de lei das *exsudações culturais*. Esse processo nada mais é do que o florescimento de diversas atividades que *derivam* de funções, e usos exclusivos da cidadela, antes de serem partilhados e difundidos pelo restante da cidade. À cada uma dessas atividades que expandem o nível de *complexidade* da vida urbana dentro das muralhas correspondem, também, novas formas espaciais. Mumford (1998 [1961], p. 116-7) as descreve: o primeiro exército, o primeiro alojamento para os funcionários militares, o primeiro ministério do exterior, a primeira burocracia, o primeiro tribunal de justiça, a primeira biblioteca, a primeira escola, o primeiro teatro, os primeiros calçamentos e edifícios à prova de fogo, as primeiras estruturas de saneamento, os primeiros officios industriais.

São três as principais consequências desse processo geohistórico. Primeiro, a emergência nítida da diferenciação social no espaço, na medida em que quarteirões e vilas inteiras eram construídas para nobres ou funcionários com determinada especialização. Segundo, a formação do que o autor chama de “plano piloto da cidade”, tanto em termos de

funções, quanto em termos de finalidades<sup>33</sup>. Finalmente, é fundamental notar que essas *complexidades derivadas* aumentam a potência da implosão, intensificando a pressão sobre a centralidade, catalisando a vivacidade da entremistura e estimulando a concentração confinada. No limite, quando da aglutinação inabitável de formas e conteúdos abstratos e concretos, rompe-se o recipiente e a cidadela presencia sua *explosão*: se arrebenta e se espalha “em órgãos e organizações complexas por toda a paisagem” (MUMFORD, 1998 [1961], p. 42).

O processo de *implosão-explosão*, fundamental tanto para as formulações clássicas, quanto contemporâneas da urbanização extensiva e planetária, será descrito e explicado mais extensamente na análise da obra de Henri Lefebvre na seção seguinte. Por ora, vale colocar que a implosão-explosão mumfordiana não equivale à lefebvriana; esta última é resultado da penetração da indústria na cidade e do impacto que ela causa no conjunto do sistema social. O fato de um processo similar ter ocorrido há mais de 4 mil anos não significa que se defenda aqui um continuismo ou um organicismo histórico, conforme denunciou Lefebvre (2008a [1968]); ao contrário, faz-se necessária a distinção entre os dois processos para que se compreenda que o processo de implosão-explosão não está *condicionado* à indústria por si só, nem mesmo à projeção de formas industriais no espaço. Este processo está condicionado ao adensamento, à *aglomeração* humana no espaço, ao sinequismo de Edward Soja.

O que torna esse processo condição *sine qua nom* para a compreensão da produção capitalista do espaço (urbano) contemporâneo é justamente a diferença de *magnitude e impacto* entre a implosão-explosão mumfordiana e lefebvriana, ou seja, a diferença de grandeza entre a produção (em sentido amplo) dentro do espaço urbano propiciada pela penetração da indústria na cidade e pelo seu *peso* em todo o conjunto social. No contexto do processo de implosão-explosão mumfordiano, quando comparadas à influência da indústria (sobretudo pela organização do espaço e pela imposição da lógica industrial às relações socioespaciais), as forças da entremistura, das exsudações culturais, das complexidades derivadas dentro da antiga cidadela são relativamente diminutas.

Outra construção essencial para a teoria do urbano e da urbanização, dentro do que chamamos de “sequência convencional”, é o processo de formação da *polis* grega<sup>34</sup>. A força dessa estrutura e dessa imagem no senso comum – a ideia de uma civilização ideal, da

<sup>33</sup> Aqui, o autor faz questão de ressaltar que “felizmente, ao unir a aldeia e a cidadela, o templo e o mercado, a cidade apoiava-se ainda nos fundamentos morais da aldeia: os hábitos de trabalho regular e colaboração diária numa tarefa comum, a alimentação, reprodução e consagração da vida” (MUMFORD, 1998 [1961], p. 117).

<sup>34</sup> A formação da *polis* grega e a importância subsequente desse modelo de cidade e sociedade para a civilização contemporânea não podem ser cobertas em um único trabalho. O que se deseja aqui é destacar os elementos da *polis* que são essenciais para a compreensão da teorização lefebvriana e monte-moriana.

democracia plena e da fruição do tempo – não são suficientes. Mumford (1998 [1961], p. 140) descreve a emergência da *polis* grega em meio à composição de um “novo padrão urbano” a partir do século VII A.C. Para o autor, a experiência grega é marcada por uma “devolução do poder da cidadela à comunidade baseada na aldeia”. Foram os hábitos da aldeia que influenciaram a formação desse novo padrão, de uma nova sociedade? Novamente, não se pretende aqui reforçar esse tipo de causalidade, mas apresentar como esses *elementos* da aldeia mumfordiana compuseram as relações sociais da *polis*. Essa relação aldeia-*polis* parte do princípio que as relações comunais entre os aldeãos foram capazes de afastar o modelo original da cidade (egípcia e mesopotâmica), livre da submissão a um poder ilimitado do rei-deus. As relações de poder nessa nova configuração estariam, na visão de Mumford (1998 [1961]), mais próximas de uma medida humana, mais comunal e menos entregues aos monarcas-místicos, que imprimiram novas práticas associadas ao utilitarismo real-divino e, conseqüentemente, à burocracia.

Sem o peso da hierarquia dos céus<sup>35</sup>, o desenvolvimento institucional da cidade grega permitiu algumas possibilidades interessantes. Primeiro, a ausência da necessidade de geração de excedentes e sacrifícios para garantir a abundância de uma classe dominante deu aos gregos o privilégio da manutenção da diversificação: não era necessário sacrificar a própria vida pela especialização. Mumford (1998 [1961], p. 141) descreve como a rotatividade no desempenho das funções dentro da cidade foi fundamental “em todos os aspectos da vida comum”<sup>36</sup>. Ao invés de assegurar a abundância da realeza e do clero, um senso mais disperso de materialidade gerou uma “nova espécie de economia da abundância” para os próprios cidadãos, viabilizando uma fruição coletiva e, simultaneamente, incentivando a participação absoluta em uma gama mais ampla de deveres cívicos e funções quotidianas.

Mumford (1998 [1961]) nota que dentro do paradigma contemporâneo do progresso e do utilitarismo, são tomados como “resultados” dessa civilização as inovações gregas (sem dúvida, fundamentais) com desdobramentos imediatos sobre a “evolução” do homem: as artes (o teatro, a poesia, a pintura) e as novas ideias nos campos da matemática, da lógica (formal) e da filosofia. Em pouco mais de dois séculos, as descobertas que se deram na cidade grega superaram a exploração milenar no Egito e na Suméria a respeito da natureza e das condições e possibilidades do ser humano. Entretanto, o que se deixa de lado analisando apenas as

---

<sup>35</sup> Mumford (1998 [1961], p. 151) chega a afirmar que a relação dos atenienses com seus deuses – mais numerosos e heterogêneos do que no Egito e na Mesopotâmia – superaram, de certa forma, as “confusões coaguladas da fantasia mitológica. Ser humano era ser mais semelhante a deus que os deuses de antigamente”.

<sup>36</sup> Vale lembrar que essa vida comum era também restrita e segregada, visto que a “democracia” da cidade grega conservou a exclusão tradicional ao escravo e ao estrangeiro.

contribuições “úteis” da cidade grega são justamente as condições e consequências dessa sequência de progressos técnicos: a força da coletividade (e a energia dessa vida coletiva) e a expansão das funções humanas de expressão e avaliação lógica. A atenção dada a uma vida cotidiana de lazer e fruição foi, ao mesmo tempo, produto e produtora de uma inversão do sentido da cidade mumfordiana: menos excedente econômico, mais excedente de tempo. A rotina mais liberta do domínio real tinha endereço na cidade grega: a ágora, núcleo do dinamismo helênico, lugar da palavra, da troca de informações e ideias, frequentemente imaginada como a própria forma física da democracia e da liberdade gregas.

Como tantas outras manifestações da antiga polis grega, encontra-se o ágora retratado na *Ilíada*, na primeira descrição adequada da rotina diária de uma comunidade grega, ou seja, a que Homero concentrou em imagens de ouro e prata no fabuloso escudo de Aquiles. O ágora é ali um “local de assembléia”, onde “a gente da cidade ia-se reunir”, e a finalidade da reunião, nesse contexto, era decidir se um assassino pagara uma adequada multa de sangue aos parentes do homem assassinado. Os mais velhos, “sentados em pedras polidas no meio do círculo sagrado”, davam sua decisão (*ibid.*, p. 166).

A ágora é uma espécie de materialização de democracia e liberdade das cidades gregas. A irregularidade de sua *forma* entre diversas cidades mostra, no entanto, que mais vitais eram os *processos sociais* nela contidos e por ela permitidos: “Se era algumas vezes situado numa praça aberta, numa cidade como Tera poderia ser pouco mais que o alargamento da rua principal” (*ibid.*, p. 167). Foi fundamental para as cidades gregas a instauração desses *espaços* públicos, usado pelas pessoas com fins também públicos. Apesar da multiplicidade de funções que a ágora admitia, até o século IV sua atribuição na *cidade política* primordial foi ímã para e recipiente do debate público, para a consulta, o pensamento, o julgamento, a prática cotidiana da comunicação direta, a oportunidade de se dirigir abertamente à outra pessoa.

Entretanto, Lewis Mumford (1998 [1961], p. 76) nota que o próprio sistema de comunicação era um fator limitador do tamanho das cidades: “Platão limitava o tamanho de sua cidade ideal ao número de cidadãos a que uma única voz poderia se dirigir”. Das cidades mesopotâmicas à Londres do século XIX, diversas foram as cidades que se limitavam ao alcance de tambores de reunir ou sinos de igrejas. Mensageiros e arautos, cartas e livros, conversas e rumores sobre todo o tipo de atividade naquele ou em outros espaços; era o máximo que a comunicação antiga conseguiu atingir. Mas foi justamente o crescimento das cidades que, para o autor, levou a uma dupla crise na cidade grega, diante das técnicas de comunicação disponíveis: a expansão da cidade e do número de habitantes teria levado a uma certa perda de

controle, tanto em termos de infraestrutura urbana, quanto em termos de significação coletiva da *polis* e de seus elementos enquanto obras humanas.

Mumford (1998 [1961]) sugere que, se no início da cidade grega pouco numerosa os problemas de planejamento e de higiene tinham soluções “naturais”, o crescimento dessas cidades trazia problemas estruturais para os cidadãos, dando início a um processo de *colonização*. Centenas de colônias foram criadas a partir dos centros urbanos mais densos marcando um fim definitivo de alguma possibilidade de unidade harmônica entre cidade e campo, mesmo na Grécia antiga. Notoriamente, a cidade se caracterizou como o espaço: do *poder* que garantia a manutenção (e expansão) do número de colônias, concentrando tanto o aparato institucional, quanto os hábitos e princípios democráticos; da *festa*, dos jogos olímpicos *interurbanos*, das manifestações religiosas, enfim, do controle e da conservação do que Mumford chamou “órgãos de cultura” e das instituições e formas espaciais derivadas (como o campo de luta, a palestra, e o ginásio); e do *excedente* coletivo, da “economia de abundância”<sup>37</sup>.

“Note-se que a persuasão religiosa e a ação voluntária acarretaram esse movimento de colonização: não o controle militar centralizado” (MUMFORD, 1998 [1961], p. 158). Analogamente, podemos enxergar o mesmo controle *ideológico* na cidade egípcia ou mesopotâmica, quando o direcionamento do excedente coletivo para dentro da cidadela e a especialização da vida campesina tinham como objetivo servir um rei-deus onipotente que tinha na monumentalidade a materialização de seu poder infinito. Coloca-se então uma outra contradição: como poderia uma cidade germinada a partir da aldeia colonizar o território e a vida campesina? Para Mumford, essa adesão ideológica da aldeia à cidade não se completou, justamente em função do papel do “ajuntamento aldeão” na formação da *polis* grega:

Tipicamente, a cidade helênica é constituída por essa união de aldeias, ou *sinecismo*: algumas vezes produzida por uma ação democrática voluntária, outras vezes como, no caso da própria Atenas, por compulsão da parte do rei. Contudo, a adesão jamais foi completa e o domínio da cidade jamais foi absoluto (*ibid*, p. 143, grifo do autor).

Interessante notar que o termo *sinecismo* utilizado por Lewis Mumford (e Henri Lefebvre)<sup>38</sup> também se encaixa na acepção regional do *sinequismo* de Edward Soja. Não apenas

<sup>37</sup> A caracterização da cidade como a tríade espacial do poder, do excedente econômico e da festa é de Monte-Mór (2004), inspirado nos escritos de Henri Lefebvre.

<sup>38</sup> Na publicação original em inglês de 1961, Mumford utiliza o termo *synoecism*, traduzido para o português como *sinecismo*. A tradução de *O direito à cidade* de Henri Lefebvre também utiliza o mesmo termo. Aqui serão utilizadas as traduções em português com ênfase na diferença de significado dos termos: de um lado, o

o “ajuntamento” como propõe Mumford, mas a articulação de várias aldeias dando forma ao recipiente, magnetizando o ímã e potencializando o trabalho humano:

Consideremos apenas a cidade arcaica (grega ou romana) de que partem as sociedades e civilizações ditas “ocidentais”. Esta cidade resulta geralmente de um *sinecismo*, reunião de várias aldeias ou tribos estabelecidas num território. Esta unidade permite o desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade mobiliária (dinheiro) sem todavia destruir a propriedade coletiva ou antes “comunitária” do solo. Assim se constitui uma comunidade no seio da qual uma minoria de livres cidadãos detém o poder sobre os outros membros da cidade: mulheres, crianças, escravos, estrangeiros. (...) Essa forma de associação constitui uma democracia, mas os elementos dessa democracia são estreitamente hierarquizados e submetidos às exigências da unidade da própria cidade (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 36, grifo do original).

Ou seja, na primeira cidade (da história escrita) advinda da união de aldeias emergem tanto as noções de democracia e de propriedade coletiva *dentro* da aglomeração, quanto a hierarquia e a diferenciação social. E, ao mesmo tempo, de acordo com Mumford (1998 [1961], p. 148), a cidade absorve e supera “certos traços negativos [herdados da aldeia]: isolamento, inveja, suspeita do estrangeiro, paroquialismo – a face mais sombria da auto-confiança e da auto-suficiência”.

Finalmente, a *polis* grega simboliza e materializa, já nos seus primórdios, a “ascensão da aldeia a um *novo grau de consciência própria*” (*ibid*, p. 141, grifo do autor). Sem dúvida, esse é o elemento fundamental nascido e criado na cidade grega, vital para qualquer tipo de processo emancipatório; a aglomeração (sinecística e sinequística) como uma reunião intencional à procura de uma vida melhor e mais livre, que resulta em um novo nível da consciência humana, do homem sobre si próprio e sobre o seu *meio*: “o entorno das sociedades como um dado essencial da vida humana” (SANTOS, 2006 [1995], p. 4). Tudo isso em meio a uma oferta mais abundante de diálogo e de possibilidades criativas, de novas formas e funções, que explicitam, para Mumford (1998 [1961], p. 134), “uma das chaves do desenvolvimento urbano” junto ao “alargamento do círculo daqueles que são capazes de tomar parte nele, até que, por fim, todos os homens participem da conversa”.

Mesmo com os avanços na democracia, na filosofia, nas artes e na própria consciência, a sociedade e a própria cidade política tiveram seu fim anunciado pela entrada da praça de mercado na cidade. Nessa perspectiva mumfordiana, o elemento dinâmico da cidade, a *ágora*,

---

“sinequismo” de Edward Soja com o sentido que lhe foi atribuído na seção anterior; de outro lado, o “sinecismo” de Lefebvre e Mumford como a simples união de aldeias.

mesmo diante de uma pluralidade de funções complexas, passou a ser frequentado e concebido segundo sua finalidade comercial. Com a invenção das moedas cunhadas no século VII, o comércio e a atividade financeira se tornaram, cada vez mais, atividades fundamentais dentro da cidade. Um grupo (inicialmente minoritário, mas, ainda assim, crescente) de pessoas começa a atuar nas negociações mercantis, exercendo cada vez mais pressão sobre as funções políticas da cidade, em detrimento das funções econômicas. A emergência de novos processos sociais traduziu-se na emergência de novas formas espaciais, de modo que a própria ágora se transformou em praça de mercado em função de seus novos usos quotidianos.

Para Mumford (1998 [1961], p. 169), o fato de que os grupos de comerciantes fossem essencialmente compostos por *estrangeiros* “revela um defeito radical na constituição da *polis*”: a completa rejeição (e, de certa forma, uma grande ingenuidade) dos cidadãos gregos às atividades comerciais. Os costumes locais eram conflitantes com as novas práticas, assim como as práticas locais eram conflitantes com os objetivos dos comerciantes. Novamente, o elemento externo penetra a aglomeração e modifica as relações sociais através da inserção de uma nova racionalidade, de novas práticas, agora comerciais. Esse grupo de comerciantes “constituíam uma minoria politicamente excluída”, sem os principais “privilégios da cidadania: não podiam ajudar a fazer as leis, pronunciar decisões legais, possuir propriedade territorial ou mesmo, não sendo gregos, casar-se com cidadãos gregos”.

Ao longo do tempo, aumentava o número de mercadores dentro da cidade, junto com o crescimento significativo das atividades comerciais dos principais centros urbanos da Grécia do primeiro milênio. E mais do que isso: crescia a proporção de pessoas que não estavam interessadas no modo de vida local, muito menos nas práticas políticas da cidade. Assim, se estabelece a *lógica* da troca, em oposição à lógica dos usos locais do cidadão. O poder econômico acabou por suplantando as formas de governo da cidade, ao mesmo tempo em que aumentavam os ataques de outros impérios e, junto com eles, a necessidade de uma ampliação do excedente econômico para que pudessem prosperar os hábitos democráticos e de fruição (MUMFORD, 1998 [1961]).

Durante alguns séculos a cidade política resistiu à passagem para a cidade mercantil e à sua lógica subjacente. Mas o crescimento demográfico criava mais dificuldades para o alargamento da escala da democracia, o que somado à transição para um cotidiano de práticas cada vez mais comerciais, culminou no fim da *polis* grega e no início de uma geohistória da

cidade mercantil<sup>39</sup>. Por vários séculos, o desenvolvimento das cidades foi financiado por banqueiros e senhores de terra e dirigido segundo a lógica mercantil. Isso explica o abandono das formas da cidade arcaica, sendo a demolição das muralhas o símbolo dessa passagem, mesmo diante do objetivo funcional óbvio para o comércio. A ampliação dos mercados cristaliza, nas regiões em que é capaz de alcançar, a lógica e as imagens abstratas do dinheiro, do crédito e do lucro, ao mesmo tempo dissociando-os das limitações humanas e criando práticas sociais e formas espaciais correspondentes: “A Bolsa, o banco nacional e o centro de câmbio” (*ibid*, p. 447) são exemplos. Simultaneamente, o capitalismo desfez e transformou outras instituições históricas; “A demolição urbana e a substituição tornaram-se duas das principais marcas da nova economia. Quanto mais efêmero o recipiente, mais rápido o rodízio” (*ibid*, p. 448).

A forma de subordinação do campo, depois de instituída a cidade mercantil, acompanhou a nomenclatura da última. Desde a introdução da praça de mercado e da lógica mercantil, o excedente produzido no campo ficou condicionado não apenas à entrada, mas à troca dentro da cidadela. O aumento do ritmo e da complexidade das funções econômicas da cidade a tornou o lócus privilegiado da troca. É preciso, então, demarcar que, tanto na cidade política, quanto na cidade mercantil (assim como na aglomeração no período de transição entre elas), houve diferentes polarizações no *ímã*, inúmeras mudanças na *forma* do recipiente, bem como um deslocamento da contradição (da *forma* de dominação) cidade-campo.

Na próxima seção, essas condições serão (re)avaliadas na descrição da transição para a *cidade industrial*, dentro da narrativa seminal de Henri Lefebvre. Quanto à sequência descrita por Lewis Mumford, tratemos de recuperar aquilo que o autor descreveu como a influência da aldeia na formação da civilização: a relação simbiótica com o natural e com o outro, a cooperação e a colaboratividade, o papel fundamental da mulher<sup>40</sup>, o cumprimento e o exercício de atividades variadas (contra a especialização e a homogeneização contemporâneas), a redução das tensões psicológicas coletivas, a comunicação e o entendimento amplos, a reciprocidade, a fruição, a segurança e o lazer.

<sup>39</sup> Neste ponto, é preciso avisar que não se abordará toda a história das cidades. A formação da cidade medieval (e do início do comércio de longa distância), do burgo, da cidade ameríndia, etc, não serão discutidas neste trabalho, por mais relevante que sejam para a formação do espaço urbano contemporâneo. Para fins metodológicos (ou seja, práticos), iremos nos ater às categorias utilizadas por Henri Lefebvre em seu famoso eixo temporal que anuncia a urbanização completa da sociedade.

<sup>40</sup> É importante ressaltar que não se corrobora a perspectiva sessentista de Mumford ao falar da mulher, muito menos associar a mulher e o feminino contemporâneos à mulher mumfordiana que cuidava da aldeia, dos animais e dos filhos, enquanto o bravo e destemido homem ia a caça e desenvolvia aptidões irrevogavelmente masculinas para posteriormente liderar a multidão. Se a mulher mumfordiana da aldeia foi capaz de resgatar a harmonia, desenvolver funções múltiplas e zelar pela vida comunal de seus semelhantes, então que sejamos todos *mulher*.

### 1.3 Da industrialização ao urbano

Esta seção abrange o mais importante dos ancestrais comuns das teorias da urbanização extensiva e planetária. Henri Lefebvre (1901-1991) foi um filósofo marxista<sup>41</sup> francês, conhecido por sua crítica da *vida quotidiana*, pela teoria da *produção do espaço* e pelo conceito de *direito à cidade*. O autor escreveu mais de sessenta livros traduzidos em mais de trinta idiomas, além de mais de trezentos artigos. Diante da amplitude da obra de Lefebvre, cabe aqui enfatizar como sua obra será apropriada neste trabalho: ao que concerne, antes à cidade, agora ao urbano. Mesmo com esta delimitação, não se pretende uma síntese do pensamento lefebvriano, mas uma apresentação da formulação original a respeito da urbanização completa da sociedade, bem como explicitar algumas discussões e exposições que elucidam o debate contemporâneo.

O pensamento de Henri Lefebvre não pode ser tomado como um fim em si mesmo. Pelo contrário, é preciso fazer jus ao sentido de *totalidade* construído por ele. Também é preciso informar que este não é um filósofo que trabalha somente no plano da teoria ou do que seria puramente filosófico, mas na e a partir da *prática*. Isto não significa que se trate de uma realidade acabada. Ao contrário, muitas vezes é preciso inverter a perspectiva e colocar o *possível* no lugar do *imediato* (do que se diz “real”) se a realidade ou o projeto (teoria e prática combinados) parece *impossível*. É preciso encontrar movimento e diferença na realidade, sempre com os olhos no horizonte, no *virtual* que ilumina, nos rumos, nos processos e práticas em andamento, na direção do urbano, da *sociedade urbana*, na e através da qual se realizará a *revolução urbana*.

Também é preciso estar atento para o movimento (teórico e ainda assim, prático) que tornou Henri Lefebvre um pensador fundamental para a teoria social crítica contemporânea: o deslocamento da questão marxista tradicional do espaço fabril (da produção) para a cidade, para o espaço urbano (reprodução), empregando um outro método com um outro olhar para o urbano e para a vida quotidiana.

No pós-guerra, Lefebvre se viu diante de um período de colonização da vida agrária na França. Merrifield (2006, p. 27) descreve esse momento no qual “trabalho, vida privada e lazer

---

<sup>41</sup> “Anglo-American studies that see Lefebvre as a preeminent spatial thinker and urbanist—themes he only began to pick up as a sexagenarian—often overlook the fact that he was first of all a Marxist. Texts that discuss his concept of everyday life tend to make short shrift of his dialectical method and utopian “total man”, thereby severing parts of an oeuvre that coexist in dynamic unity. To this degree, a thinker who detested compartmentalization has been hacked apart and compartmentalized within assorted academic disciplines” (MERRIFIELD, 2006, p. xxxiii).

eram todos ‘racionalmente’ explorados”. O progresso técnico-científico substituiu as reformas (e revoluções) políticas e sociais, enquanto subiam ao poder os tecnocratas, junto a um processo de consolidação dos mercados mundiais. Nos anos 1960, depois da publicação do segundo volume de sua *Crítica da vida cotidiana*, Lefebvre escreve *O direito à cidade*, em 1968. Em 1970, publica *A revolução urbana*. As duas últimas serão mais extensamente tratadas nesta seção, além de algumas camadas exploradas em outras publicações do autor, que dialogam com a emergência do urbano.

Apresentamos na seção anterior algumas das transformações da cidade, assim como alguns elementos fundamentais da vida e da organização social derivadas da aglomeração humana, do poder do sinequismo. Mas ainda não chegamos ao Urbano. Para tal, faremos uso das categorias criadas por Henri Lefebvre que compõem seu eixo temporal.

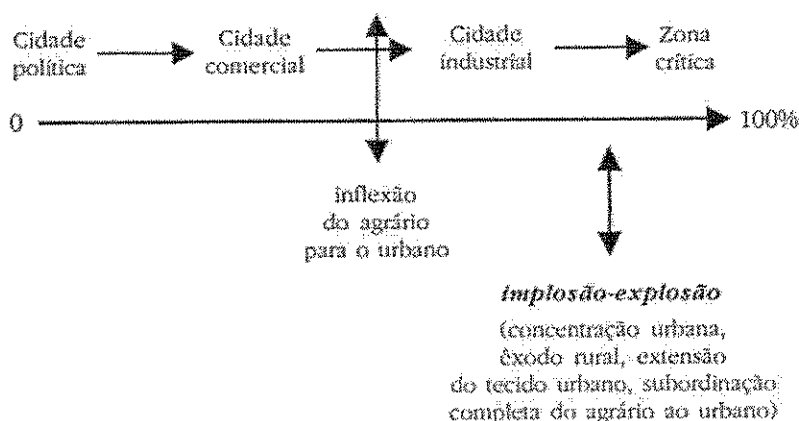


FIGURA 1 - O eixo temporal de Henri Lefebvre

Fonte: Lefebvre (1999 [1970]), p. 27.

Lefebvre parte da pura natureza (do *meio natural*), de um grau nulo de urbanização, quando da “inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária, da *produção agrícola*, do campo” (LEFEBVRE, 2008a [1968] p. 77, grifo do autor). Próximo a esse eixo, está a *cidade política*, uma primeira categoria<sup>42</sup> (materializada na *polis* grega) que domina e organiza sua *hinterland* agrária numa coerção ideológica e militar. De imediato, podemos associar a formulação desse eixo a uma convergência com a hipótese de primazia do campo sobre a cidade. “O que importa é saber que em muitos lugares do mundo, e sem dúvida em

<sup>42</sup> Lefebvre faz uso de categorias. Naturalmente, não há *uma* cidade política, *uma* cidade mercantil e *uma* cidade industrial, mas é possível resgatar na sequência de Mumford diversos elementos e momentos geohistóricos que justificam, dão forma, tornam reais essas categorias.

todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 20). Por outro lado, o autor também resgata o caráter fundamental das cidades para o desenvolvimento agrícola: “A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos” (*ibid*, p. 21). De qualquer forma, para os fins práticos do traçado do eixo temporal, tenhamos em mente que a cidade política, em Lefebvre, só pode ser admitida a partir da escrita. “A cidade política ainda não é ‘o urbano’. Apenas seu pressentimento” (*ibid*, p. 41).

A passagem para a cidade mercantil durou séculos. Inicialmente, o espaço do comércio era exterior à cidade, destinado aos estrangeiros que haviam se especializado na troca. Apenas na cidade medieval européia é que a mercadoria e o mercado penetram a cidade: “a praça de mercado torna-se central. Ela sucede, suplanta, a praça da reunião (o ágora, o fórum)” (*ibid*, p. 22). A partir daí, a troca (comercial) se torna, ao mesmo tempo, forma e função, modificando a estrutura do espaço urbano. Com a generalização das trocas de mercadorias, com as rotas de comércio de longas distâncias, a cidade passa a ser recipiente e fã cada vez mais fundamental. Mesmo com as descontinuidades entre a emergência e a queda de inúmeras civilizações ao longo da história, a cidade surge como *totalidade* (espaço da reflexão, da democracia, do pensamento e da filosofia, ao mesmo tempo que das formas monumentais, do esforço e do poder do homem).

O campo, por outro lado, se limitava cada vez mais a ser a circunvizinhança da cidade: ele produz para a cidade, para o mercado urbano. Ainda assim, era o local da produção agrícola, das paisagens tranquilas e sagradas. De fato, a separação que marca a oposição cidade-campo tem início nas primeiras formas de divisão do trabalho, primeiro conforme a idade e o sexo, depois conforme as habilidades e instrumentos e finalmente, conforme o trabalho intelectual ou manual. Assim, entre a passagem da cidade mercantil para a cidade industrial, Lefebvre (1999 [1970], p. 23) já aponta a inflexão do agrário para o urbano: “O peso da cidade no conjunto social torna-se tal que o próprio conjunto desequilibra-se”.

A atividade industrial, por sua vez, antes localizada fora das cidades, irá mudar de lugar: a necessidade de proximidade de recursos naturais e mão-de-obra diminui de importância frente à necessidade de aproximação do capital e dos capitalistas, trazendo (e formando) consigo uma classe trabalhadora, fruto da migração camponesa para o centro urbano. Penetrando a cidade, a indústria a fará explodir, estendendo-a “desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria” (*ibid*, p. 25). A entrada da indústria na cidade não apenas agrava ainda mais o desequilíbrio do

conjunto, mas o arrebenta. A industrialização irá absorver e dominar a produção agrícola, marcando a completa subordinação do campo à cidade, a perda completa da autonomia campesina, de tal modo que o setor industrial superará o setor agrícola em escala mundial, tornando-o “um setor da produção industrial” (*ibid*, p. 17).

A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e autosuficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico (MONTE-MÓR, 2006a, p. 8).

Com a cristalização da *cidade industrial*, perde-se o sentido da cidade pré-industrial: “totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 26). Perde-se o sentido da *obra* (de arte, não de produto) da e para a sociedade. Lefebvre (2008a [1968]) nota que mesmo antes de ser transformada em valor de troca por banqueiros e mercadores italianos, a cidade foi *uso* desses mesmos grupos sociais que faziam valer a predominância dos mercados, do lucro. O próprio senso de apropriação do tempo, do espaço e do próprio desejo são extraviados. No ponto em que a vida quotidiana torna-se ordenada, Lefebvre discute o que ele acredita ser uma estratégia de classe: a destituição da classe trabalhadora da centralidade privilegiada do poder. “Para a *classe operária*, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto *político*” (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 104).

Às necessidades individuais acrescentam-se necessidades específicas (urbanas) que não podem ser satisfeitas simplesmente via consumo e “cultura” (geralmente *inputs* para os projetos urbanísticos): de criação, de obra, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas; o jogo, a sexualidade, o esporte, a atividade criadora, a arte, todos eles momentos destituídos do quotidiano da sociedade. Perde-se também o *encontro*, enquanto massas de trabalhadores, que ameaçavam os privilégios da classe dominante no espaço de poder, são empurradas para as periferias.

Será indispensável descrever longamente, ao lado da condição dos jovens e da juventude, dos estudantes e dos intelectuais, dos exércitos de trabalhadores com ou sem colarinho e gravata, dos interioranos, dos colonizados e

semicolonizados de toda espécie, de todos aqueles que sofrem a ação de uma cotidianidade bem ordenada? (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 118)

Afastado da cidade (centralidade urbana), agora em um espaço sub-urbano, “o proletariado acabará de perder o sentido da obra. [...] deixará se esfumar em sua consciência a *capacidade criadora*. A consciência urbana vai se dissipar.” (*ibid*, p. 25). À medida em que os direitos tradicionais (trabalho, educação, saúde, habitação, lazer) vão se tornando pouco costumeiros e mal reconhecidos, torna-se fundamental *o direito à cidade*, à *vida urbana*, a uma centralidade renovada, lúdica, do encontro e troca em sentido amplo, do controle e do emprego do tempo, do uso e dos momentos.

Mas, e quanto à cidade? Outrora obra, agora produto da indústria, submetida a sua lógica e domínio, ela irá desvanecer? Não. Como poderia a cidade, “espaço privilegiado da *festa*, do poder e do excedente, a tríade da obra civilizatória” (MONTE-MÓR, 2007, p. 95) desaparecer? O que se sucede é um processo de *implosão-explosão* da antiga cidade:

Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 26)

Ou, em termos monte-morianos:

A cidade industrial sofre um duplo processo, de implosão e explosão. A implosão se dá na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade do excedente/poder/festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista) industrial. A explosão se dá sobre o espaço circundante, com a extensão do tecido urbano, forma e processo sócio-espacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) assim o exijam (MONTE-MÓR, 2006a, p. 9).

Mas o que é esse *tecido urbano*<sup>43</sup>? O termo é utilizado na arquitetura para descrever aspectos estritamente físicos do urbanismo, excluindo os demais elementos (econômicos, socioambientais, políticos, culturais, ideológicos) que compõem o espaço urbano, ou seja, edifícios, vias públicas, redes de esgoto, água e energia elétrica, ruas, avenidas e demais construções. É o que se entende, no senso comum, por urbano. Entretanto, para Lefebvre essa

<sup>43</sup> Metáfora não muito clara, segundo o próprio Lefebvre.

conotação não é tão objetiva, designa uma espécie de rede de malhas desiguais estendidas sobre o território, ligado também à organização do comércio, do transporte, operando como um ecossistema que dá suporte (material) ao modo de vida da sociedade urbana. Ou ainda, senão melhor, o “conjunto das manifestações da cidade sobre o campo.” (*ibid*, p. 17)

Essa explosão inicialmente atinge a circunvizinhança da cidade e a projeção de seus fragmentos se limita ao que Lefebvre (1999 [1970], p. 17) chamou de excrescências do processo urbanização-industrialização: “subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de bairros urbanizados”. No decorrer desse processo, cidades pequenas e médias tornam-se *colônias* das grandes aglomerações. *Virtualmente*, essa extensão percorre todo o território e o tecido urbano preenche todo o espaço social. Nascida da industrialização, também resultado de uma urbanização completa, emerge a *sociedade urbana*.

Novamente, vejamos: a forma (morfologia e forma de vida urbana) da cidade tradicional se estilhaça em pedaços. O binômio urbanização-industrialização *produz* a implosão-explosão, que precede um *ponto crítico*<sup>44</sup>. O que é o ponto crítico? A cidade explode, a sociedade urbana começa a se constituir sob suas ruínas; a apreensão dos múltiplos (e contraditórios) fenômenos se torna altamente complexa.

Mesmo para aqueles que procuraram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, “o urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade (...) O passado, o presente, o possível não se separam. É um objeto virtual que o pensamento estuda. O que exige novas *démarches* (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 106-7).

Essa é a contradição que se coloca no ponto crítico: “tendência para a destruição da cidade, tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana” (*ibid*, p. 85). O que há ao redor do ponto crítico? A vida urbana, a sociedade urbana e o urbano, separados da realidade imediata por uma prática social (cuja base morfológica, a cidade, já se despedaçou), aparecem como *objetos virtuais*, ou seja, surgem como possibilidade no horizonte, futuro que ilumina o presente. Um objeto virtual (possível e *real*) não é fictício; é apenas não constatável de forma imediata. Ele se forma junto a um *processo* e uma *práxis*.

Lefebvre (1999 [1970], p. 28) não deixa o objeto escapular entre os dedos, ele insiste que vislumbremos o possível, existente e plausível, disponível e legítimo, realizável e razoável, factível e *praticável*, não apenas viável, mas iminente, imaginável e latente; crível, concebível:

<sup>44</sup> Lefebvre utiliza também os termos *zona crítica* e *fase crítica*.

*virtual*. “O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingí-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível*.” Ainda que possível, este objeto não é abstrato; a construção é a de um objeto concreto, real. “O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem”.

Esse *possível-impossível* é traço fundamental da construção lefebvriana. Caracteriza o método da *transdução*, uma operação intelectual que elabora um objeto possível a partir de informações incidentes sobre a realidade imediata e presente. A transdução exige uma retroalimentação perene entre o contexto conceitual e a observação empírica. Coloca o conhecimento na utopia. Uma *utopia concreta* e experimental<sup>45</sup>.

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem e se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 110)

E quem não é utópico diante das racionalidades hegemônicas? Quem não é taxado de utópico, louco, *irrealista* quando projeta ou concebe outros elementos que não se submetem à lógica dominante da sociedade moderna? Frente a essas racionalidades, a essa *ideologia*, a ausência da crítica, o que Lefebvre faz é assumir, então, o rótulo da utopia, mas certamente ressignificando o termo, dando a ele a concretude necessária para que não seja apenas um sonho: não se perde de vista a realidade imediata, não se perde de vista o “real” atual e urgente:

A problemática urbana não permite ao pensamento lançar-se na exploração do possível sem precaução. Cabe ao analista descrever e discernir tipos de urbanização e dizer no que se tornaram as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 29).

O próprio eixo temporal é possibilitado pelo objeto virtual: “o futuro iluminou o passado, o virtual permitiu examinar e situar o realizado” (*ibid*, p. 33). Também emerge nesse contexto o *regressivo-progressivo* de Henri Lefebvre: “*regressivo* (do virtual ao atual, do atual

<sup>45</sup> Utopia vivida e experimentada por Lefebvre em seu encontro com Guy Debord e os situacionistas, como descreve Merrifield (2006).

ao passado) e *progressivo* (do superado e do finito ao movimento que declara esse *fim*, que anuncia e faz nascer algo novo)” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 33).

Naturalmente, esse eixo (esquema) “coloca entre parênteses as descontinuidades” (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 77).

O eixo espaço-temporal permite situar algumas relações entre a cidade e o campo, e suas transformações. Ele não retém todas, nem as contém totalmente. Por exemplo, ele não contém nem as condições, nem os elementos dos conceitos ligados a essas relações: a natureza (a *physis*) e o logos (a razão). Ele não mostra a genealogia da ideia de Natureza e suas aventuras (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 34).

Contudo, na fase crítica, esses elementos sofreriam uma emergência imediata, contidos no conjunto (aberto) da totalidade lefebvriana. Nessa zona crítica, a natureza aparece fortemente, em primeiro plano, a frente da questão da reprodução. O eixo espaço-temporal também pressupõe o *urbano* como fim, resgatando o encontro, a criatividade, antes restritas à cidade pré-industrial. O que mais quer dizer esse eixo temporal?

Três eras, três campos na geohistória<sup>46</sup>: o rural, o industrial e o urbano, não mutuamente exclusivos<sup>47</sup>. Em cada campo, uma *prática social*: necessidade, trabalho e fruição, respectivamente.

Entre as eras, Lefebvre (1999 [1970], p. 38) apresenta os campos cegos; “ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe *campo* que não se vê?”: o olhar para o urbano com os olhos formados pela industrialização constitui o *campo cego*. Ademais, ele é agravado e sustentado pelo *cegante*, pela fragmentação e pelo reducionismo que dificulta a percepção de espaços complexos: “não podem saltar do *cotidiano* – fabricado segundo as coações da produção industrial e do consumo de produtos da indústria – para o *urbano*, que se libertaria desses determinismos e coações”. A realidade urbana é, assim, reduzida, um pouco pelo rural, muito pelo industrial. Não é apenas uma questão de “educação”, de conhecimento. Entre a apresentação e a interpretação dos fatos se coloca um enorme mal entendido, fruto de ideologias e racionalidades hegemônicas e dos discursos produzidos a partir dos mesmos. As lógicas da era industrial se confrontam com as lógicas da era rural: a lógica da mercadoria (que orienta a organização da produção); a lógica do Estado e da organização planificada; e lógica da vida quotidiana organizada e dominada.

<sup>46</sup> “não apenas de ‘fenômenos sociais’, mas de sensações e de percepções, de espaços e tempos” (*ibid*, p. 37).

<sup>47</sup> “os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana” (*ibid*, p. 40).

Lefebvre (1999 [1970], p. 44) nos apresenta a *era do urbano*, ignorada e desconhecida quando de seu anúncio em 1970, que hoje se sente com mais vivacidade, *relativiza* “o que passava por absoluto: a razão, a história, o Estado, o homem”. Um novo pensamento (*urbanístico*, e não “do urbanismo”) se apresenta para alcançar, agarrar e compreender a realidade com uma visão mais holística dos processos socioespaciais. Nele, “as *diferenças* são conhecidas e reconhecidas”; as formas espaciais vem para promover o encontro e a simultaneidade, reencontrando, “num nível superior, numa outra escala, após a explosão (negação), a comunidade, a cidade”. Constitui-se um novo espaço-tempo *diferencial*: “cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o”. Esse espaço é definido por “propriedades *unitárias*”, da totalidade, da unidade (não da universalidade). Na era urbana, o espaço urbano é ao mesmo tempo concentrado e policêntrico, que sempre carrega nele e com ele o *possível-impossível*.

É a u-topia (real, concreta). Assim se realiza a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediato, da ordem próxima e da ordem distante, numa realidade diferencial na qual esses termos não mais separam, mas se transformam em diferenças imanentes. Um pensamento a caminho da unidade concreta efetua a retomada (seletiva) das particularidades, promovidas à posição de diferenças: locais, regionais, nacionais” (*ibid*, p. 47).

Por que não podemos ver o urbano que se apresenta? O que constitui o holofote da luz cegante da indústria e da homogeneidade, muito próximo de nossos olhos? Em parte, o próprio “conhecimento”, Lefebvre argumenta, dada a fragmentação e a pretensão de universalismo e prospecção fidedigna até mesmo diante do *reducionismo*. É o corporativismo: “a imobilização das relações” (*ibid*, p. 25). São as *ciências parcelares* (a sociologia, a economia, a demografia, a ciência política, etc.) que, individualmente, decupam e fragmentam a realidade e o pensamento. Pretendem a *síntese*. Tendem a pular de um *nível ecológico* (da realidade imediata, do *habitat*<sup>48</sup>) para o *nível geral* (da totalidade fechada), saltando (inicialmente) o nível intermediário da cidade (mediação das mediações) e ignorando (finalmente) o caráter *total* do fenômeno urbano e a problemática urbana. Na prática, essa fragmentação tem uma implicação

<sup>48</sup> O conceito de *habitat* é desenvolvido em Lefebvre (2008a [1968]) a partir da expulsão da classe trabalhadora do centro urbano, lócus da atividade e da originalidade criadora. O *habitat* é tomado como realidade material advinda da segregação, das políticas de habitação dos tecnocratas. Ele é definido a partir de sua distinção do *habitar*, este último associado às experiências e atividades no espaço urbano. Em outras palavras, a vida urbana do operário expulso da centralidade foi reduzida às suas condições de habitação e moradia, agora distantes do centro urbano. Esta redução do *habitar* ao *habitat* fortalece a necessidade de se fazer valer o direito à cidade, à vida urbana, à centralidade lúdica e renovada.

(e uma razão) *política*. A ciência moderna, especializada, contribui apenas com elementos para um *programa* falido desde seu nascimento, pois técnico. A ciência e técnica (a tecnociência) acabam por expandir e promover uma racionalidade hegemônica, uma ideologia mascarada; contribuem para o intensificação da exploração da sociedade na cidade moderna. Mas a articulação da ciência e da política poderia estabelecer uma frente revolucionária, um programa, através de um movimento dialético que servisse de parapeito à virtualidade, “ao imaginário que se extraviaria” (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 115).

Enquanto as ciências parcelares seguem comportando parcelas de verdade, o *rigor* e a credibilidade científica segue atenuando a problemática do campo cego. “Não falta rigor a essas decupagens analíticas mas, como já se disse, o rigor é inabitável” (*ibid*, p. 43). Como é possível que se fragmente a realidade e que se preveja (planifique) o futuro diante da complexidade? Lefebvre (1999 [1970], p. 153) argumenta que a complexificação do espaço, fundada na distinção entre o crescimento (quantitativo) e o desenvolvimento (qualitativo), intensifica suas contradições. “Acentuam-se as diferenças no povoamento desse espaço que, como *espaço abstrato*, tende ao homogêneo”. Simultaneamente (daí a contradição), “ele se torna pleno de subsistemas, de códigos parciais, de mensagens e de significantes que não entram no procedimento unitário que esse espaço estipula, prescreve, inscreve de todas as maneiras”. Com o agravamento da complexificação e das contradições dela provenientes, a sociedade urbana se afirma no horizonte ainda com mais força.

Dentre as ciências parcelares, tem destaque na crítica lefebvriana aquela que atende pelo nome de *urbanismo*, aquela que torna a cidade parte da engrenagem industrial: organiza a produção e controla o cotidiano dos produtores e consumidores. Enquanto prática social com caráter científico e técnico (mas sem reflexões epistemológicas), o urbanismo adquire um sentido ideológico<sup>49</sup> e institucional, que acaba por prevalecer sobre qualquer que seja o seu caráter científico. Ele dissimula essa ideologia, oculta e finge desconhecer uma *estratégia* a ela vinculada. O urbanista substitui a *práxis* por representações, diante de seu privilégio de síntese sobre a realidade da cidade. Ele “zonea”. Fragmenta os espaços, facilita sua apropriação pelo valor do troca (em detrimento do *uso coletivo*). Ele segrega enquanto pretende integrar. Ele (junto ao Estado, junto aos tecnocratas) procura (às vezes sem procurar) derrubar o elemento intermediário que é a cidade, bem como qualquer tipo de relação autônoma que possa se criar

---

<sup>49</sup> Lefebvre (1968 [1966], p. 31) já destacava a importância particular da *função ideológica*: “assinalaremos aqui a existência social do suporte das ideologias, o grupo especializado (que elabora e emite representações)”.

entre ela e o cidadão. O *urbanismo como ideologia* nega a utopia, fortalece o *impossível*; produz a cidade capitalista enquanto se diz *coerente e racional*.

Enquanto a sociedade francesa se urbaniza, (...) ninguém pensa nem na cidade ideal nem naquilo que está se tornando, ao seu redor, a cidade real. A utopia se apega a múltiplas realidades, mais ou menos longínquas, mais ou menos conhecidas, desconhecidas, mas conhecidas. Não se apega mais à vida real e cotidiana (...) Tamanho é o poder que a ideologia tem de desviar, no exato instante em que não se crê mais na ideologia, mas sim no realismo e no racionalismo! (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 122).

Não se pode pretender que as “soluções” ou análises dos problemas urbanos sejam técnicas. Isso desconsidera o caráter político do espaço. Diante da própria complexificação das relações (com respectivas projeções no território), o espaço se apresenta, como sempre foi, “um espaço político, lugar e objeto das estratégias” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 50). “O que o urbanismo elabora é um espaço político” (*ibid*, p. 164).

A centralidade, por sua vez – antes a ágora, a praça de mercado, antes centralidade criativa, do encontro e da troca em sentido amplo –, se torna o centro de decisão e de consumo para o que Lefebvre chamou de *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Nessa sociedade, a exploração do campo vai se dar através desse centro de decisão, de poder, colonizando-o (e, no limite, todo o território nacional) enquanto a base material da vida campesina vai se equiparando à da cidade, assimilando similares centros de consumo e distribuição, integrando elementos da cidade ao seu território.

Mas com isso não se quer dizer que precisamos das centralidades passadas. Precisamos de uma centralidade renovada, transformada, uma *centralidade lúdica* capaz de reintegrar o sentido da obra, de reempossar a apropriação coletiva do espaço e do tempo, de “colocar a apropriação acima do domínio” (*ibid*, p. 132). Uma centralidade que faça valer o direito à cidade. Mas ele por si só não é suficiente. Um conceito revolucionário de cidadania<sup>50</sup> não é suficiente.

Chegamos a um problema teoricamente fundamental: “pode o embrião [do urbano], muito poderoso à sua maneira, crescer nos interstícios entre Estado, capital, “cultura”, ciência (cientificismo que legitima a realidade existente)? (*ibid*, p. 104)?” Será preciso encontrar a solução nos interstícios do cotidiano, nos resíduos da vida da sociedade moderna. Será preciso resgatar, no espaço *urbano*, a *diferença*. “Abre-se um caminho, exatamente aquele que passa pela abertura” (*ibid*, p. 123); as lacunas na *sociedade moderna*, que busca, se diz e se vê na

<sup>50</sup> “O direito à cidade nada menos do que um conceito revolucionário de cidadania” (LEFEBVRE, 2014 [1989], p. 570).

coerência, na plenitude, podem ser vistas como interstícios que oferecem as possibilidades de emergência da *sociedade urbana*. É uma crise, de fato, mas é ainda uma possibilidade de preenchimento dessas lacunas.

Retomemos, por um instante, as três eras: na era rural, o meio geográfico (her)dadado, os lugares derivados diretamente da natureza, a heterogeneidade do que hoje chamamos biodiversidade; na era industrial, essa heterogeneidade (o espaço) é homogeneizada e a homogeneidade legitimada e confirmada por uma racionalidade, pela planificação, por uma (tecno)ciência que se separa do *vivido* e da *práxis*. Lefebvre (1999 [1970], p. 117-8) irá mostrar que na era urbana, o espaço urbano “difere radicalmente do espaço industrial, precisamente pelo fato de ser *diferencial*”; nele, “as coisas diferentes advém umas das outras e não existem separadamente”. Essas diferenças “não provém do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana”. Ou ainda, dito de outra forma, “as *contradições do espaço* não advém de sua forma racional (...) Elas advém do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista” (LEFEBVRE, 2008b [1972], p. 57).

Assim, se

engendra um novo espaço, que terá o nome de *espaço diferencial*. Por que? Porque o *espaço abstrato* tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento (LEFEBVRE, 2006 [1974], p. 97, grifo do autor).

Natureza, desejo e cultura se reúnem, assim, na sociedade urbana, acentuando as diferenças. Define assim o lugar da superação da lógica da mercadoria, da lógica da indústria, lugar da multiplicação e da complexificação das trocas (em sentido amplo, livre do mercado e do valor de troca); o *urbano*, baseado no valor de uso, cujos elementos fundamentais que determinam sua *forma*, “sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer” (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 85). Os habitantes ainda insistem em reconstruir seus espaços de encontro e retomar os usos dos lugares, das diferenças, para além do valor de troca: “A satisfação de necessidades elementares não consegue matar a insatisfação dos desejos fundamentais” (*ibid*, p. 85). *Necessária* também é a arte, “meditação sobre a vida como drama e fruição” (*ibid*, p. 116), que restitui o sentido da obra, da consciência urbana, das apropriações: do tempo, na música; do espaço, na pintura e na escultura, por exemplo.

“O fenômeno urbano se apresenta, desse modo, como realidade global (ou, se se quer assim falar: total) implicando o conjunto da prática social” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 53). O urbano é acumulativo (não no sentido da acumulação) de todos os conteúdos: “seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano” (*ibid*, p. 112), mas resta saber que essa totalidade jamais se efetua, que “o urbano caminha para uma totalidade sem jamais atingí-la (...) Nenhum determinismo parcial o esgota” (*ibid*, p. 156). “O fenômeno urbano manifesta-se como um pensamento. Ele não pode, portanto, se fechar. A centralidade e a contradição dialética que ela implica excluem o fechamento, isto é, a imobilidade” (*ibid*, p. 158). Esse caráter complexo da totalidade do urbano, “simultaneamente em ato e em potencial, que [também] visa à pesquisa, que se descobre pouco a pouco” (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 111), nos coloca diante de um paradoxo: o *urbano* só pode ser concebido enquanto totalidade, totalidade essa que não pode ser apreendida. O que quer (nos) dizer esse paradoxo? “Ele quer dizer: centralidade e dialética da centralidade. Quer dizer: práxis urbana. Quer finalmente dizer: revolução urbana” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 169). Revolução definida como

conjunto das transformações (algumas bruscas, outras previstas) que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (*ibid*, p. 19).

Uma revolução de caráter total que passa: por uma revolução econômica (desenvolvimento qualitativo frente ao crescimento quantitativo, planificação social frente à planificação econômica); por uma revolução política (controle da estrutura do Estado, generalização da autogestão); por uma revolução cultural *permanente*. Será preciso, então, determinar uma *estratégia urbana* que considere as estratégias existentes (do *impossível*) e seus conhecimentos adquiridos; não podemos nos manter “ao nível dos votos e das aspirações” (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 112). Será preciso conceber a *urbanização como sentido da industrialização*: a industrialização fornece os *meios* e as *condições* para a urbanização, ela própria cria as contradições que abrem a via das possibilidades, ela mesma cria a virtualidade que se coloca no horizonte.

À cidade resta resgatar seu papel histórico: aceleração dos processos e “local das revoluções” (*ibid*, p. 63). A oposição cidade-campo? Está superada, no nível teórico. No nível

prático, também, através da extensão do tecido urbano. Mas isso não significa *neutralizar* os termos<sup>51</sup> “cidade” e “campo”.

Não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua (*ibid*, p. 75).

E mais ainda, isso não significa que a divisão social do trabalho está superada, muito menos dominada. “Atualmente, a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas” (*ibid*, p. 75). Assim, “pouco importa que a cidade tenha ou não desaparecido, que seja necessário pensá-la de novo, reconstruí-la sobre novos fundamentos ou ultrapassá-la” (*ibid*, p. 108) e “pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’ (...) encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível” (*ibid*, p. 118).

Com a completa colonização do espaço pelos centros de decisão, não há mais fronteira, não há cidade-campo. Nessa perspectiva da totalidade lefebvriana, essa contradição se apaga, essa problemática se insere “no interior do fenômeno urbano, entre a periferia dominada e o centro dominador” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 107).

Apresentamos o *urbano* de Henri Lefebvre. Apresentamos o *direito à cidade*, não suficiente, mas fundamental enquanto oposição à práxis capitalista-industrial, enquanto colírio para a cegueira (tomara que passageira) do campo cego, apontando para a *diferença* iluminadora que reside nos poros da cidade contemporânea, nas brechas da homogeneização, nas lacunas da sociedade moderna. Veremos suas implicações.

## 1.4 Urbanização extensiva

Esta última seção aborda o trabalho do mais jovem dos autores que contribuíram para o que chamamos de *formulações clássicas*<sup>52</sup>. Roberto Monte-Mór escreveu amplamente sobre o processo que chamou de *urbanização extensiva*<sup>53</sup> dialogando intimamente com a teoria de Henri

<sup>51</sup> Como colocam alguns críticos contemporâneos da urbanização planetária. Veremos mais adiante.

<sup>52</sup> O termo “clássico” pode parecer inadequado para se referir a teorizações desenvolvidas a partir dos anos 1960. Mas aqui faço referência a Neil Brenner (2014a, p. 6) no prefácio de seu livro que marca a retomada do debate sobre a urbanização completa da sociedade e suas implicações, o que chamamos de *formulações contemporâneas*. “Essa coleção inclui vários textos clássicos de pensadores pioneiros como Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Terry McGee, Roberto Luis Monte-Mór e Marcel Meili”.

<sup>53</sup> A primeira utilização do termo *urbanização extensiva* é de Monte-Mór (1988a). Ver também Monte-Mór (1988b, 1989).

Lefebvre, mas também de Milton Santos, Edward Soja, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Manuel Castells, dentre outros. Sua teorização decorre de um olhar lefebvriano sobre a (geo)história do Brasil, particularmente da Fronteira Amazônica, onde realizou trabalhos de campo recorrentes como planejador e pesquisador entre 1973 e 2002.

Monte-Mór (1994) destacou o problema da dualidade urbano-rural diante das novas formas de ocupação do espaço, das novas lógicas de povoamento híbridas (e aparentemente estranhas), como as “cidades de camponeses” e as “florestas de urbanitas” que emergiam no espaço brasileiro. Essa reestruturação do espaço nacional poderia ser melhor compreendida através da

urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – [que] representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros... (MONTE-MÓR, 1994, p. 171)

Para a construção desse conceito, Monte-Mór (2004) retorna à (geo)história do espaço brasileiro, desde as cidades pequenas e médias nas quais a escravidão inibia a formação dos mercados urbanos que, por sua vez, afetava a divisão do trabalho. Os núcleos urbanos eram marcados pelo poder das oligarquias rurais que residiam nas cidades e controlavam a produção fora das cidades, ou seja, o controle ideológico e militar nessa *cidade política* garantia a absorção dos excedentes agrícolas. O modelo agrário-exportador comandado por essas oligarquias dificultava uma autonomia econômica das cidades e restringia o fluxo de capitais comerciais. Esses obstáculos à consolidação do mercado urbano se traduzem em obstáculos à emergência da *cidade comercial* no Brasil. Em função da dependência histórica do Estado para organização socioeconômica, essa *categoria* era restrita apenas às cidades que usufruíam do aparato estatal localmente e que eram, ao mesmo tempo, capazes de combinar um setor exportador a uma integração com sua hinterland rural, portanto produzindo algum tipo de integração socioespacial.

No século XIX, a produção nacional se restringia à agricultura e às manufaturas básicas diante do controle da Inglaterra sobre a economia brasileira. A indústria brasileira, concentrada basicamente no Sudeste e em outras *cidades regionais* como Recife e Porto Alegre, seguiu o ciclo de desenvolvimento de outras atividades, como a mineração, o açúcar, a borracha, o café

e o algodão. Ao final do século XIX, a abolição da escravidão e a política de imigrantes estrangeiros do governo imperial começaram a criar as bases para o surgimento de uma classe trabalhadora e de sistemas urbano-regionais um pouco mais articulados. Ou seja, mesmo depois da independência, a relação Portugal-Inglaterra manteve as restrições à industrialização brasileira. O controle do Império Britânico sobre o Brasil emperrava as tentativas de industrialização autônoma. Assim, se na Europa a penetração da indústria na cidade, como descrita por Lefebvre, teve início no século XIX, os efeitos da *cidade industrial* só começaram a aparecer no Brasil no governo Vargas (PISI) e se aprofundaram no governo juscelinista do pós-guerra (MONTE-MÓR, 2004).

Até a Revolução de 1930, o padrão de urbanização brasileiro conservava uma polarização extrema: ou localidades completamente desintegradas, numa rede urbana desarticulada, ou grandes cidades regionais, lugar do controle burocrático, que concentravam quase todo o aparato estatal e capital disponíveis. Ainda assim, o espaço urbano-industrial brasileiro era restrito a poucas grandes cidades, alvo dos fluxos migratórios urbano-rurais, com grandes centros de comércio, além de algumas cidades desarticuladas, pouco conectadas aos grandes centros, caracterizando o que Milton Santos (1994) chamou de *arquipélago urbano*. Ao final da República Velha, Monte-Mór (2004, p. 270) identifica a emergência da *cidade industrial* brasileira em São Paulo, centro da acumulação da economia cafeeira, a única cidade capaz de reunir “as condições espaço-temporais para uma nova onda de modernismo e modernização que anunciou a industrialização que estava por vir”.

Na cidade industrial paulistana, foi possível articular, de um lado, os interesses da oligarquia rural em função da centralidade da atividade agroexportadora para o país e, do outro, os interesses de uma nova burguesia, fundamental para que se desse sequência à industrialização brasileira. Mas era predominantemente nas cidades que se davam o crescimento da produção industrial e dos mercados e que, conseqüentemente, se intensificavam as condições da produção industrial e do consumo. Tomadas pela produção industrial, as cidades acabaram por se tornar um meio e um fim dos investimentos industriais, subordinando seus respectivos “campos” às suas necessidades, tanto em termos de produção quanto de atração de pessoas e capitais. Monte-Mór (2004) ressalta que o Estado de Bem-Estar nascente era seletivo: sua atuação se restringia apenas aos espaços e aos setores modernos urbano-industriais. Nesse contexto, diversas áreas (como as regiões Norte e Nordeste) do país permaneciam desarticuladas e fragmentadas.

A urbanização brasileira ganhou força na segunda metade do século XX. Juscelino Kubitschek deu continuidade às políticas desenvolvimentistas do governo Vargas. A expansão em energia e transportes anunciadas no Plano de Metas significavam a expansão das *condições de produção* industriais. A criação de Brasília e o investimento em rodovias almejava uma interiorização que Monte-Mór (2004, p. 281) entende como a intensificação da *produção do espaço* junto a uma integração socioeconômica: enriquecer o nordeste empobrecido e ocupar a Amazônia “desocupada” (pelas condições de produção e, conseqüentemente, pelas relações de produção capitalistas). No governo dos militares, essa *estratégia* se tornou mais clara: através de um governo “técnico”, do planejamento e da atração de investimentos internacionais, forjar-se-ia a economia brasileira do capitalismo fordista. Algumas dessas escolhas, claro, se sentem contemporaneamente. A opção absoluta pelo transporte rodoviário (em detrimento do transporte ferroviário, por exemplo) se traduziu na subordinação à indústria automotiva que se tornou propulsora do crescimento econômico brasileiro. Como nos lembra Lefebvre:

É possível considerar aqui uma variável estratégica: limitar a importância da indústria automobilística na economia de um país e o lugar do objeto “carro” na vida cotidiana, na circulação, nos meios de transporte. Substituindo o carro por outras técnicas, outros objetos, outros meios de transporte (públicos, por exemplo). Esse é um exemplo um pouco simples e trivial, mas bem demonstrativo da subordinação do “real” a uma estratégia (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 128, grifo do autor)

A intensificação da estratégia tecnocracia-industrialização se deu a partir de 1964. Os militares acabaram com as possibilidades de investidas populistas, aumentaram o controle sobre a sociedade e sobre as instituições e buscaram alianças com o capital nacional e internacional para promover crescimento econômico no país. O estímulo à atividade econômica em um espaço nacional ainda desarticulado, cujas condições de produção eram concentradas em algumas cidades, encontrava expressão no adensamento dos centros e periferias das principais cidades (e enfim, regiões metropolitanas) brasileiras. Monte-Mór descreve o que lhes acontece:

O fenômeno de “implosão-explosão” da cidade industrial descrito por Lefebvre (1968) encontra seu paralelo no Brasil, nesse crescimento metropolitano pós-guerra. Por um lado, o valor das terras e a concentração histórica de atividades e investimentos em áreas centrais levou à “implosão” dos núcleos urbanos, onde a renda diferencial da terra produziu preços de imóveis extremamente altos e densidades urbanas; por outro, a integração espacial e a extensão do tecido urbano para além dos limites da cidade para perímetros urbanos constantemente redefinidos ao longo de estradas e avenidas externas marcou a “explosão” da cidade industrial para abrigar o tecido urbano-industrial, um tecido socioespacial privado de sua tríade de

atributos básicos: excedente econômico coletivo, poder sociopolítico e a “festa” cultural (MONTE-MÓR, 2004, p. 290)

Esse *tecido urbano-industrial*<sup>54</sup> foi tomando a circunvizinhança das principais cidades brasileiras e pouco a pouco tomou também as cidades pequenas em suas imediações. Monte-Mór (2004, p. 291) mostra como esse tecido também tomou “áreas periféricas de economia de subsistência” e “enclaves agrícolas e/ou extrativistas pré-capitalistas”, que foram sendo transformados (ou *ativados*<sup>55</sup>) “de acordo com as necessidades que emanam dos centros urbano-industriais”.

A partir das bases interiorizadas do governo JK, os militares ampliaram a urbanização em seu caráter extensivo, fundamental para compreensão do processo de ocupação da Fronteira Amazônica. A partir do final dos 1960, essa fronteira começou a ser ocupada mais intensamente por mineradores, pecuaristas, agricultores, quando da definição da estratégia de ocupação da Amazônia pelo governo militar justificada por interesses geopolíticos e pela segurança nacional. Mas, não obstante, a extensão da fronteira agrícola respondia também às pressões políticas por reforma agrária, além de “dois imperativos econômicos: desenvolver, expandia, diversificar as exportações; e produzir gêneros alimentícios baratos para a dieta básica do trabalhador brasileiro: arroz, feijão, milho, café e carne” (*ibid*, p. 92).

Monte-Mór (2004) busca, então, aplicar o conceito de *urbanização extensiva* para a Amazônia na tentativa de compreender as novas relações socioespaciais decorrente de uma reestruturação territorial, principalmente a partir do regime militar.

fenômeno urbano está presente não apenas nas cidades amazônicas, mas também em uma miríade de formas socioespaciais como áreas de mineração, projetos de colonização, madeireiras, empresas agropecuárias, além de concentrações urbanas de comércio e serviços através da região (*ibid*, p. 7).

A grandiosidade da Amazônia e o papel que ela ocupa no imaginário coletivo é difícil de ser superada. No senso comum, a região é predominantemente rural; a floresta é pristina, intocada<sup>56</sup>. Falar de uma Fronteira Amazônica urbana soa no mínimo estranho para a maioria

<sup>54</sup> Essa nova categoria, acrescida do “industrial” não foi utilizada por Lefebvre, que fazia referência apenas a um tecido urbano. Monte-Mór (1994) utilizou o “urbano-industrial” mostrando que o “urbano” nascente no contexto brasileiro era função do “industrial”.

<sup>55</sup> A ideia de *ativação* de áreas pelas aglomerações urbanas será discutida no capítulo seguinte, onde será apresentado o conceito (dentro das formulações contemporâneas) de *paisagens operacionais de urbanização extensiva*.

<sup>56</sup> Monte-Mór (2004, p. 113) aborda a questão da floresta socialmente produzida e deixa pouco espaço para a interpretação tradicional de espaços periféricos intocados. “Pesquisas antropológicas e arqueológicas contemporâneas tem rejeitado cada vez mais a visão simplista tradicional que retratam os Índios amazônicos – e brasileiros – como tendo um nível baixo e homogêneo de organização socioespacial”.

das pessoas<sup>57</sup>: como pode a região ser urbana se as atividades econômicas ali realizadas são rurais e a infraestrutura é precária<sup>58</sup>? Novamente, esse tipo de interpretação recorrente é possibilitado pela visão do urbano como sendo a concentração de pessoas em áreas *legalmente* definidas. O próprio tecido urbano-industrial não estava mais ausente na Amazônia dos anos 1970. Essa reestruturação social, econômica e ecológica se adensa enquanto a destruição da floresta se intensifica. Os investimentos em rodovias que conectavam o urbano e o rural, o afluxo de capitais e os incentivos para migração foram os primeiros passos na produção de uma rearticulação social-espacial-temporal sem precedentes (MONTE-MÓR, 2004).

O projeto dos militares<sup>59</sup> traduziu-se em extensão dos meios de consumo coletivo (integração tecnológica, transportes, comunicações, serviços financeiros, distribuição, formação da rede com a metrópole) para a Amazônia “desocupada”. O processo migratório na região começou no século XIX – principalmente com a seca nordestina de 1877 – e se intensificou em função da economia (agrário-exportadora) da borracha que perdurou até a década de 1910. No regime militar esse processo se estendeu de forma mais significativa através das iniciativas do próprio Estado brasileiro que, em parte, garantia a reprodução social na fronteira. Com o equipamento do território em bases urbano-industriais – incluindo a selva que incorporava parte dessa infraestrutura: “campos de pouso, portos fluviais, igrejas católicas, e bens comerciais básicos como óleo de motor, querosene, sal, álcool, ferramentas e outros artigos” (*ibid*, p. 89) –, o afluxo de migrantes para a região se deu em dois movimentos principais. Um deles a partir das periferias de cidades grandes e médias em expansão; uma espécie de válvula de escape para aqueles que buscavam melhores condições de vida do que aquelas verificadas nas bordas dos grandes centros urbanos<sup>60</sup>. O segundo estava associado à demanda por reforma agrária, à concessão de terras sem homens para homens sem terra, não apenas a partir das periferias metropolitanas, mas de toda parte do país. De fato, se o empobrecimento de áreas na periferia das regiões metropolitanas modernizadas ampliou o afluxo de trabalhadores para a Amazônia, na prática esse processo também operava como uma estratégia dos militares para evitar a reforma agrária.

---

<sup>57</sup> Contudo, Monte-Mór (1980) já fazia referência a uma *base urbana* na Rondônia dos anos 1970.

<sup>58</sup> Para uma excelente discussão sobre a *precariedade* e a *gambiarra* contra o senso comum do *high tech* no contexto do desenvolvimento endógeno (urbano) na Amazônia, ver Harley Silva (2015).

<sup>59</sup> A Amazônia sempre esteve na mira dos governos militares pelas constantes ameaças de invasão de países vizinhos (e, por vezes, não tão vizinhos).

<sup>60</sup> Segundo Monte-Mór (2004), metade dos trabalhadores de Machadinho haviam trabalhado por pelo menos dois anos na *cidade* de São Paulo.

A criação da rodovia Cuiabá-Porto Velho lançou as bases para a ocupação de Rondônia, marcando o início do processo de urbanização-industrialização na Fronteira Amazônica. As tentativas anteriores esbarravam na natureza reguladora da floresta, na chuva, nos mosquitos, no calor, na lama. A construção da rodovia Brasília-Acre ao final dos anos 1960 fortaleceu a ocupação por parte dos próprios trabalhadores da obra, alterando completamente a vida urbana local, segundo Monte-Mór (2004, p. 88), através de “comércio, serviços, educação, lei e ordem”, “ruas, escolas, edifícios públicos, casas, projetos habitacionais e bairros inteiros”. Os projetos públicos de colonização loteavam as terras em pequenos lotes que eram ocupados por camponeses sem terra (não apenas da região, mas de várias partes do país) que aprofundavam tanto a dinâmica socioeconômica na região, quanto as contradições das políticas de reestruturação. O desenvolvimento agrícola era centrado em (e financiado por) uma economia urbana e regional; os investimentos em estradas intraregionais que ligavam os projetos de colonização às demais cidades permitiram uma articulação dessas centralidades com o restante do espaço regional, dando sequência ao processo de colonização.

Com as estradas, vieram carros, motocicletas, tratores, além de bens de consumo duráveis trazidos nos caminhões. Com as redes de comunicação, vieram televisores (e a cultura televisiva global), rádio, câmeras, computadores e telefones (e mais recentemente, a Internet), tudo isso impactando o preço dos lotes e casas. De fato, a incorporação da Fronteira Amazônica à economia capitalista se dá com a formação dos mercados de trabalho e de terras, este último facilitado e fortalecido pela mobilidade intraregional dos agricultores, seja em busca de oportunidades e melhores condições de vida, seja fugindo de epidemias de malária (MONTE-MÓR, 2004).

No *Nortão* do Mato Grosso, por outro lado, a colonização era privada ou público-privada. A ocupação se intensificou na região com a construção da rodovia Cuiabá-Santarém em um emaranhado de outras rodovias e estradas que conectavam a região aos centros de comando. A maioria dos colonizadores eram atores privados aproveitando os incentivos fiscais e o solo fértil, a topografia, a facilidade de acesso (em relação ao restante da fronteira amazônica), a abundância de água e a terra barata. As atividades econômicas eram predominantemente a pecuária e o cultivo de soja. Os projetos buscaram investir numa infraestrutura urbana “presumindo que alguns níveis de centralidade urbana e serviços eram cruciais para o desenvolvimento rural” (*ibid*, p. 181). O centro urbano regional Matupá, por exemplo, foi planejado de acordo com o sistema de estradas, zoneado de acordo com as atividades microregionais (dependente do crescimento orgânico da região) e se tornou uma

centralidade em termos de bens e serviços – “bares e restaurantes extravagantes, um clube com uma praia artificial, lojas e serviços modernos concentrados e áreas de habitação agradáveis” (*ibid*, p. 187) –, sobretudo para a elite regional, apesar de não ter atingido as expectativas de crescimento.

No Sul do Pará, por outro lado, predominava uma economia extrativista mineral (ouro, diamantes, cassiterite, entre outros) e vegetal (castanhas, borracha, etc.) que, a partir da segunda guerra mundial, se tornou forte o bastante para organizar economias regionais. A constituição das cidades na região era bastante condicionada à descoberta de pedras preciosas. Além dos garimpeiros marginais e de outros *desclassificados sociais*, migrantes do sudeste do país e da Europa chegavam em busca de riquezas. De um lado, uma atividade extrativista ilegal, mas que fortalecia a economia urbana *local*, impulsionada por serviços e comércios locais; de outro, as grandes empresas de mineração materializando o caráter nefasto, violento, excludente e contraditório dessa urbanização extensiva. Nos anos 1970, a cidade de Marabá ganhou projeção com extração mineral (principalmente ouro e minério de ferro; ferro, manganês, bauxita, níquel, estanho) em função do Projeto Grande Carajás<sup>61</sup>, que engloba uma área de 900 mil km<sup>2</sup> –mais de 10% do território brasileiro. O projeto levou a uma concentração da população nas grandes cidades criadas e caracterizou, segundo Monte-Mór (2004, p. 229), a “subordinação da região às necessidades dos capitais industriais” – Estado, capital nacional, capital estrangeiro –, produzindo “formas e processos socioespaciais específicos que aprofundaram as contradições e conflitos que já caracterizavam as áreas da Fronteira Amazônica oriental”.

Ao longo do agravamento da colonização privada, grandes empresas obtinham a concessão de áreas extensas para colonização para construir a infraestrutura adequada, fornecer serviços sociais básicos, apoio técnico e financeiro aos produtores, junto aos órgãos públicos, e claro, vender as terras loteadas. Foi o caso do Projeto Tucumã criado pela empresa Andrade Gutierrez especificamente para migrantes gaúchos. Em 1981, um grande acampamento foi se formando nas bordas da área colonizada que era “protegida” por seguranças (privados) contra as invasões de garimpeiros e pequenos agricultores. Ao final deste mesmo ano, com a descoberta de ouro, a pressão para entrada dos *desclassificados* foi tamanha que a empresa não teve opção senão iniciar a venda de parte desses lotes. Camponeses, migrantes sem terra, garimpeiros puderam atravessar a cerca e o resultado foi um crescimento significativo da

---

<sup>61</sup> Depois da descoberta da reserva mineral em 1967, foi formada uma *joint venture* entre a Companhia Vale do Rio Doce e a US Steel. O projeto teve início em 1973 e, quando foi finalmente institucionalizado em 1980, abrangia 280 municípios, uma estrada de ferro, dois portos oceânicos, um porto fluvial e uma hidrelétrica (MONTE-MÓR, 2004, p. 228).

cidade, com subsequente aumento da oferta de serviços (urbanos) locais (hotéis, casas de shows, circos, cinemas, etc). Em 1985 (fim do regime militar), 3 mil pessoas invadiram a área controlada pela companhia acompanhando o Projeto Nacional de Reforma Agrária que acabara de ser publicado. Já em 1989, a cidade de Ourilândia do Norte, formada a partir das invasões, superava o crescimento da cidade privada de Tucumã. Assim, no Sul do Pará, movimentos (urbanos) de camponeses e garimpeiros contra pecuaristas, industriais e comerciantes (e o próprio Estado) conseguiram transformar “um processo privado de colonização em uma economia regional diversificada ao integrar espaços urbano-rurais públicos e privados dentro do mesmo quadro urbano-industrial” (*ibid*, p. 239). A *mobilidade* transformou os mercados locais em microregionais e a *mobilização* “desprivatizou” o espaço de vida.

Monte-Mór (2004, p. 235-7) apresenta a formação de uma economia regional integrada pelo desenvolvimento das duas cidades, baseado na co-existência de atividades urbanas e rurais com a atividade mineradora e constata, no que tange à velha contradição urbano-rural, que as “categorias estáticas desapareceram enquanto a força de trabalho se deslocava de uma localidade para outra e mudava suas atividades em busca de melhores condições de vida”. A superação da velha contradição cidade-campo resultante do processo de urbanização extensiva dá lugar, na Fronteira Amazônica, à articulação tecido urbano-floresta, na qual as relações de produção (e reprodução) vão sendo reconstruídas nas bases da vida cotidiana.

O que a fronteira amazônica contemporânea mostra é que as relações cidade-campo estão mudando dramaticamente na periferia capitalista brasileira, mesmo tão interiorana como em Rondônia. Para melhor compreender esses processos de reestruturação urbana-regional nessa nova região é necessário delinear uma perspectiva histórica e socioespacial para realçar elementos analíticos para serem posteriormente abordados. A floresta e suas pessoas, a constituição de cidades (agricultura, pecuária e mineração) e a extensão contemporânea do tecido urbano selva adentro são as linhas que costuram essa versão da produção do espaço social na Amazônia (e no Brasil) (*ibid*, p. 109).

A contradição cidade-campo (assim como seus antigos qualificativos urbano e rural) perde sentido não apenas no contexto da Amazônia urbanizada, mas também das regiões metropolitanas em função das novas configurações socioespaciais: uma segunda residência, resorts e ecoturismo, centros de serviço e centros de comércio no campo, complexos agro-industriais, plantas industriais isoladas (bens intermediários, extração mineral, siderurgia, celulose, cimento, etc), usinas de energia elétrica em áreas afastadas dos grandes centros urbanos, tudo isso impossibilita a permanência desse tipo de dualidade. O próprio IBGE iniciou um esforço nos anos 1970 para reconfigurar suas classificações para que elas fossem capazes

de melhor se alinhar à realidade socioespacial (em rápida transformação) do país (MONTE-MÓR, 2004, p. 11). Os efeitos dessas transformações via urbanização extensiva são, também, contraditórios. Por um lado, se coloca a lógica hegemônica do urbano-industrial metropolitano (de São Paulo a Nova Iorque) até mesmo sobre regiões agrárias afastadas das grandes aglomerações (e sobre a vida quotidiana daqueles que as habitam); por outro, se colocam algumas alternativas e possibilidades interessantes.

O Brasil apresenta, segundo Monte-Mór (2004), um histórico de exclusão de grande parte da população do projeto (ocidental) de modernidade. O processo de urbanização-industrialização do país apresentava o mesmo caráter, sobretudo por parte do Estado que o conduziu. Nas periferias metropolitanas, é notável o efeito do adensamento das grandes cidades, que se materializa na precarização das condições de vida e na privação do direito à cidade. Na Fronteira Amazônica, o encontro tecido urbano-floresta é ainda mais dramático, marcado pela violência e pela exclusão-dominação das comunidades tradicionais. O que Monte-Mór (2004, p. 54) chamou de *encontros tardios na floresta* nos anos 1960 e 1970 entre índios e colonizadores é um desses efeitos perversos da urbanização extensiva no Brasil. Este período foi marcado por massacres<sup>62</sup> e expulsões dessas comunidades para o interior mais denso da floresta ou para a periferia das cidades em formação. Políticas públicas e investimentos privados ignoravam completamente os nativos da floresta “reforçando sua invisibilidade histórica”.

Tomemos o exemplo dos Kren-a-karore/Panará, os “índios gigantes”, que viviam na área que hoje corresponde ao Norte do Mato Grosso/Sul do Pará, nas margens do Rio Iriri. Em 1967, viviam em 9 aldeias com uma população estimada em 350 habitantes. Na década de 1970 iniciou-se a construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Em 1973, finalmente foram “encontrados” pelos sertanistas Villas Boas (já reduzidos a cerca de 100 pessoas) e, em 1975, confinados no Parque Nacional do Xingu. Apenas em 1995, com o apoio de diversas ONGs nacionais e internacionais, os Panará conseguiram retornar para as margens do Iriri, ter parte de suas terras demarcadas e, finalmente, mover uma ação indenizatória contra o governo brasileiro – recebida apenas em setembro de 2001 (MONTE-MÓR, 2004).

As culturas seculares dos povos nativos da floresta deflagradas por esse “desbravamento” do capitalismo industrial moderno tornam nítido o abismo socioespacial existente em uma pequena diferença de distância territorial. Poucos quilômetros separavam um

---

<sup>62</sup> “Sedução, escravização, envenenamento em massa, massacres, doenças, fome e sequestros de mulheres e crianças foram - e continuam sendo - estratégias amplamente usadas contra os índios, que revidaram atacando assentamentos, destruindo campos, tentando desesperadamente (hopeless) resistir à invasão e ao genocídio” (MONTE-MÓR, 2004, p. 55).

modo de vida pré-cabralino do “homem moderno”, um exemplo do que Milton Santos (1978) chamou de *tempos espaciais* distintos (neste caso, uma diferença de séculos). O resultado desses encontros tardios, desses tempos espaciais completamente discrepantes, foi uma desintegração cultural e ambiental sem precedentes. Populações inteiras de índios foram dizimadas com a chegada da mineração e da atividade agropecuária. Ainda hoje muitas das comunidades de Rondônia estão confinadas em reservas, mas permanecem sob constante ameaça dos agroindustrialistas (MONTE-MÓR, 2004).

Além das práticas genocidas (ainda hoje impunes), a urbanização extensiva também levou a uma alteração dos padrões locacionais das empresas em função da extensão dessas condições de produção. Transportes, energia elétrica, água e mão-de-obra estendidas pelo território criam novas possibilidades de localização para novos (e velhos) empreendimentos. Quanto mais distantes dos centros de poder e mais próximas de comunidades mais indefesas, maiores as possibilidades de *commoditização* do espaço e menor a fiscalização sobre as firmas produtoras de externalidades negativas, com ênfase nas usinas e fábricas intensivas em poluição e catástrofes ambientais.

Por outro lado, a extensão das relações capitalistas urbano-industriais implica a produção de combinações espaço-tempo-sociedade diversas; estas são manifestações de formas e processos hegemônicos mas, de maneira mais intensa, de (re)criação de práticas tradicionais advindas de necessidades imediatas derivadas dessas heterogeneidades multitemporais: encontros particulares no espaço (tecido urbano-selva) e no tempo (processos globais hegemônicos-culturas pré-colombianas) (MONTE-MÓR, 2004).

Nesse hibridismo de formas e processos espaço-temporais está implícita a politização do território – e essa é uma das contribuições monte-morianas mais fundamentais –, ou seja, a extensão do tecido urbano-industrial produz uma *(re)politização do território*: enquanto o espaço social é “equipado com as condições urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2006b, p. 76), ele é acrescido “das questões sócio-políticas e culturais intrínsecas à *polis* e à *civitas*” (MONTE-MÓR, 2006a, p. 10). O que se sucede é uma espécie de “*cidadania extensiva* através do espaço social (urbano) como um todo”, que empodera “múltiplos setores da sociedade civil e promove a emergência de novos atores sociais, portanto produzindo novos projetos pós-modernos de emancipação” (MONTE-MÓR, 2004, p. 341). Esse processo se intensifica e ilumina novos horizontes enquanto as misturas e trocas da cultura local com a cultura regional e nacional encontram uma base material urbano-industrial. Assim, se antes os *desclassificados sociais* da

Fronteira Amazônica estavam condenados a viver sob a égide do capitalismo industrial, grupos como índios, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores sem-terra e camponeses pobres encontraram novas possibilidades de resistência quando de sua conexão com a *práxis* urbana via urbanização extensiva.

A produção da vida quotidiana e do espaço social na Amazônia, então, é marcada pelas articulações entre a estrutura *hegemônica* do capitalismo e as novas formas de (r)existência política e transformações socioespaciais, entre os encontros surpreendentes de *ordens próximas* e *ordens distantes*.

A menos que as forças capitalistas eliminem todas as outras formas de organização econômica e resistência política e cultural para produzir uma única forma hegemônica, múltiplas combinações espaço-tempo-sociedade vão surgir a partir das muitas experiências, intercâmbios e encontros (*ibid*, p. 26).

Não foi (e talvez não seja) possível criar condições *plenas* para a reprodução das relações de produção capitalistas na fronteira amazônica, justamente por essas combinações surpreendentes. Monte-Mór (2004, p. 341-5) apresenta alguns dos efeitos desse hibridismo cultural e material advindo do alcance do tecido urbano-industrial. Em Machadinho d'Oeste, em Rondônia, diversas associações de pequenos produtores locais já tomam praticamente todo o território. Essas associações garantem não apenas ganhos de escala econômicos (compartilhamento de equipamentos, assistência técnica compartilhada, acesso ao crédito facilitado, redução de custos de transação), mas também fortalecem o grupo politicamente, que se articula com movimentos sociais e sindicatos (locais, regionais e nacionais) na pressão por reforma agrária e melhores condições de trabalho e vida. No Bico do Papagaio, no Tocantins, as associações são parceiras de outras associações de extrativistas, de mulheres, de desenvolvimento agrário e de ONGs em todas esferas e escalas. No Nortão do Mato Grosso, essas associações se conectaram, através de um movimento ambientalista local, a outros trabalhadores rurais estabelecidos na região, ao MST, e reúne mais de 400 produtores na região. Além dos produtores, outras comunidades indígenas também se mobilizaram para ter os seus direitos constitucionais garantidos, também em parceria com outros movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Para um breve histórico das associações de povos indígenas e uma apresentação dos casos dos Kreen-Akarore, dos Kayapó Gorotire, dos Xikrin, além de mobilizações de seringueiros, garimpeiros e outros "desclassificados sociais", ver Monte-Mór (2004, p. 307-350).

Essas mobilizações (urbanas) não se restringem a territórios remotos ou extremos<sup>64</sup> circunscritos na malha do tecido urbano-industrial. Para Monte-Mór (2004, p. 304), a *revolução urbana* de Lefebvre tomou forma nas grandes cidades brasileiras nos anos 80 com a retomada das práticas políticas urbanas em prol dos direitos políticos e democráticos. À época, 70% da população vivia nas cidades (pela classificação do IBGE) e, na maioria delas, a mobilização social se intensificou. As lutas sociais se deslocaram da esfera da produção (capital e trabalho, firmas e sindicatos) para a esfera de reprodução (o espaço urbano). O que antes eram conhecidos como *movimentos sociais urbanos* forçaram os militares a criar formas de controle ou cooptação. Nos anos 80, os movimentos de bairros tomavam milhares de cidades; “a praxis urbana havia envolvido, virtualmente, o espaço social como um todo no Brasil” (*ibid*, p. 304). Em 1978, Francisco de Oliveira anunciou que não haviam mais problemas rurais no Brasil. Todos as questões eram urbanas<sup>65</sup> – e continuam sendo, conforme vem enfatizando Monte-Mór (1988a, 1994, 2004, 2006a, 2006b, 2007, 2015). Naturalmente, não se falava mais em movimentos sociais urbanos, apenas em *movimentos sociais*:

Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, índios, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais e extrativistas, camponeses sem terra, os afetados por barragens, ambientalistas, mulheres, negros, homossexuais, entre muitos outros grupos sociais se organizaram por todo o país, não apenas em cidades e vilas. Na verdade, os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) haviam perdido seu adjetivo de "urbano" e se tornaram apenas Movimentos Sociais (MS), uma vez que eles estavam por toda parte no espaço social. A urbanização extensiva havia trazido, junto com o tecido urbano, o germe da polis, da civitas. Política e cidadania eram agora um problema nacional, da classe média metropolitanas classes às tribos indígenas da Amazônia (MONTE-MÓR, 2004, p. 304-5).

“Conselho Nacional dos Seringueiros, Conselho Nacional dos Índios, MST, Povos da Floresta, Povos do Cerrado, Contag (Sindicato dos agricultores), Instituto Socioambiental, CIMI” se articulam entre si e com “partidos políticos, sindicatos trabalhistas, grupos religiosos, ONGs, movimentos sociais organizados de vários tipos e múltiplas escalas (...) e associações locais” formando uma enorme malha de movimentos sociais no Brasil (MONTE-MÓR, 2004, p. 307).

<sup>64</sup> O *Urban Theory Lab* coordenado por Neil Brenner desenvolveu o projeto *Extreme Territories of Extended Urbanization* que engloba também à Floresta Amazônica como um desses territórios extremos. Retomaremos essas abordagens no capítulo seguinte.

<sup>65</sup> Monte-Mór (2004) esclarece um possível confusão: de fato, questões agrárias continuam a existir no país, mas são agrárias-urbanas. Aqui vem a calhar a distinção de Milton Santos (1993) entre o Brasil rural do Brasil agrário, este último cada vez mais preenchido pelo urbano-industrial.

Em cada um desses interstícios repletos de hibridismos e multiplicidades espacial-temporal-societal no espaço incompletamente organizado<sup>66</sup> brasileiro se encontra o *urbano* de Henri Lefebvre, o qual Monte-Mór (2015) chamou de *urbano-utopia*.

Dessa forma, os atributos do urbano-utopia, desse urbano lefebvriano, anunciado como espaço da superação do urbano-industrial e que privilegia a coletividade e a solidariedade, a complementariedade e a complexidade, a diversidade e a comunhão, entre outros pares de conceitos que vêm sendo hoje resgatados e reafirmados como virtualidades e perspectivas, dão novo sentido à urbanização extensiva e intensiva dos nossos dias (*ibid*, p. 56).

Esse urbano-utopia nos remete à utopia concreta e experimental de Henri Lefebvre: diante das racionalidades hegemônicas que se colocam, quem não é utópico? Longe de permanecer no campo da abstração, essa utopia concreta encontra materialidade nos dias de hoje, na participação, na politização do espaço de vida, na construção de uma cidadania e de uma democracia radicais. “Não há como negar o crescimento das populações antes excluídas e hoje transformadas em atores com vozes por vezes expressivas no cenário contemporâneo” (*ibid*, p. 61).

Parece hoje emergir um novo conjunto social engajado na produção dessas contraracionalidades; uma espécie de *fraternidade dos neocolonizados* que não se resume à “classe trabalhadora” ou aos “desclassificados sociais” excluídos dos projetos de modernidade dos anos 1970. Que está também, mas não apenas, no espaço fabril, nas periferias metropolitanas e regionais. Que se irmana a “setores vanguardistas (ou progressistas) das classes médias do mundo urbano-industrial” também ameaçada pelo ordenamento do cotidiano e pelas forças homogeneizantes do espaço astrato. Que se articula também a diversos outros setores, das ocupações das periferias urbanas de Belo Horizonte aos imigrantes da Síria, da Palestina, do Vietnã. E que encontra sua base material no espaço urbano, numa rede ainda não muito bem definida.

“Não parece haver dúvidas de que aí se encontra uma força telúrica, um imaginário utópico, promessa de encontros, sonho de emancipação que nos referenciam diretamente ao urbano lefebvriano” (*ibid*, p. 62). Nesse sentido, Monte-Mór endossa o deslocamento lefebvriano da questão marxista tradicional, amplia o escopo da crítica para além do espaço fabril e coloca como central a questão ambiental (da ordem da reprodução).

---

<sup>66</sup> O conceito de *espaço incompletamente organizado* é de Milton Santos (1978).

O (re)encontro do urbano com a natureza resgata e amplia a utopia lefebvriana. Se Lefebvre foi visionário e arguto ao perceber a revolução urbana no seu nascedouro na segunda metade do século passado, neste século as novas relações com a natureza estão redefinindo o estágio revolucionário da práxis urbana [...] O campo cego que impedia a percepção do urbano nascente para Lefebvre, hoje impede ainda que se perceba a natureza na vida quotidiana urbana. A percepção da natureza é hoje central para o combate do campo cego da alienação de si ou do mundo, ou melhor, dos dois (*ibid.*, p. 62).

Monte-Mór (1994, p. 176) já antecipava a urgência da emergência de um *urbano-natural*: “À urbanização extensiva é necessário corresponder uma *naturalização extensiva*, tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida quotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal”. (Re)pensar novas bases para a *reprodução ampliada da vida* diante da questão ambiental significa também (re)pensar o planejamento<sup>67</sup> e o desenvolvimento<sup>68</sup>, este último dissociado do *puro* crescimento quantitativo e requalificado com o objetivo de “des-envolver essas populações [neocolonizadas] das amarras que a ‘sociedade burocrática do consumo dirigido’ lhes vem impondo cada vez mais fortemente” (MONTE-MÓR, 2015, p. 67).

Posicionado o sentido do urbano-utopia e constatado o equipamento do território em bases urbano-industriais, encerra-se também a contradição cidade-campo. Monte-Mór (2007) faz esforços no sentido de esclarecer a diferença entre urbano e rural como *adjetivos* e *substantivos*. O urbano<sup>69</sup> e o rural, etimologicamente qualificativos da cidade e do campo, nesse contexto, parecem ter perdido o sentido. O processo de urbanização no Brasil acima descrito ilustra com clareza como essas adjetivações acabam por obscurecer a complexidade e a multiplicidade dos fenômenos socioespaciais contemporâneos. O processo de extensão do tecido urbano-industrial no território brasileiro encerra a dualidade dos adjetivos e requalifica o urbano e o rural como substantivos. Com isso, cidade e campo perdem suas características substantivas de origem e “o urbano” emerge, segundo Monte-Mór (2006b, 2007), como representação da realidade urbano-industrial contemporânea.

<sup>67</sup> Para uma síntese das teorias urbanas e do planejamento urbano no Brasil, bem como sua articulação com o caráter extensivo do urbano, ver Monte-Mór (2006b).

<sup>68</sup> Para uma análise da evolução do tema “desenvolvimento” no contexto urbano-regional brasileiro, bem como suas (re)qualificações diante da questão ambiental, ver Monte-Mór (2013).

<sup>69</sup> “Segundo Antonio Houaiss (2001), o termo urbano foi resgatado no português apenas no século XVI referir à cidade-império e no inglês, segundo o Webster’s Lexicon (1987), apenas no século XVII para se referir particularmente à cidade-sede do Império Britânico em construção, sendo que mesmo a palavra city (do francês cité e do Latin civitas) se impôs na língua inglesa apenas a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973, 1983) mostra que a palavra city apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de borough ou town) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade-catedral, etc.” (MONTE-MÓR, 2007, p. 96).

O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social (MONTE-MÓR, 2007, p. 101).

Através da *dialética da tríade* de Henri Lefebvre (2006 [1974]), Monte-Mór (re)coloca o urbano articulado tanto à cidade, quanto ao campo, de forma a concluir a velha contradição cidade-campo.

Assim, o sentido contemporâneo do urbano se prende à resolução da contradição cidade-campo, à superação mesma dos conceitos de cidade e de campo como formas antagônicas e sua redefinição metafórica no contexto urbano-industrial total de nossos dias. O que chamamos urbano, substantivamente, é o tecido urbano-industrial que se estende para além das cidades sobre o campo e as regiões, integrando os espaços em um processo que tenho caracterizado como de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2007, p. 101).

O rural substantivo, dentro desse novo aparato conceitual, é virtualmente inexistente. O que existem (existiam?) são *ilhas de ruralidade*, ou seja,

espaços intersticiais onde as forças modernizadoras do capitalismo industrial não penetraram inteiramente e onde formas e processos socioespaciais de organização da vida quotidiana e de produção ainda respondiam predominantemente a dinâmicas locais de base agrária e de um meio rural mais ou menos isolado do capitalismo urbano-industrial (*ibid*, p. 102).

No senso comum, o rural persiste como fuga imaginária da realidade urbano-industrial, para aquele que “quase que não consegue ficar na cidade sem viver contrariado”<sup>70</sup> e recorre à *roça*.

Na Amazônia, na cidadezinha planejada de Tucumã, no sul do Pará, um taxista me disse, quinze anos atrás, que no fim de semana ele “foge da confusão da cidade e vai pra roça”. Ele tem muito claro que aquela cidadezinha de seis mil habitantes é distinta da roça, da fazendinha dele, onde tira leite das vacas, chupa cana e, se há hoje energia e água encanada, não há barulho de buzinas ou fumaça diária dos caminhões de madeira e gado, seu trabalho não é marcado pelo relógio, a cultura da televisão não domina o espaço social e ele pode momentaneamente se isolar da cultura urbano-industrial, mesmo ali hegemônica (*ibid*, p. 108).

<sup>70</sup> Aqui faço referência à canção *Lamento Sertanejo* de Dominginhos.

Será preciso “retornar” à *era rural* para escapar da *era industrial*? Será que o campo cego dos holofotes da indústria são tão brilhantes e luminosos a ponto de impedir a emergência da *era urbana* no horizonte que se aproxima? Retornaremos a essas questões no último capítulo.

Finalmente, nos atentemos à importância dessa discussão. Se a questão que se coloca como fundamental é a da reprodução da vida (hoje um tanto mais clara do que quando de seu anúncio feito por Lefebvre em 1968), então é preciso reafirmar a centralidade não só da espacialidade na *teoria* social crítica, mas também de novos níveis de consciência e prática social, da relação do ser humano com o seu *meio*<sup>71</sup>. “A superação que hoje parece se anunciar está longe de responder às questões centrais da sociedade humana, mas certamente promove mudanças no modo de nos relacionarmos com o espaço de vida que ainda não foram avaliadas” (*ibid*, p. 95).

E quanto à urbanização extensiva?

Trata-se de uma metáfora para indicar que o urbano, tomado agora como um substantivo e não apenas como adjetivo da cidade, ganhou virtualmente dimensões globais representando todo o espaço social, ele todo agora equipado com as condições urbano-industriais, prenhe das relações de produção capitalistas e (re)politizado a partir da práxis gerada nas centralidades urbanas. O urbano, aqui visto como um substantivo e não apenas como atributo da cidade, torna-se assim o terceiro elemento na dialética entre campo e cidade, contendo elementos de ambas as partes, mas trazendo consigo as especificidades de um terceiro termo. A contradição cidade-campo tende assim a se dissolver e a se combinar no urbano, e ao campo se impõe outra contradição, desta feita entre a urbanização, que privilegia as questões ligadas à reprodução e à lógica imposta pelo espaço social, produzido, gerido e apropriado acima de tudo como valor de uso coletivo, e a industrialização, que privilegia as questões da produção e a lógica imposta pelo espaço abstrato ou econômico, sob o domínio da acumulação e do valor de troca (MONTE-MÓR, 2006b, p. 76)

---

<sup>71</sup> Ver Milton Santos (2006 [1995]).

## 2 FORMULAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

### 2.1 Estudos urbanos ou estudos das cidades?

Edward Soja (2000) descreveu no prefácio de *Postmetropolis* uma espécie de cenário intelectual dos estudos urbanos: o melhor e o pior dos tempos. Por um lado, um campo de estudo cada vez mais diversificado em termos metodológicos e (inter)disciplinares, com novas abordagens, dialogando com grande parte dos “eventos políticos e econômicos de nosso tempo”; por outro lado, tão grande quanto a inovatividade do campo eram também os desentendimentos, as discordâncias e discrepâncias entre teorias e práticas urbanas. A que se devia (deve) esta fragmentação? À própria complexidade da realidade, cada vez mais perceptível pelo próprio desenvolvimento do campo? À intensificação da problemática urbana? À heterogeneidade de formas e processos socioespaciais sobre os e a partir dos quais se escreve?

Neil Brenner e Christian Schmid (2015a, p. 159) recentemente (re)atestaram essa aparente ausência de harmonia nos estudos urbanos e apontaram os problemas dela decorrentes: muitos *frameworks* epistemológicos, muitas hipóteses ontológicas, baixa capacidade de atuação coletiva. Finalmente, tudo isso se traduz em falhas recorrentes da teoria (urbana) crítica em oferecer “alternativas acessíveis e convincentes” às ideologias hegemônicas do capitalismo contemporâneo. Ou seja, se não houver nenhum tipo de unidade entre os estudiosos e críticos da teoria urbana, então estaremos menos aptos a nos articular (entre professores, pesquisadores, designers, planejadores, formuladores de políticas públicas) a fim de desvendar e denunciar as instrumentalizações e ideologias, os discursos que escondem os cursos, principalmente quando se trata das cidades e do urbano.

Mas o que é teoria urbana crítica? Para Neil Brenner (2009), o papel da crítica é enfatizar o caráter político e ideológico (incluindo a crítica à ideologia social-científica) do espaço urbano, sempre insistindo em outras *possibilidades* mais democráticas e socialmente justas. O autor julga necessário rejeitar a fragmentação disciplinar histórica e propõe a retomada dos teóricos da Escola de Frankfurt para (re)conceber o trabalho contemporâneo dos “urbanistas críticos”, uma vez que esses próprios teóricos não deram muita atenção às questões urbanas. Brenner retoma a compreensão de Marx sobre a *crítica*, não apenas como crítica de ideias e discursos sobre o capitalismo, mas também como crítica *do* próprio capitalismo numa tentativa de superá-lo. Brenner (2009, p. 201) apresenta essa superação como “a busca de alternativas

emancipatórias latentes dentro do presente, em função das contradições das relações sociais existentes”. Este seria o papel da *teoria*.

A teoria crítica, portanto, não se destina a servir como uma fórmula para qualquer curso particular de mudança social; não é um mapa estratégico para a mudança social; e não é um guia de “como fazer” para os movimentos sociais. Ela pode – de fato, ela deveria – ter mediações para o domínio da prática e é explicitamente destinado a informar a perspectiva estratégica de atores sociais e políticos progressistas, radicais ou revolucionários. Mas, ao mesmo tempo, crucialmente, a concepção da Escola de Frankfurt da teoria crítica é focada em um momento de abstração que, analiticamente, precede a famosa pergunta leninista de ‘O que deve ser feito?’ (BRENNER, 2009, p. 201-202, tradução nossa).<sup>72</sup>

Brenner (2009) ressalta ainda outros três caracteres mutuamente fundantes da teoria crítica: i) ela é reflexiva: possibilitada pelas/orientada para as condições históricas específicas; ii) ela acarreta uma crítica à razão instrumental, ou seja, a todo conhecimento que serve à manipulação, à dominação e à tenacidade das formas e relações de poder; iii) ela enfatiza a disjunção entre o real e o possível, apontando e desvendando as restrições que os separam.

Para urbanizar a teoria social crítica, Brenner (2009) recorre ao *Revolução Urbana* de Henri Lefebvre<sup>73</sup> para (re)posicionar a urbanização capitalista não apenas como indutor do crescimento das grandes cidades, mas como processo de extensão do tecido urbano em toda a multiplicidade que o termo carrega, para além do urbanismo *mainstream* e de seus indicadores de tamanho e densidade populacional. Nesta primeira inflexão, fundamental para o que chamamos de *formulações contemporâneas*, Neil Brenner reivindica a integração das questões urbanas à teoria social crítica como um todo e argumenta que o urbano não pode mais ser visto como um lugar distinto e relativamente delimitado, mas sim como uma condição generalizada vital para a acumulação capitalista e a reprodução das relações quotidianas. Seria preciso, de um lado, urbanizar a teoria social crítica e, de outro, promover a reavaliação constante do caráter crítico da teoria urbana produzida.

Este artigo de Brenner publicado em 2009 marca, de certa forma, o início de sua pesquisa em urbanização planetária: cria as bases para reivindicar uma unidade nos estudos

<sup>72</sup> Critical theory is thus not intended to serve as a formula for any particular course of social change; it is not a strategic map for social change; and it is not a ‘how to’-style guidebook for social movements. It may—indeed, it should—have mediations to the realm of practice, and it is explicitly intended to inform the strategic perspective of progressive, radical or revolutionary social and political actors. But, at the same time, crucially, the Frankfurt School conception of critical theory is focused on a moment of abstraction that is analytically prior to the famous Leninist question of ‘What is to be done?’

<sup>73</sup> A crítica da apropriação de Henri Lefebvre feita por Brenner e Schmid, bem como a relação entre crítica-alternativas emancipatórias será abordada no capítulo seguinte.

urbanos críticos; posiciona o aparato teórico que dá suporte aos trabalhos subsequentes; (re)apresenta a necessidade de se urbanizar a teoria social crítica de maneira ampla, de modo que as questões urbanas não mais se restrinjam a um campo de estudos. Além disso, esta é a primeira de uma série de publicações disponíveis através do Urban Theory Lab (UTL)<sup>74</sup>. Este laboratório coordenado por Brenner pretende, desde sua criação, a produção de trabalhos experimentais sobre urbanização planetária, sobretudo em novas tipologias e cartografias urbanas<sup>75</sup>, análises metageográficas e pesquisas em *territórios extremos de urbanização*<sup>76</sup>. Este último busca colocar à prova a factualidade absoluta do termo *urbanização planetária* através da investigação da extensão do tecido urbano aos (euroamericanamente) chamados territórios extremos: Sibéria, Ártico, Himalaia, África Sahariana, Amazônia, Oceano Pacífico, Deserto de Gobi e até mesmo a atmosfera terrestre.

São os territórios extremos alcançados pela urbanização extensiva “o” objeto dos estudos urbanos? São as cidades? São as megacidades? “Pode-se afirmar que a economia urbana tem seu sujeito, assim como a sociologia urbana e a história da cidade? A nosso ver, não. Tanto mais que o objeto ‘cidade’ só tem existência histórica” (LEFEBVRE, 1999 [1972], p. 60).

Neil Brenner (2011) argumentou que os estudos urbanos nunca tiveram sucesso ao definir um objeto de pesquisa. Até a segunda guerra, todas as tentativas de definir esse objeto se basearam, em alguma medida, nas ideias de Louis Wirth, no urbano como um tipo de assentamento. A partir daí foram cristalizadas (e fetichizadas) algumas tipologias com as quais se trabalham até hoje: cidade/urbano; subúrbio; campo/rural. No pós-guerra, essas tipologias wirthianas começaram a ser questionadas, seu sentido como objeto começou a desvanecer, culminando em uma explosão de termos. O artigo de Taylor e Lang (2004) intitulado *The Shock of the New: 100 concepts describing recent urban change* apresenta essa erupção de conceitos e denuncia uma certa pretensão de provocar uma “revolução” nos estudos urbanos ou uma mudança de paradigmas<sup>77</sup>. Além de “megacidade”, “cidade-região”, “cidade global” e outros 97 termos, o que não faltam são “pós-” baseados em críticas epistemológicas e ontológicas a partir de cada uma das ciências sociais (parcelares). O processo de reestruturação urbana que se

<sup>74</sup> O UTL é um projeto coletivo de “incursões teóricas experimentais” cujo objetivo é a compreensão dos processos contemporâneos de urbanização através do desenvolvimento de conceitos mais robustos. Ver Brenner (2013), *Introducing the Urban Theory Lab* e <http://urbantheorylab.net>.

<sup>75</sup> Ver Urban Theory Lab-GSD (2014).

<sup>76</sup> Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/projects/extreme-territories-of-urbanization/>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

<sup>77</sup> Importante notar que a grande maioria desses termos tem origem na academia (e na experiência) euroamericana.

iniciou no pós-guerra desencadeou uma série de tentativas “revolucionárias” (anglo-americanas) que representam, para Taylor e Lang, mais dissolução do que fortalecimento da pesquisa, sem nem mesmo se atentar para o dinamismo, o caráter processual da urbanização, criando conceitos estáticos (para não dizer superficiais) na esperança de que se adequassem a uma realidade complexa em constante mutação.

O termo “cidade” (e seus derivados) se tornou pura ideologia como denunciou Henri Lefebvre. Brenner (2011) veio (re)afirmar que o campo dos estudos urbanos precisa focar nos próprios processos, e não nos objetos por ele mesmo criados. É inadmissível que a compreensão acerca da urbanização repouse sobre fundamentos “concretísticos” e demográficos (no senso comum: prédios, infraestrutura e muita gente). Assim, a pesquisa acerca da *questão da urbanização*, para o autor, fortaleceria o campo dos estudos urbanos, o que não implicaria na negação dos ambientes construídos (sobretudo nas aglomerações onde a concentração de população, capital, infraestrutura, é mais intensa), das lutas políticas ou do próprio crescimento econômico das cidades. A ideia é ir além disso.

Matthew Gandy (2014, p. 86) formulou uma pergunta simples: “onde a cidade termina?”. Nas bordas oficialmente delimitadas da cidade de Londres, o que é e o que não é mais Londres? O que houve com o cinturão verde que envolvia a cidade? O alcance da cidade vai até a última placa de alumínio? Ou ela se estende através do tecido urbano londrino multidimensional através de redes complexas e pouco conhecidas? Até onde o aparato conceitual e metodológico dos estudos urbanos dá conta da urbanização contemporânea?

Para Brenner e Schmid (2011), esse aparato teórico se adequa mais ao século XX (do urbano demarcado como o oposto do rural) do que à atualidade. Os autores identificam, nos últimos 30 anos, uma intensificação particular do processo de reestruturação urbana com alguns elementos principais. Primeiramente, a criação de novas escalas de urbanização geradas por uma *urbanização extensiva* a partir de regiões metropolitanas polinucleadas, resultando em um espriamento de “galáxias urbanas”. Além disso, houve uma espécie de embaçamento e a rearticulação de territórios urbanos, identificáveis apenas pela dispersão de suas funções centrais para subúrbios e *hinterlands*: consumo (*shopping centers* e sedes de empresas), instituições (centros de pesquisa e ensino e sedes de órgãos públicos), cultura (teatros, cinemas e casas de shows), etc. Ademais, as próprias *hinterlands* se desintegraram a partir de reconfigurações funcionais para facilitar a expansão da industrialização, associando novos espaços às redes urbanas planetárias. Os autores destacam também o fim dos “espaços

selvagens” (ou territórios extremos) a partir das consequências socioecológicas das transformações (extensões) urbanas.

Essas transformações colocam desafios fundamentais ao campo dos estudos urbanos: pressupostos epistemológicos, categorias de análise, objetos de investigação; tudo isso precisa de uma reconceitualização para que sigam sendo referências para o estudo das mudanças na organização socioespacial em andamento. A “cidade”, assim como outras unidades, se tornaram ferramentas analíticas obsoletas, de modo que não se pode mais fazer diferenciações entre as grandes aglomerações urbanas e as zonas menos densas através da distinção convencional urbano-rural. Nesse contexto, a própria ideia de subúrbio – que a princípio deveria trazer alguma diferenciação enquanto categoria de análise – é insuficiente. O sub-urbano é também urbano? Como ele pode ser *diferenciado* depois do processo de descentralização econômica que alterou o padrão residencial-familiar dos (até então) subúrbios norte-americanos? Por que sempre assumir que existe um “não-urbano”, um “exterior constituinte”? Esse é a questão central para Brenner (2014b): por uma *teoria urbana sem um “lado de fora”*<sup>78</sup>.

Desde as primeiras teorias urbanas do início do século XX, os fundamentos epistemológicos se apoiavam em hierarquias ou distribuições de cidades baseadas em tamanho e densidade<sup>79</sup>. Mesmo com as diferentes tipologias (não só wirthianas), o foco da *unidade* perdura: desde os estudiosos da economia política da urbanização dos anos 1970 até os trabalhos contemporâneos sobre *idades* neoliberais e pós-coloniais. A implicação direta da perenidade desse objeto é a replicabilidade dessa unidade teoricamente delimitável.

Nesse contexto, Neil Brenner (2014b) propõe uma mudança de paradigma<sup>80</sup> dentro do campo dos estudos urbanos: deixar a compreensão do urbano como condição socioespacial delimitada, nodal ou relativamente fechada para, finalmente, atingir conceitualizações processuais mais diferenciadas (territorialmente), variadas (morfologicamente) e multiescalares. Se a tese fundamental de Lefebvre em 1970 foi anunciada, mas não incorporada ou sistematicamente aplicada aos estudos urbanos, então se faz necessária uma reformulação na direção de novas estratégias de pesquisa e análise capazes de incorporar os parâmetros e objetos apropriados, superando os pressupostos do *mainstream* das ciências sociais e das disciplinas de planejamento e arquitetura.

---

<sup>78</sup> Tradução do título original *Urban Theory Without an Outside*.

<sup>79</sup> Além de Brenner (2014), ver Monte-Mór (2006b) e Costa (2015).

<sup>80</sup> Por um lado, é desejável que se supere a criação ilimitada de novos termos com ênfase na unidade que persistem em negar a amplitude do processo de urbanização. Por outro, é preciso ter um olhar crítico sobre uma “nova” mudança de paradigma que já era explícita nos anos 1960 no trabalho de Henri Lefebvre.

## 2.2 Rumo a uma nova epistemologia do urbano?<sup>81</sup>

Das primeiras exposições em Brenner (2011) ao mais recente trabalho de Brenner e Schmid (2015), permanece o objetivo fundamental da nova agenda de pesquisa: (re)pensar as raízes do urbano e construir uma “nova” epistemologia capaz de dar conta das novas formas de urbanização emergentes. Em função do seu caráter descoordenado, de geografias desiguais, polarizadas, variegadas, com múltiplas escalas e centralidades, as novas formas de urbanização não mais podem ser compreendidas através das categorias tradicionais – todas elas metaforicamente incorporadas na dualidade urbano-rural.

A partir da reestruturação do capitalismo diante da crise do nacional-desenvolvimentismo, Brenner e Schmid (2015a, p. 151-152) identificam três “macrotendências” principais. Primeiramente, tem destaque as novas geografias fragmentadas que formam um “mosaico de desigualdade espacial”. Esses espaços são marcados pela articulação contínua entre local e global, que produzem e contém um ao outro – como, por exemplo, os *espaços nacionais de economia internacional* produzidos pelo adensamento do *meio técnico-científico informacional* de Milton Santos (2002 [1996]). Além disso, os autores ressaltam a pluralidade do fenômeno urbano contemporâneo que tornaria insuficientes as categorias analíticas e adjetivações tradicionais (tamanho, densidade, heterogeneidade, rural-urbano, etc). De um lado, a urbanização produziu novas redes polinucleadas de difícil categorização, além de ter transformado o uso de terras mais distantes das grandes aglomerações (energia e extrativismo, principalmente). De outro, a urbanização formou megacidades e redes de regiões metropolitanas mais densas e interdependentes. Por fim, os autores identificam uma mudança nos padrões regulatórios (ainda mais) direcionados para o desenvolvimento industrial em escala global, marcados principalmente pelos regimes neoliberais nas múltiplas esferas institucionais.

Como é possível compreender a pluralidade do fenômeno urbano e a produção desse mosaico espacial através do estudo das cidades, mesmo que ‘a cidade’ tenha explodido e a unidade tenha assumido outras formas e denominações? Esse primeiro argumento fundante recupera a crítica da *unidade* de Manuel Castells (1983 [1972]) em sua obra *A Questão Urbana*. Para o autor, “a não-delimitação teórica do espaço tratado (...) faz com que o relacionemos a uma divisão culturalmente prescrita (e portanto, *ideológica*)” (CASTELLS, 1983 [1972], p. 334). No caso da *cidade*, para Castells fundamentada no *urbano-unidade do aparelho político-*

---

<sup>81</sup> Aqui faço referência ao título do artigo de Brenner e Schmid (2015): *Towards a new epistemology of the urban?*

*jurídico*, constata-se “uma inadequação quase completa entre estas fronteiras políticas e a especificidade de seu conteúdo social” (*ibid*, p. 335). O autor descarta “a cidade” ou mesmo a ideia de uma “região urbana” como divisões significativas sobre as quais seria conveniente estabelecer fronteiras para o estudo de um objeto de análise específico<sup>82</sup>.

Brenner e Schmid (2015a) retomam a crítica à unidade de Manuel Castells e sugerem uma associação entre a crise epistemológica dos anos 1960 e 1970 nos estudos urbanos e a obsessão contemporânea com as cidades como objeto de análise. Hillary Angelo e David Wachsmuth (2014) utilizaram o termo *citadismo*<sup>83</sup> metodológico para descrever a naturalização e o privilégio dado à “cidade” nas teorias (e práticas) urbanas, principalmente no campo da ecologia política urbana, no qual a “não-cidade” seria, em muitos dos casos, um objeto mais significativo. Como lembra Matthew Gandy (2014, p. 86), as “cidades são apenas uma forma particular de urbanização”. Ou, nas palavras de David Harvey (2014 [1996], p. 61), “a ‘coisa’ que chamamos de ‘cidade’ é o resultado de um ‘processo’ chamado ‘urbanização’”.

Se se incorpora essa crítica à unidade e ao *citadismo* metodológico, imediatamente se questiona a própria existência de um campo de estudos destinado à investigação da cidade<sup>84</sup>. Se falar em “urbano” é falar em “cidade”, então as demais questões exteriores à cidade não são questões urbanas? Já apresentamos esta resposta no capítulo anterior. Mas, então, o que resta à cidade?

O conceito de cidade não corresponde mais a um objeto social. Portanto, sociologicamente trata-se de um pseudo-conceito. Não obstante, a cidade tem uma existência histórica que não se pode desconsiderar. Ainda há e por muito tempo haverá cidades pequenas e médias. Uma imagem ou representação da cidade pode se prolongar, sobreviver às suas condições, inspirar uma ideologia e projetos urbanísticos. Dito de outro modo, o “objeto” sociológico “real”, neste caso, é a imagem e, sobretudo, a ideologia! (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 61)

Ao objeto “cidade” resta a existência enquanto ideologia ou categoria histórica. A partir da crítica de Henri Lefebvre, David Wachsmuth (2014) tenta desvendar a *cidade como*

<sup>82</sup> Mesmo o conceito de *Sistema Urbano* finalmente proposto por Castells (1983 [1972]) não vai na direção de uma epistemologia do urbano compatível com Brenner e Schmid. Pelo contrário, o que se nota é uma crítica ao urbano (extensivo) lefebvriano em detrimento de uma abordagem marxista mais convencional, que analise a relação entre elementos de uma estrutura espacial, a saber: os meios de produção, a força de trabalho, a troca, a gestão e o simbólico (ideológico).

<sup>83</sup> Tradução nossa do original “*cityism*”.

<sup>84</sup> Novamente, ressaltamos que não se trata de abandonar a cidade, mas apenas o vício metodológico que parece tomar a maioria dos pesquisadores. Os autores ressaltam que “poder da aglomeração” ainda é fundamental; entretanto, os velhos limites da cidade explodiram e estão reconstituídos em novas formas de urbanização e de organização territorial (BRENNER e SCHMID, 2015, p. 154).

*ideologia* na contemporaneidade discutindo, simultaneamente, a possibilidade de reconciliação da explosão da cidade e da tenacidade de seu conceito. Ao invés de utilizar a cidade como *categoria de análise*, Wachsmuth (2014) propõe utilizá-la (no contexto do Norte global) como *categoria de prática*, ou seja, de representação do processo de urbanização. Se tomada como categoria de representação de uma prática social emergente (ao invés de categoria fixada analiticamente), então será mais nítida a identificação da cidade enquanto ideologia. Isso implica que o *mecanismo* que possibilita o obscurecimento das relações de poder e de dominação em uma realidade distorcida será mais claramente identificado.

Neste ponto é fundamental a formulação de Kanishka Goonewardena (2005) sobre o *sensorio urbano*<sup>85</sup>: uma articulação entre a produção do espaço de Henri Lefebvre e a produção de ideologia de Althusser. Goonewardena (2005, 2014) se apropria de Henri Lefebvre como um estudioso das *mediações* capaz de revelar o espaço urbano não apenas como potencial de transformação revolucionária, mas também como um *nível* da totalidade social. O autor mostra que através dos diferentes níveis de realidade<sup>86</sup> apresentados por Lefebvre é possível compreender não apenas o seu pensamento, como também o encadeamento e a composição de sua obra. Assim, a partir desses níveis e dimensões lefebvrianos<sup>87</sup> e da intensificação da estetização da política na pós-modernidade, o autor discute como o espaço urbano é capaz de *mediar* ideologias e produz hegemonias. Para que seja *efetiva*, uma ideologia não pode se resumir apenas ao campo das ideias; ela também precisa ser *afetiva*, dialogando com os sentimentos e afeições, com as percepções e sensações (contrárias ao domínio único dos conceitos e pensamentos), ou seja, com a própria estética. Assim, existe uma relação entre a estetização da política e a mediação de ideologias através do espaço (urbano). E ainda, se é verdade que existe uma relação de mediação entre a produção do espaço e a produção de ideologia, é preciso compreender como o espaço urbano faz essa mediação.

Mediar, para Goonewardena (2005, p. 51), é trazer à tona (por um agente), é o resultado de um processo ativo. É o oposto de uma imediação, de uma relação sem intermediários, de um processo sem resultados. Mediar uma ideologia é, portanto, “quebrar seu feitiço”, torná-la visível. Isso porque uma ideologia não se apresenta como tal; ela não permitirá a percepção e o

<sup>85</sup> Tradução nossa de Goonewardena (2005), *The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics*.

<sup>86</sup> Ver Henri Lefebvre (1999 [1970], p. 77-98), capítulo 4, *Níveis e dimensões*. Ver também Lefebvre (2008a [1968], p. 65-72), capítulo 7, *Níveis de realidade e de análise*.

<sup>87</sup> O nível G é o *global*, do Estado enquanto “vontade e representação” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 77). Esse nível projeta um nível intermediário M, da *mediação*, nível “especificamente urbano” (*ibid*, p. 78), no qual está introjetada a dinâmica do nível P, *privado*, da experiência cotidiana *vivida*, que opera como “reservatório da subjetividade utópica” (GOONEWARDENA, 2005, p. 65).

reconhecimento nem de sua natureza, nem de sua mediação. Assim, se para Althusser uma ideologia é uma “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1971, p. 162 *apud* GOONEWARDENA, 2005, p. 49), então precisamos nos atentar para o espaço urbano – simultaneamente determinante de nossa “vida sensível” e produto do nível global – como agente e arena desse desvendamento. Mas não é possível apreender este espaço urbano em sua totalidade; temos um hiato entre este e a nossa própria experiência. Diante disso, questiona Goonewardena (2005, p. 55), qual é o papel desempenhado pela estética e pela política do espaço – o *sensório urbano* – na produção e na reprodução da disjunção perene entre a consciência da vida cotidiana urbana e a estrutura global de relações sociais, ela própria responsável pela produção de espaços da nossa experiência vivida? Se a realidade (assim como a sociedade) fosse transparente, acessível à consciência humana através da experiência, então não precisaríamos de representações<sup>88</sup> (tampouco de ideologias). Ou seja, o próprio *sensório* – este ambiente sensorial (percebido) – urbano obscurece a estrutura do espaço urbano e das relações sociais nele inscritas e projetadas. Analogamente, este hiato entre o espaço urbano e a consciência cotidiana que dele alcançamos encontra um paralelo com o hiato entre as estruturas globais do capitalismo e a experiência vivida. Existe uma relação entre esses dois hiatus associada ao *sensório urbano* que obscurece não apenas a estrutura do espaço urbano como o próprio funcionamento do capitalismo: tanto a experiência urbana estrutura nossa compreensão (e representação) do capitalismo, quanto nossa percepção (seletiva) do capitalismo estrutura nossa compreensão do espaço urbano.

Kanishka Goonewardena (2005, p. 69) apresenta também uma espécie de epígrafe do *sensório urbano* através da descrição de Friedrich Engels sobre a Manchester do século XVIII e de sua própria descrição acerca de Los Angeles. Engels enfatiza a possibilidade de um residente inglês se deslocar dentro da cidade sem se deparar com o (que Lefebvre chamaria de) *habitat* da classe operária. Em sua jornada cotidiana de casa para o trabalho, do trabalho para casa, um cidadão poderia, diariamente, passar despercebido por toda a “miséria” e “sujeira” que o circundavam. Em função da própria intencionalidade do planejamento local, escaparia ao *sensório* toda a pobreza e a fome contida nas favelas. O mesmo vale para a Los Angeles dos

---

<sup>88</sup> Nesse contexto, Monte-Mór e Limonad (2011, p. 209, grifo nosso) entendem que, cidade e campo, “como representações e mediações, remetem a imagens, que residem de forma particular (por ter alguma referência coletiva) na memória de cada indivíduo, em seu imaginário, informado por sua vivência. Essas imagens remetem, cada uma por si, a uma paisagem, a espaços, ritmos e especificidades próprias. Essas representações do imaginário, designadas por Lefebvre (1991) de espaços de representação, coexistem com outras representações e racionalizações do que seja a cidade, o campo e mesmo a natureza, informadas por *concepções hegemônicas*, representações do espaço, que remetem a uma paisagem concebida”.

anos 1990, onde era (é?) possível dirigir do centro da cidade até o aeroporto internacional (suburbano) através de uma imensa via expressa sem que se notasse a pobreza através da qual se passava.

Este sensorio urbano ainda suplanta a compreensão quotidiana contemporânea acerca da estrutura do espaço urbano e do funcionamento do capitalismo? Qual é a representação e a compreensão acerca da totalidade social sugerida por Goonewardena de um cidadão (digamos, em Belo Horizonte) que se cobre diariamente de aço e insulfilm para ir do Gutierrez à Savassi recém “revitalizada”<sup>89</sup>? E da Lagoinha à “cidade” administrativa? É possível enxergar a miséria e a sujeira descritas por Engels até alcançar a Linha Verde ou, mesmo que estivessemos tratando de um motorista um pouco mais atento, ele teria a vista para a favela do bairro União obstruída pelo shopping da Av. Cristiano Machado? E quanto às árvores e cercas fechadas instaladas na beira da estrada para a cidade de Conselheiro Lafaiete? Elas cumprem apenas um papel secundário na estética da rodovia ou servem para bloquear a visão das crateras produzidas pelas mineradoras na serra que está por trás? Ou será que favelas e crateras foram naturalizadas a ponto de não mais informarem nada a seus contempladores, como na paisagem urbana do Rio de Janeiro ou nos arredores do aeroporto de Confins, onde cada pouso revela a extensão do terror ambiental gerado pelas mineradoras? Será que a catástrofe *produzida* pela Samarco em Mariana – e seus desdobramentos ao longo do Rio Doce até o Espírito Santo – choca, mas não informa? Como, por que e em qual medida o sensorio urbano e sua relação com a identificação (e o conseqüente desvendamento) de ideologias varia entre as diferentes sociedades, ou entre as diferentes classes dentro de cada sociedade? Existe uma espécie de padrão ou algum contexto mais amplo que se aplique à realidade *planetária*?

Se a experiência no espaço urbano é parcial, argumenta Wachsmuth (2014), então a compreensão de processos sociais mais complexos também o é. A própria ideia de urbanização planetária só poderia ser compreendida através da representação (não é possível *viver* esse processo *como* planetário). Diante disso, é necessário avaliar a quem servem tais representações e quais estruturas e ordens sociais elas legitimam. É o que (também) se pretende em Brenner e Schmid (2013, 2015a): uma apresentação crítica das *ideologias urbanas* partindo de um exemplo caricatural em destaque no século XXI: o *discurso da era urbana*.

Segundo relatório da ONU, publicado em 2007, a humanidade atingiria um limiar sem precedentes: pela primeira vez na história, se alega, mais da metade da população mundial (cerca de 3,3 bilhões de pessoas) estaria vivendo nas cidades a partir de 2008 (UN-HABITAT,

---

<sup>89</sup> Não existem aspas suficientes para sugerir a falta de vida da Savassi revitalizada.

2007). Essa declaração invadiu o debate político, institucional (ONU, OMS, Banco Mundial), acadêmico<sup>90</sup> e jornalístico, cristalizando uma noção ordinária e superficial acerca da “era urbana” e do que seria a “problemática urbana” (ambas diametralmente opostas aos seus significados na obra Henri Lefebvre). Brenner e Schmid (2013) apresentaram algumas das falhas do discurso da era urbana, além de chamar atenção para os riscos e inconveniências de sua ampla difusão – também ilustrada no artigo através de vários trabalhos<sup>91</sup> que, dramaticamente, se valem do limiar de 50% para destacar a centralidade (bastante conveniente) das pesquisas teóricas e práticas nas *idades*. A própria metodologia de cálculo dessa transição para a era urbana é frágil. Primeiramente em função dos problemas na comparabilidade dos dados: a base de dados da ONU não tem uma definição padronizada do que seja uma localidade urbana, nem mesmo pelos critérios clássicos de tamanho e densidade populacional. Cada um dos institutos nacionais de cada país determina seus próprios critérios do que é uma unidade urbana e informa apenas um percentual de suas delimitações urbanas e rurais. Em alguns casos, os critérios são ainda mais pulverizados, definidas por unidades administrativas subnacionais (estados, províncias, condados, municipalidades).

Brenner e Schmid (2013) apresentam algumas informações acerca da amostra utilizada pela ONU. Cento e nove países membros (38%) utilizaram apenas critérios administrativos internos (por vezes, subnacionais), como descrito acima, para fazer a distinção urbano-rural. Em noventa e oito países (34%) o único critério utilizado foi o tamanho da população, com implicações problemáticas em dois aspectos. Primeiro porque este “tamanho” de transição para o urbano variava de país para país: em Uganda, 100 habitantes em uma unidade já era o suficiente para classificá-la como urbana; na Itália, eram necessárias 10 mil para a mesma classificação. Como nos recorda Lewis Mumford (1998 [1961], p. 142), “ao contrário das convicções dos estatísticos censitários, a arte, a cultura e a finalidade política, não os números, é que definem uma cidade”. Em segundo lugar porque, de acordo com esta metodologia, a diferença entre urbano e rural é sempre de 1 habitante, seja ele o centésimo habitante de uma instaneamente-recém-cidade de Uganda, seja o décimo milésimo habitante de uma unidade-agora-urbana na Itália. Na China, a situação é ainda mais caótica: o nível de urbanização do país (seja lá o que isso queira significar) em 1999, dependendo de qual das três metodologias *oficiais* se utilizasse, poderia ser 24%, 31% ou 73%.

---

<sup>90</sup> Ver, por exemplo, as pesquisas e seminários desenvolvida no centro *Cities* da London School of Economics em torno da chamada *era urbana*. Disponível em: <<https://secities.net/>>. Acesso em: 20 jun 2015.

<sup>91</sup> Inclusive entre estudiosos críticos bastante conhecidos como Mike Davis (2006) e Manuel Castells (2002).

A lista de países, institutos e tentativas de definições (por vezes caóticas) é extensa<sup>92</sup>. No fim das contas, o que isso significa? Para que(m) essa categorização serve? O que isso implica em termos qualitativos para a condição urbana mundial? Mesmo se os dados estivessem certos e a previsão da transição correta, qual é a diferença? Quanto tínhamos 49% da população mundial vivendo em cidades não cabia o qualificativo de “urbana” à nossa “era”? Ou precisamos ceder à parcimônia e compreender que este é mais um desvio da verdadeira *problemática urbana*<sup>93</sup>? O que significa essa transição urbana?

Terry McGee (2014 [1991]) apresenta o discurso da transição urbana de 1987, quando o termo “urbanização” era (é?) utilizado para sugerir uma ideia de maturidade, de infraestrutura eficiente, de redes de transporte ótimas. Ainda que não seja possível reconhecer a mesma perspectiva crítica dos autores até agora citados, McGee questiona não apenas os efeitos das cidades (à época, previsões) de até 30 milhões de habitantes, mas também de outras possibilidades decorrentes do processo de urbanização. O autor confronta a ideia de “transição urbana”, argumentando que a dualidade urbano-rural não dava mais conta (há 25 anos atrás) de explicar as transformações decorrentes do processo de urbanização: em alguns países asiáticos, já na década de 1980, haviam áreas de produção agrícola mais densas do que os grandes centros urbanos aos quais elas eram adjacentes. Daí, qual seria a classificação plausível? Ainda, não seria possível assumir que a prospectiva da transição urbana seria inevitável apenas com base nos ganhos das economias de aglomeração, dado que também existem *spillovers* negativos. McGee (2014 [1991]) argumenta que o paradigma ocidental (baseado na experiência europeia) não poderia ser simplesmente transferido para os países asiáticos, dado que sua incorporação à economia mundial a partir do século XV teria criado padrões de urbanização muito diferentes, sobretudo em função dos diferentes colonizadores (com seus respectivos padrões tecnológicos, produtivos, regulatórios, etc) e colonizados (diferentes culturas e práticas locais).

<sup>92</sup> Monte-Mór (2004) apresenta, para o caso brasileiro, as tentativas do IBGE de criar novas terminologias capazes de compreender as novas formas espaciais em emergência, não apenas na Fronteira Amazônica mas em todo o território brasileiro.

<sup>93</sup> Aqui não se pretende imprimir um sentido à “teoria da conspiração” como se a problemática urbana lefebvriana fosse amplamente conhecida pelos “donos do poder” que tentam desviar a todos do verdadeiro sentido revolucionário do urbano. Mas também não podemos simplesmente assumir que estatísticos entediados passaram décadas coletando dados de todos os países do mundo e, enquanto o odômetro urbano girava dos 49,99% para os 50,00%, resolveram publicar um relatório. Que historicamente se tenta esquivar das verdadeiras questões e contradições através da viralização de “novas” temáticas e ideologias, discursos e eventos – do Plano Cohen ao 11 de setembro; da guerra contra o comunismo à guerra contra o terrorismo; da Copa do Mundo de 1970/1978 à Taça Libertadores de (junho de) 2013 –, disso nós sabemos. Que muitos desses políticos, empresários, jornalistas e acadêmicos desejam a perpetuação de seus trabalhos que mantêm seus escritórios, cargos e privilégios, disso nós também sabemos. O ponto (por enquanto) é: mesmo dentro da teoria social crítica não se é capaz de distinguir discursos obscurantistas e desvendar ideologias e racionalidades hegemônicas?

McGee (2014 [1991], p. 123) faz um esforço no sentido de construir um modelo com diferentes padrões de assentamentos urbanos, no qual a ideia de transição urbana seja posicionada considerando um paradigma mais amplo do que a teoria ocidental-europeia. Essa seria uma tentativa de “investigar a maneira que um conjunto de condições em um lugar interage com uma mudança processual mais ampla” – em convergência com a reivindicação de uma teorização mais reflexiva e processual de Brenner e Schmid (2015a). McGee (2014 [1991]) constrói uma nova cartografia regional propondo novas categorias teóricas, dentre elas as regiões *desakota*. O termo foi cunhado durante as pesquisas do autor na Indonésia – *desa* (vila), *kota* (cidade) – na tentativa de inserir no debate internacional um termo *da e para* a sua região de formulação-aplicação. Essas regiões *desakota* (grosso modo, regiões cidades-vilas), como aponta McGee, seriam fundamentais para a atividade econômica local e para a diversificação produtiva, superando a simples divisão do trabalho manual-intelectual entre cidade-campo. Esse esforço de desenvolver uma nova categoria de análise de acordo com especificidades contextuais, para McGee, significa desafiar o *tradeoff* convencional que decorre da categorização tradicional, qual seja, crescimento urbano *vis-à-vis* crescimento rural. Pensar em um desenvolvimento planejado que envolva essas regiões (ou zonas) *desakota* poderia resolver este *tradeoff*.

O trabalho de McGee nos ajuda a perceber que as implicações práticas dessas definições de categorias não são uma particularidade contemporânea do discurso da era urbana iniciado pelas Nações Unidas. Mesmo diante da (irônica) falta de coerência e rigor metodológico, essas categorizações (e a compreensão obtida a partir delas) tem impactos extensos. Para Brenner e Schmid (2013, p. 748) elas mediam os “discursos, representações, imaginação e prática”, tanto populares, quanto acadêmicas, com desdobramentos sobre relações econômicas e políticas. Além disso, o discurso da era urbana (bem como outras ideologias citadistas) gera uma visão defasada da condição urbana mundial. Por isso, argumentam os autores, é necessário rastrear a trajetória e a abrangência do discurso e da noção popular acerca da era urbana, bem como suas influências nas ações de atores, instituições e políticas públicas. David Satterthwaite (2010) apresenta as limitações e insuficiências dos dados disponíveis sobre níveis de urbanização e as distorções de políticas urbanas que utilizam esses dados como referência. Entre acadêmicos, políticos e jornalistas, existe uma grande quantidade de juízos normativos sobre as políticas implementadas em cidades de acordo com seu tamanho ou seu nível de urbanização. Além da falta de critérios empíricos nas pesquisas populacionais (de tamanhos de amostra muito pequenos à baixa abrangência de características das condições de vida locais), não se questiona

sua comparabilidade, ou seja, não se tem devidamente em consideração as diferenças entre as condições socioespaciais de centros urbanos distintos, por vezes em países distintos.

Conforme argumenta Satterthwaite (2010), um dos impactos mais graves e imediatos é a transposição (acrítica) de políticas do Norte para o Sul global – sobretudo nas áreas de saúde pública, pobreza e emissão de gases, dramaticamente diferentes no Sul –, mesmo diante da inconsistência de muitas das bases de dados em urbanização no Norte (como é o caso da Europa). Dito de outra forma, é como se transpusessemos um modelo urbanístico ou uma política urbana de Londres para São Paulo, simplesmente pelo que a capital da Inglaterra significa no cenário global, sem considerar as especificidades contextuais de cada localidade. Jeniffer Robinson (2002) já havia feito a crítica dessa geografia dos estudos urbanos. De um lado, as cidades do “primeiro mundo” referenciadas como modelos a serem seguidos; nelas e através delas são produzidas e exportadas as teorias e as políticas urbanas. Do outro lado estão as cidades do “terceiro mundo” como problemas a serem resolvidos; seu diagnóstico e seu prognóstico são baseados nas condições e práticas urbanas das cidades de primeiro mundo.

David Wachsmuth (2014) também critica esse tipo de transposição que pressupõe uma comparabilidade/replicabilidade das cidades, sobretudo das práticas urbanas contemporâneas embasadas nas ideias de *competitividade urbana* e de *benchmarking urbano*. Se se parte do pressuposto que as cidades são unidades (urbanas) delimitadas, replicáveis, comparáveis, então é possível fazer coro ao argumento neoclássico economicista de escolhas racionais, maximização e competitividade: empresas e bancos seguem tentando otimizar seus investimentos, enquanto prefeituras seguem na busca de incentivos para que essas organizações se instalem nas “suas” cidades.

Além dos problemas mais diretos envolvendo guerras fiscais e concessão de bens, serviços (e espaços!) públicos, aos poucos se cristaliza o paradigma da competitividade e, talvez mais gravemente, da homogeneização para todo tipo de unidade: se no processo de *benchmarking* constatam-se práticas urbanas ótimas em determinada cidade, então qual é a conclusão brilhante que decorre dessa identificação? “É melhor que a nossa cidade adote a prática ótima da cidade X”, deduz magnificamente o prefeito, “para que sejamos tão *competitivos* quanto ela. Logo, adotemos (acriticamente) as mesmas práticas para seguirmos no caminho do *progresso*. Um dia chegaremos lá.” A esse raciocínio esdruxúlo somam-se prêmios e recompensas esdruxúlas: “melhores práticas”, “melhores políticas urbanas” que acabam por

eleger “melhores gestores” e “melhores prefeitos” de acordo com critérios tão (ou mais) precários quanto aqueles que constataam a transição urbana<sup>94</sup>.

As forças capitalistas (sistemas de governança, empreendedores, mídia) estão focadas na “produção de uma representação despolitizada de uma cidade unitária competindo em um mundo de cidades similarmente unitárias” (WACHSMUTH, 2014, p. 367, tradução nossa). Mas se Lefebvre (1999 [1970]) anunciou o urbano como condição fundamental para compreensão da sociedade, então é preciso conhecer, compreender e distinguir “cidade” e “urbano” ao invés de afirmar e reafirmar a importância da “cidade” na realidade social. É preciso confrontar esse tipo de esquema fragmentário e simplificador, que abre espaço para previsões e trajetórias factíveis de apropriação indevida. A partir da premissa errada, encontra-se qualquer resultado. A partir de evidências falsas, se formula qualquer pergunta teórica, respondida através de qualquer metodologia. Abre-se espaço para o que Brenner e Schmid (2013, p. 15-17) chamam de *territorialismo metodológico* a partir de unidades supostamente delimitadas e mutuamente exclusivas. O resultado é esse “fetichismo do assentamento” que permite que qualquer espaço seja diferenciado por *tipo*, que facilita que a oposição urbano-rural – “a divisão do indivisível” – se mantenha, como também se mantém os modelos de transição urbana que assumem um tamanho populacional discreto e um território coerente, ou seja, repleto de especificidades que permanecem constantes diante das transformações, numa espécie de *coeteris paribus* espacial.

A partir dessas (e de outras) (re)afirmações cidadistas, foram produzidas metanarrativas que se popularizaram no meio acadêmico. Para Brenner e Schmid (2015a), tratam-se de abordagens universalistas, totalizantes: “cidade-cêntricas”. A primeira delas é identificada como *triumfalismo urbano*: as cidades são o motor da inovação (à la Jane Jacobs), da vida civilizada e da democracia. Nelas (e apenas nelas), poderemos encontrar o caminho para o desenvolvimento da sociedade através do progresso tecnológico e de modelos ótimos de governança. Angelo e Wachsmuth (2014) questionam esse ideal de que “só as cidades poderão nos salvar”<sup>95</sup> como parte da crítica já mencionada ao *citadismo* metodológico no campo dos estudos urbanos, particularmente da ecologia política urbana.

<sup>94</sup> O site do Gabinete da Prefeitura de Belo Horizonte exibe orgulhosamente o prefeito Márcio Lacerda como eleito melhor prefeito do Brasil. Só se omite que a pesquisa é do Datafolha (2012), feita apenas em 6 dos 5563 municípios brasileiros, com uma amostra de 827 entrevistas em BH sem estratificação por nível de renda, classe de bairros ou ocupação. “A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados” (DATAFOLHA, 2012, p. 2).

<sup>95</sup> Aqui faço referência à sessão proposta por Hillary Angelo e David Wachsmuth para o encontro da Association of American Geographers em 2016, *Why does everyone think that cities can save the world?*. Disponível em: <<http://www.aag.com/annualmeeting>>. Acesso em: 15 set. 2015.

A segunda metanarrativa é a do *urbanismo tecnocientífico*, no qual as cidades são tomadas como sistemas naturais através dos quais é possível fazer previsões utilizando a imensa disponibilidade de dados e das técnicas disponíveis para o tratamento de *big data*. Brenner e Schmid (2015a) apontam o caráter neopositivista neonaturalista do urbanismo tecnocientífico que, assim como os teóricos da Escola de Chicago, faz das cidades seu objeto de estudo enquanto unidades delimitadas replicáveis. Toda essa engenharia urbana, esse aparato teórico metodológico (das *smart cities* à nova ciência das cidades<sup>96</sup>) é baseado, segundo os autores, na ideologia tecnocientífica que confia à tecnologia as soluções da vida moderna, inclusive aquelas que não podem ser resolvidas por ela, o que resulta em uma despolitização completa do espaço urbano.

A terceira metanarrativa popular é a da *sustentabilidade urbana*. Se as cidades antes eram tomadas como “espaço morto” pelos ecólogos, como coloca Monte-Mór (2015), ou seja, agentes da crise ambiental (reprodutiva) planetária, hoje se atribuem a elas a missão não apenas de se tornarem ecologicamente resilientes, mas também de criarem soluções “sustentáveis” para o restante do planeta “não-cidadino”. Mas geralmente essa “naturalização” das cidades não passa de um simulacro do (que um dia foi o) campo<sup>97</sup>, de modo que não se concentra (as vezes não se percebe) no fato de que as próprias cidades estão ligadas a diferentes formações territoriais para além de seus próprios territórios.

David Wachsmuth (2014) descreve algumas particularidades do que chamou *cidade tradicional*. As oposições cidade-campo e, por conseguinte, urbano-rural, tem destaque na formação do imaginário e da base teórica dos estudos da cidade tradicional, como já discutido extensamente. Além disso, essa cidade é tomada como um sistema auto-suficiente e como um *tipo* ideal, possibilitando, teoricamente, uma série de comparações entre as diferentes cidades – implícito, nesse contexto, a discussão sobre competitividade urbana, na qual se inserem algumas temáticas como o benchmarking urbano, os megaeventos e suas respectivas articulações ao neoliberalismo e aos protestos que deles decorrem. O autor argumenta que não há mais uma descrição plausível do processo de urbanização dentro da perspectiva do *citadismo*, de modo que qualquer utilização categórica da cidade sempre implicará em uma representação ideológica.

---

<sup>96</sup> Ver, por exemplo, Michael Batty (2013) e sua abordagem de sistemas de cidades dentro da chamada ciência da complexidade para o que o autor chamou *A Nova Ciência das Cidades* (que dá o título da obra).

<sup>97</sup> Ver Lefebvre (2008a [1968]) sobre os “espaços verdes”; ver também Monte-Mór (1994, 2015) sobre os simulacros da natureza na cidade.

Wachsmuth (2014) reflete sobre a formação dessas dimensões ideológicas e, finalmente, apresenta três razões principais para a construção dessa ideia de cidade tradicional – novamente, vale enfatizar, para o Norte global. Em primeiro lugar, estão as primeiras formulações dos estudos urbanos acerca da cidade na Escola de Chicago, onde a cidade aparece como um conceito científico. As proposições (universalistas) de Robert Ezra Park sobre os *mecanismos* e as propriedades do sistema-cidade e de Ernest Burgess sobre o sistema urbano como um *organismo* ajudaram a construir essa percepção funcional da cidade como sistema auto-suficiente, inclusive em oposição ao campo. Mas foi apenas no pós-guerra que se completou a transição da *identificação* para a *criação* do sistema-cidade com a consolidação do Estado fordista-keynesiano enquanto agente da produção do espaço – na criação de vias expressas, na produção da suburbanização, na *prática* de segregação e fragmentação funcional do espaço urbano. Nesse contexto, surge o segundo agente da formação da representação ideológica da cidade: a nossa própria experiência de urbanização relativa à cidade, tonificando nossa construção representativa da cidade tradicional – e da estrutura do espaço em que ela está inscrita, seguindo a teorização do sensorio urbano de Goonewardena. O autor avalia que os próprios projetos capitalistas deram suporte ao termo “cidade” e às suas respectivas representações.

Essa relação da cidade e do espaço urbano com os projetos capitalistas ou, de forma mais ampla, com o modo de produção capitalista está associada a uma perspectiva crítica acerca do processo de urbanização que é presente na totalidade dos trabalhos até agora apresentados neste capítulo. A reivindicação de Brenner (2009) é clara: integrar as questões urbanas (e a *problemática urbana*) à teoria social crítica tomando o urbano como condição planetária e vital para a *acumulação* capitalista e para a *reprodução* das relações de produção. David Harvey (2015) argumentou na mesma direção: a *acumulação* de capital depende cada vez mais dos processos de urbanização. Poderíamos estender essa lista de autores engajados no desvendamento dos processos de acumulação e de reprodução das relações de produção e sua relação aos processos de urbanização. Mas para além dessa perspectiva crítica, não estaríamos também interessados nas alternativas emancipatórias? Não se deseja também apresentar as condições que nos remetem ao *urbano* lefebvriano? Não seria preciso discutir a urbanização para além da urbano-industrialização e do sentido extensivo da colonização citadista? Quais são as implicações dessa apropriação da obra de Henri Lefebvre que não discute um horizonte, que não opera de acordo com o método *regressivo-progressivo*, com o *possível-impossível*, com a emergência da verdadeira *era urbana*? Abordaremos essas perguntas no capítulo seguinte.

Por enquanto, estejamos atentos às perspectivas associadas ao processo de urbanização e à *problemática urbana*.

Tomemos, por exemplo, a exposição e o questionamento de David Harvey (2014 [1996], p. 52-53): nossa forma (obsessiva) de enxergar a cidade como uma *coisa* marginalizaria nosso senso de urbanização como um *processo*? Ainda, será que a nossa compreensão da urbanização poderia contribuir para políticas emancipatórias? Influenciado pela velocidade do processo de urbanização (e, ironicamente, pelo discurso da transição urbana), Harvey compreende que “o futuro da maioria da humanidade agora está, *pela primeira vez na história*, fundamentalmente em áreas urbanizadas” – até aí, nada de fundamentalmente novo, se nos recordarmos do anúncio de Lefebvre em 1970. Além disso, prospecta que “os *atributos* da vida urbana no século XXI” irão *determinar* “os atributos da própria civilização”, o que certamente corrobora o argumento monte-moriano de uma extensão tanto da base material, quanto da *práxis* germinadas nas centralidades urbanas. De início, Harvey (2014 [1996], p. 53) parece constatar uma espécie de *urbano-distopia*, “julgando superficialmente o presente estado das cidades do mundo”. A cidade do século XXI projeta um “pesadelo distópico” em uma aglomeração de desespero, a julgar pela cultura do automóvel, pelo nível de desemprego, pela emergência de protestos e pela vazão de riqueza e poder das grandes cidades de países centrais. Aparentemente, diante das manipulações da grande mídia política e das condições de vida precárias, a “única resposta racional por parte daqueles deixados à margem é a raiva urbana, tornando o estado das relações sociais (...) muito pior agora do que tem sido por muitas décadas”. Por outro lado, algumas das principais cidades nos mesmos países estaria assistindo a uma retomada da centralidade acompanhada de uma fuga massiva dos subúrbios.

Mas, para Harvey (2014 [1996], p. 54-55), os problemas das cidades em economias avançadas “empalidecem em insignificância” diante dos “dilemas extraordinários” das cidades do Sul global, uma vez que São Paulo, por exemplo, experimentou em “uma geração o que Londres viveu em dez e Chicago em três”, levando a problemas ambientais mais severos, como por exemplo a um nível de poluição do ar “crônico” nas cidades dos países em desenvolvimento. Isso tudo para dizer que, para que possamos compreender os prospectos da *vida urbana* nos “países avançados”, quanto no “mundo em desenvolvimento”, é preciso compreender como essas diferenças surgiram. É preciso, argumenta Harvey, fazer das *cidades* uma “figura de desejo utópico”. Mas o que é esse argumento, senão *citadista*?

O que manteve o crescimento das cidades foram seu número e tamanho limitados? E o que removeu as restrições ao crescimento urbano pós-1800? Harvey (2014 [1996], p. 57)

argumenta que a mudança está na relação das cidades com as hinterlands. Até o século XVI, as hinterlands européias tinham baixa capacidade produtiva e, portanto, não haviam suprimentos básicos para as cidades. O rompimento dessa barreira veio com as primeiras ondas de novas tecnologias geradas pelo complexo militar-industrial do capitalismo. Cada “cesta de inovações”, sobretudo nos transportes e nas telecomunicações, trouxe uma mudança radical na organização do espaço, conseqüentemente, abrindo portas para novos processos de urbanização. Como todas as possibilidades organizacionais derivaram do modo de produção capitalista, seria então de grande valia notar que “estamos todos emaranhados num processo global de urbanização capitalista”. Assim, será preciso olhar para a urbanização em termos de força da acumulação de capital (financeiro, agro-industrial, estatal, etc), bem como sua apropriação dessa rede da urbanização para fins estritamente acumulativos.

Seria preciso, então, romper com o raciocínio do século XIX, quando apesar de toda a ênfase que foi dada aos processos e relações sociais, acreditava-se que seria possível controlar, conter, modificar ou permitir processos sociais; muitos reduziram o problema dos processos sociais à questão de encontrar a forma espacial correta – o que nos leva diretamente de volta à *dialética socioespacial* apresentada por Edward Soja (1989). A grande questão não é a visão totalizadora, mas a insistência em privilegiar coisas e formas espaciais ao invés dos processos sociais. Por outro lado, Harvey (2014 [1996]) segue insistindo na cidade e na necessidade de se posicionar os processos sociais como fundamentais para compreender e construir as “coisas” que neles estão contidas. Para ele, a produção do espaço e da espaço-temporalidade se tornam *momentos* e, ao mesmo tempo, *atributos* fundamentais dos processos sociais. Isso porque a cidade, imersa nos processos sociais, provoca mudanças perpétuas no horizonte das possibilidades da sociedade. Assim, torna-se claro que qualquer tentativa de projetar e manipular processos sociais através da imposição de formas espaciais estará fadada ao insucesso pelos próprios pressupostos que carrega. Em termos políticos, isso significa dizer que as espaço-temporalidades que definem o urbano são também objetos de luta a serem disputados, com a consciência de que as forças hegemônicas *conseguirão*, para Harvey, impor suas agendas através de um ordenamento espaço-temporal específico. Entretanto, nenhuma dessas instituições seria capaz de controlar completamente a *produção do espaço*, de modo que as *possibilidades emancipatórias* se colocariam nos *interstícios* dessas faltas e falhas de controle. Mas quais são esses interstícios? Como podemos identificá-los?

“É vital que a linguagem na qual a problemática urbana está inserida seja transformada, mesmo que apenas para liberar toda uma série de possibilidades conceituais que podem, caso

contrário, serem ocultadas” (HARVEY, 2014 [1996], p. 63). Por mais que este testemunho de David Harvey reafirme a pretendida revisão epistemológica (sendo ele também “vítima” do citadismo), ele parece cantar em uníssono com Neil Brenner em sua colocação do papel da teoria crítica (e de seu próprio trabalho no UTL) de produzir *conceitos* robustos que se adequem à realidade, que desmistifiquem as relações de dominação e tragam à tona as contradições das relações capitalistas. Mas como isso se relaciona com a obra e com as proposições (acima de tudo, práticas!) de Henri Lefebvre, ponto de apoio para o trabalho de Harvey e fundamental para as formulações de Brenner? Seria o primeiro passo estabelecer proposições epistemológicas fundantes?

É justamente nesse sentido que Brenner e Schmid (2015a, p. 163) introduzem suas *teses em urbanização*<sup>98</sup> com o seguinte objetivo: “demarcar alguns parâmetros epistemológicos relativamente amplos dentro dos quais uma multiplicidade de abordagens reflexivas para a teoria urbana crítica pode ser alcançada”.

Antes de prosseguir com as teses, nos recordemos que este artigo de Brenner e Schmid (assim como grande parte dos trabalhos discutidos até aqui) foi publicado em inglês. Isso significa que toda a discussão é apresentada utilizando o termo “*urban*”. Diferentemente do português e do espanhol, por exemplo, notemos que “*urban*” não varia na concordância do gênero – no caso do urbano substantivo ou adjetivo essa diferenciação é fundamental conforme discutido por Monte-Mór (2007). Isso significa que, a princípio, a distinção entre o substantivo e o adjetivo teria que ser feita pela distinção entre “*urban*” e “*the urban*”. O problema é que essa diferenciação não é clara nos trabalhos publicados em inglês – incluindo Brenner e Schmid (2015a). Com frequência, utiliza-se “*the urban*” para se referir à palavra “urbano” de uma maneira geral (e não ao seu significado substantivo), de modo que não se distingue facilmente quando se trata do “urbano” como simples qualificativo das cidades, quando se trata do “urbano” substantivo ou mesmo quando se trata do *urbano* lefebvriano. Assim, destaquemos desde já que, em alguns momentos, esta confusão será discretamente explicitada como uma espécie de provocação construtiva.

*Tese 1: o urbano e a urbanização são categorias teóricas, não objetos empíricos.*

Esta primeira tese é reflexo da problemática da categorização discutida extensamente até aqui. O urbano, *para os autores*, não é um objeto apreendido empiricamente e tampouco corresponde à cidade. O argumento de Brenner e Schmid (2015a, p. 163) é de que o urbano

---

<sup>98</sup> As primeiras teses em urbanização foram apresentadas na aula inaugural de Brenner (2011) na Harvard Graduate School of Design e diferem em grande medida tanto das teses em Brenner (2014c), quanto desta última formulação em Brenner e Schmid (2015). Todas as teses foram traduzidas diretamente do inglês e serão destacadas em itálico.

(*substantivo* ou *adjetivo*?) e a urbanização “devem ser compreendidos como abstrações teóricas”. Para que sejam demarcados dentro da “zona do pensamento, da representação, imaginação ou ação”, é necessário o processo de abstração teórica. Assim, todas as hipóteses de qualquer pesquisa nos estudos urbanos se traduzem em “lentes interpretativas” através das quais a “pesquisa urbana se torna inteligível” – dada a incompatibilidade dessas demarcações teóricas nos estudos urbanos desde o início do século XX. O processo de definição do urbano e da urbanização, bem como os subsequentes métodos de análise e interpretação foram, segundo os autores, sempre distinguidos dos espaços “não-urbanos”, quais sejam, os subúrbios, o rural, etc. Isso significa que a própria evolução do campo dos estudos urbanos seguiu (e, em parte, ainda segue) os debates acerca da “interpretação e do mapeamento do urbano” (*substantivo* ou *adjetivo*?). O problema estaria na universalidade pretendida por todas essas abordagens, como se fosse possível definir o urbano (*substantivo* ou *adjetivo*?) como um conceito aplicável independentemente das especificidades contextuais. Dessa forma, argumentam os autores, qualquer exercício dentro dos estudos urbanos passa direta ou indiretamente por esse esforço epistemológico, mas é *sempre* “provincial”, uma vez que essas tentativas são sempre mediadas por experiências e condições histórico-geográficas específicas. Em outras palavras, trata-se da já mencionada reflexividade epistemológica reivindicada por Neil Brenner (2009).

Brenner e Schmid (2015a, p. 160) apresentam como sustentáculo de sua pretendida reflexividade a abordagem dos *estudos pós-coloniais urbanos*<sup>99</sup>. Dentro dessa corrente, tem destaque as particularidades contextuais e a crítica à “prototipagem” de cidades com maior linha de influência, cristalizando um certo “ceticismo” quanto às formas universalistas de conhecimento, sobretudo se associadas ao *paroquialismo euroamericano* (ROY, 2009). Através dessa “sobreposição parcial” entre as proposições de Brenner e Schmid e os estudos pós-coloniais<sup>100</sup>, os autores propõem, então, uma abordagem nominalista que seja capaz de articular: a *revisão crítica* da literatura em teoria urbana; a *experimentação epistemológica*; e a *pesquisa concreta* em contextos socioespaciais específicos – estes dois últimos, de certa forma, justificariam a existência do Urban Theory Lab.

<sup>99</sup> Para Ananya Roy (2009, p. 820), “*onde* a teoria é produzida?” é uma questão de extrema importância. É preciso repensar as geografias das teorias urbanas uma vez que elas, ao longo do século XX, foram fortemente fundadas na experiência da América do Norte e da Europa Ocidental, enquanto as cidades do Sul global são teorizadas sobre a grande rubrica do “subdesenvolvimento” – casos “interessantes, anômalos, diferentes e esotéricos”. A autora reivindica o posicionamento das cidades do Sul global no *centro* da produção de teorias uma vez que, se a teoria urbana produzida no Norte global se aplica para *todas* as cidades (cidades=urbano?), porque o mesmo não é verdade para o Sul?

<sup>100</sup> Aparentemente, já é possível caracterizar uma “sobreposição parcial” entre teorias distintas se o “trabalho é igualmente animado por uma preocupação primordial para desenvolver novas formas de compreender as condições urbanas emergentes e transformações urbanas em curso” (BRENNER e SCHMID, 2015a, p. 160-1).

Por outro lado, Brenner e Schmid (2015) identificam (convenientemente) alguns “perigos intelectuais” nas formulações pós-coloniais. O primeiro contraponto está no risco que se corre ao descartar “prematuramente” as teorias e epistemologias do Norte. Os autores criticam também uma espécie de sobreênfase nas especificidades por parte desses teóricos uma vez que, dialeticamente, a noção de especificidade só existe contra a ideia de generalidade: em um capitalismo formado por autoridade, acumulação de capital, reestruturação regulatória nacional, exploração, destruição socioambiental e despossessão, essas especificidades contextuais se dão dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento desigual. Em poucas palavras, existe o *contexto do contexto*, cada vez mais planetário, no e através do qual se desenvolve a urbanização capitalista neoliberal.

O segundo contraponto se refere ao citadismo metodológico. Para Brenner e Schmid (2015), os teóricos do pós-colonialismo ainda tomam a cidade como objeto fundamental dos estudos, como unidade privilegiada para produção de teoria. Argumenta-se que, mesmo se tratando do Sul global, o olhar para as metrópoles, e tão somente para as metrópoles, significa reforçar ainda mais a perspectiva analítica euroamericana.

*Tese 2: o urbano é um processo, não uma forma universal, tipo de assentamento ou unidade delimitada.*

Brenner e Schmid (2015) tomam o urbano como um processo seguindo Lefebvre (1970). É importante notar que, neste ponto, não estaríamos falando do urbano adjetivo, nem do urbano substantivo, mas do *urbano* lefebvriano, a *episteme* de nossa época (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 174), nível intermediário da totalidade social que é, ao mesmo tempo, condição para compreensão da problemática da *reprodução ampliada* da vida e plataforma para emancipação do ser humano, espaço do encontro, da diferença e da simultaneidade. Neste sentido, Brenner e Schmid parecem apontar para um “quarto” sentido do urbano como categoria teórica advinda de uma *abstração teórica*, mas, para tal, tomando como referência a *abstração concreta* lefebvriana. Notemos também que não se postula a urbanização como processo, mas sim o urbano.

Os autores argumentam que não se pode compreender o urbano como *forma* uma vez que não há uma morfologia única de um processo. A partir da ideia de destruição criativa<sup>101</sup>,

<sup>101</sup> A ideia de *destruição criativa* foi originalmente desenvolvida por Joseph Schumpeter (1994 [1942], p. 82-3, tradução nossa) no contexto dos processos de inovação para designar o “processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica internamente, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova”. David Harvey (2010) apresentou a urbanização como um processo conduzido de modo a absorver o capital excedente, mas que também limita as forças produtivas a uma forma espacial fixa. Segundo Harvey (1990, p. 105-6, grifo nosso, tradução nossa), “o efeito da inovação contínua (...) é desvalorizar,

Brenner e Schmid (2015, p. 165) argumentam que existem “processos de transformação urbana que se cristalizam” de formas diversas e em múltiplas escalas com efeitos amplos e imprevisíveis sobre “arranjos socioespaciais preexistentes”.

O urbano também não pode ser compreendido como um *tipo* de assentamento. Como já discutido extensamente até aqui, as tipologias tradicionais parecem ter sobrevivido por mais tempo do que sua adequação à realidade as permite. Além do urbano-rural convencional, também é preciso ter cuidado com as novas terminologias, seu baixo dinamismo e suas respectivas capacidades de explicação da realidade, traduzindo-se em uma explosão de conceitos como os 100 termos mapeados em Taylor e Lang (2004). Brenner e Schmid (2015) propõem que as configurações urbanas sejam compreendidas como “campos de força de reestruturação socioespacial”, capazes de envolver tanto as configurações pré-existentes, quanto as rodadas de reestruturação (passadas e futuras) através das quais o espaço é produzido.

Por fim, se nem mesmo os limites da cidade podem ser claramente desenhados (GANDY, 2014), o urbano não pode ser compreendido como uma *unidade delimitada*. Mesmo os trabalhos que se encaixam na metanarrativa do urbanismo tecnocientífico tentam flexibilizar os limites da cidade em busca de resultados um pouco mais coerentes<sup>102</sup>. Além disso, a ideia de que o urbano pode ser coerentemente delimitado na formação de uma unidade apenas corrobora o *citadismo* metodológico de Angelo e Wachsmuth (2014) e reafirma sua definição contra um “exterior não-urbano” (BRENNER, 2014b).

*Tese 3: a urbanização envolve três momentos mutuamente constitutivos – urbanização concentrada, urbanização extensiva e urbanização diferencial.*

Para Brenner e Schmid (2015), se se confirma uma reformulação na epistemologia do urbano, certamente a compreensão acerca do processo de urbanização deve ser, também, “reinventada”. Dito de outra forma, se abandonamos o citadismo metodológico e não mais tomamos o urbano e a cidade como equivalentes, então não podemos mais pensar a urbanização simplesmente como crescimento das cidades. Mesmo que a aglomeração seja fundamental, como já discutido anteriormente, não é possível conceitualizar a urbanização *exclusivamente* em referência às condições de concentração espacial – ou seja, de todos os elementos que Lefebvre (1999 [1970]) associou ao processo de *implosão*. Essa conceitualização acabaria sempre por reafirmar o não-urbano exterior discutido em Brenner (2014b). Os autores propõem, então, uma conceitualização “multifacetada” constituída por três momentos distintos.

---

senão destruir, investimentos e habilidades de trabalho passados. A *destruição criativa* é incorporada dentro da circulação do próprio capital”.

<sup>102</sup> Ver Batty (2013).

Brenner e Schmid (2015, p. 166) descrevem a *urbanização concentrada* apenas como um momento “familiar” advindo de “abordagens herdadas da geografia econômica urbana que visam iluminar o processo de aglomeração”. Neste ponto, os autores apenas fazem referência às teorias locacionais, aos elementos que se concentram no espaço nas diversas fases do desenvolvimento capitalista e negam a hipótese convencional dos estudos urbanos de que as aglomerações são um terreno “privilegiado” de estudo. Seria necessário, então, ir além das aglomerações e estudar as áreas transformadas pela urbanização *em suporte* às aglomerações – por vezes territorialmente distantes<sup>103</sup>.

O segundo momento – claramente o tópico mais elaborado pela dupla de autores contemporâneos –, *urbanização extensiva*, é antes de mais nada a “operacionalização de lugares” distantes dos grandes centros urbanos para dar suporte às “atividades quotidianas e dinâmicas socioeconômicas da vida urbana”. A produção dessas *paisagens operacionais de urbanização extensiva* resulta “dos imperativos sociometabólicos mais básicos associados ao crescimento urbano”, a saber, a produção e circulação de água, alimentos, energia e materiais de construção – bem como as externalidades negativas advindas dessas atividades, geralmente vinculadas à problemática ambiental – e a mobilização de mão-de-obra para essas atividades (BRENNER E SCHMID, 2015, p. 167). Neste processo, se reorganiza a base material dessas áreas não-metropolitanas, levando a um espessamento do tecido urbano sobre “o planeta inteiro”, inclusive sobre os já mencionados *territórios extremos*. Por fim, a urbanização extensiva envolve o cercamento de terras para apropriação do privado – por vezes a partir do “desempossamento” de seus *usuários* anteriores.

Alvaro Sevilla-Buitrago (2014, p. 236-7) discute a urbanização extensiva utilizando os cercamentos ingleses como “ilustração paradigmática” do deslocamento do processo de formação socioespacial em escala planetária e como “lente” de interpretação da urbanização extensiva enquanto “característica particular da urbanização capitalista”. Para o autor, o processo de implosão-explosão apresentado por Lefebvre é a “principal característica da espacialidade capitalista”. A partir dele, distingue-se a *urbanização concentrada* enquanto “processo de aglomeração da população, da atividade econômica, do aparato governamental, de hegemonias culturais e do consumo metabólico de energia e matérias-primas em densificações amalgamadas do tecido urbano” e a *urbanização extensiva* enquanto processo de “construção de redes operacionais para além das zonas imediatas de aglomeração através da

<sup>103</sup> Essa conceitualização se apresenta um pouco pobre em um primeiro momento – sobretudo se o que se pretende é uma revolução epistemológica nos estudos urbanos –, mas se torna (um pouco) mais clara na tese seguinte que associa os três *momentos* às três *dimensões* da urbanização.

mobilização e circulação de aspectos subsidiários dos elementos a seguir: força de trabalho, mercadorias, recursos e nutrientes, formas políticas e culturais.”

Os cercamentos ingleses se apresentam, para Sevilla-Buitrago (2014) como processo de mudanças econômicas e sociotécnicas importante, mas que redimensionaram o “tecido social” das áreas rurais aumentando o vínculo submissivo campo-cidade e reprimindo a autonomia do modo de vida campestre. A vida cotidiana, antes orientada pelo valor de uso e pelas trocas em sentido amplo (pouca participação do mercado), foi suplantada pelos modos de (re)organização totalizante do capitalismo através da alienação das relações de propriedade e de uma nova e mais aprofundada divisão (espacial) do trabalho. As formas de reprodução, por sua vez, se tornaram subalternas ao Estado que passou a mediar (legalizar) a execução violenta e opressiva do que teria sido o primeiro processo de urbanização extensiva.

Ademais, os cercamentos estenderam consigo uma “nova racionalidade espacial”, que toma o território como instrumento de “produção de uma ordem social”, ao mesmo tempo em que rearranja as configurações escalares da relação entre a cidade, o campo e as redes de troca internacionais. O autor chamou esse processo de *urbanização extensiva primitiva*<sup>104</sup>: um “estágio inaugural em um novo regime emergente da urbanização capitalista”. Assim como o processo de acumulação primitiva descrito por Marx, o processo de urbanização extensiva primitiva não deve ser, para Sevilla-Buitrago, caracterizado como um evento solitário e remoto da história, mas sim como uma dinâmica persistente e contínua na qual as regiões “não-urbanas” vão sendo “implacavelmente incorporadas e reentrelaçadas nesses paisagens operacionais” (SEVILLA-BUITRAGO, 2014, p. 240).

Na tentativa de contribuir para a compreensão do papel histórico da urbanização extensiva na produção dessas paisagens operacionais do capitalismo, Sevilla-Buitrago (2014, p. 241) analisa a articulação entre lógicas passadas e presentes de destruição criativa espacial, tanto na concentração quanto na extensão da urbanização. Em outras palavras, como o *primitivo* e o *contínuo* se relacionam? Para tal, o autor distingue dois *momentos*: i) a *exocolonização*, um momento *ex-novo* de acumulação primitiva no qual formas e processos pré-capitalistas são atingidos pela *extensão* da fronteira do capitalismo com foco único no ganho territorial; i) a

<sup>104</sup> Alvaro Sevilla-Buitrago (2014) cunhou a expressão fazendo referência ao processo de *acumulação primitiva* de Marx. Entretanto, por acreditar que o termo de origem alemã “*ursprüngliche Akkumulation*” seria melhor traduzido para o inglês como “*original accumulation*”, o autor preferiu nomear seu termo “*original extended urbanization*”. Partindo do princípio de que a tradução inicial do termo de Marx para o português está correta, utilizaremos o termo *urbanização extensiva primitiva*.

*endocolonização*, um momento contínuo de *acumulação por despossessão*<sup>105</sup> no qual as áreas já capitalistas são *criativamente destruídas* fazendo aprofundar a (re)inserção do trabalho na economia capitalista (re)mercadificando os novos elementos da vida. Nesse processo, a fronteira do capitalismo não passa por um processo extensivo, mas *intensivo*, com “foco na contínua reconfiguração da estrutura interna do espaço social”.

Assim, a urbanização extensiva primitiva *ex-novo* teria sido caracterizada por um acoplamento inicial do campo (domínios socioespaciais de subsistência cercados ou destruídos) às paisagens operacionais urbanas marcando o início dessa mediação do Estado do momento de exocolonização. Mas em seu caráter *contínuo*, a urbanização extensiva primitiva aprofunda a submissão das paisagens operacionais, estende o “cercamento” e intensifica a mercadificação das formas de reprodução (pré-capitalistas ou não) e reestrutura sua organização interna através da endocolonização mediada pelo Estado, cuja coerção e violência passa a se dissolver sob a forma de “neutralidade” da lei (SEVILLA-BUITRAGO, 2014).

Isso significa que a urbanização extensiva primitiva *ex-novo* não foi o fim dos cercamentos. Ao contrário, Sevilla-Buitrago (2014, p. 253-4) argumenta que os cercamentos e a despossessão também foram globalizados<sup>106</sup> “como elementos básicos do modo capitalista de territorialização”, operando como um sustentáculo espacial através do qual diferentes territórios e realidades socioespaciais puderam ser transformados e operacionalizados de acordo com uma racionalidade transescalar: cidade, campo, Estado e capital. Para tal, o autor apresenta os momentos constitutivos dos cercamentos, destacando sua perenidade: i) a transformação dos regimes de propriedade e direito da terra, com a privatização operando como abstração e homogeneização; ii) a redistribuição de recursos de acordo com esses novos regimes de propriedade; iii) a reestruturação das divisões espaciais do trabalho e dos modos de reprodução social; iv) a reconfiguração do Estado como mediador e como agente da produção do espaço econômico nacional e internacional conduzindo a despossessão, legalizando a operação,

<sup>105</sup> Este conceito é uma adaptação de David Harvey (2003) à noção marxista de acumulação primitiva que reafirma a lógica territorialista do poder – supostamente, uma forma arcaica de exploração – nas políticas capitalistas neoliberais. O argumento é parte de uma discussão mais ampla da política externa norte-americana em Harvey (2003), mas Harvey (2007) aumenta a extensão da ideia de acumulação por despossessão aplicando-a, inclusive, ao Movimento dos Sem-Terra no Brasil. Para uma discussão acerca do uso e transformação da noção marxista de acumulação primitiva, bem como sua relação com a acumulação por despossessão, ver Glassman (2006).

<sup>106</sup> Soja e Kanai (2014) discutem a globalização de outras práticas e rotinas capitalistas, com destaque para a homogeneização cultural amplificada a partir das grandes metrópoles mundiais (“Cocacolonização”, “McDonalidização”), uma espécie de efeito oposto à extensão da *polis* e da *civitas* à qual se referiu Monte-Mór (2004, 2006a).

legitimando a violência e desenhando os territórios resultantes; v) a extensão do tecido urbano<sup>107</sup>.

Essa destruição criativa das configurações socioespaciais pré-existentis apresentada por Sevilla-Buitrago caracteriza o que Brenner e Schmid (2015, p. 168) chamaram de *urbanização diferencial*, um “momento diferencial da urbanização baseado no percurso perpétuo de reestruturar a organização socioespacial sob o capitalismo contemporâneo”. Se, por um lado, os autores tomam como base a ideia de *espaço diferencial* de Henri Lefebvre (1974) para construir esse momento da urbanização, por outro, justificam a não utilização da implosão-explosão lefebvriana como equivalente aos conceitos propostos urbanização concentrada-extensiva justamente pela existência dessa urbanização diferencial.

Consistente com a conceitualização processual do urbano apresentada na Tese 2, o momento diferencial da urbanização coloca em alívio o intenso, perpétuo dinamismo das formas capitalistas de urbanização, nas quais as configurações socioespaciais são estabelecidas tendencialmente, apenas para serem tornadas obsoletas e, eventualmente, suplantadas através do movimento implacável do processo de acumulação e do desenvolvimento industrial (Harvey, 1985; Storper e Walker, 1989). Tão crucial quanto, como sugerimos abaixo (Tese 7), a urbanização diferencial é também o resultado de várias formas de luta urbana e expressa os potenciais poderosos para transformações sociais e políticas radicais que são desencadeadas, mas muitas vezes suprimidas, através do desenvolvimento industrial capitalista (BRENNER e SCHMID, 2015, p. 168, tradução nossa<sup>108</sup>).

Apesar de admitirem uma limitação na própria compreensão dos mecanismos pelos quais essa destruição criativa se deu ao longo do desenvolvimento capitalista, os autores argumentam que esse processo intensifica as contradições no espaço ao ponto de impossibilitar o controle sobre os conflitos e lutas urbanas, até que “uma nova formação do urbano seja produzida”.

*Tese 4: o tecido da urbanização é multidimensional.*

<sup>107</sup> “However, the materialization of the urban fabric in peripheral areas can adopt other, less obvious forms, as their apparently natural and rural qualities are mobilized in specifically urbanizing regimes of production, management and symbolic representation” (SEVILLA-BUITRAGO, 2014, p. 256).

<sup>108</sup> Consistent with the process-based conceptualization of the urban presented in Thesis 2, the differential moment of urbanization puts into relief the intense, perpetual dynamism of capitalist forms of urbanization, in which sociospatial configurations are tendentially established, only to be rendered obsolete and eventually superseded through the relentless forward motion of the accumulation process and industrial development (Harvey 1985; Storper and Walker 1989). Just as crucially, as we suggest below (Thesis 7), differential urbanization is also the result of various forms of urban struggle and expresses the powerful potentials for radical social and political transformation that are unleashed, but often suppressed, through capitalist industrial development (BRENNER e SCHMID, 2015a, p. 168).

Esta tese propõe uma compreensão multidimensional do processo de urbanização frente à abordagem convencional monodimensional cidade-cêntrica, o que, para Brenner e Schmid (2015, p. 169) significa o abandono de definições “sociológicas, demográficas, econômicas e culturais”. Em outras palavras, seria necessário desconstruir a ideia de que o processo de urbanização tem *origem* nas unidades tradicionais e *resulta* em assentamentos idênticos ou hipoteticamente similares, tanto em termos de infraestrutura, quanto de formas culturais.

A partir dos três *momentos* constituintes do processo de urbanização e das três *dimensões* identificadas pelos autores a partir de Henri Lefebvre (1974) – práticas espaciais, regulações territoriais e vida quotidiana –, os autores apresentam sua interpretação sobre o processo de produção do tecido urbano contemporaneamente.

|          |                         | DIMENSÕES  |   |   |
|----------|-------------------------|--|---|---|
|          |                         | PRÁTICAS ESPACIAIS   | REGULAÇÕES TERRITORIAIS   | VIDA QUOTIDIANA   |
| MOMENTOS | URBANIZAÇÃO CONCENTRADA | A produção de ambientes construídos e de configurações socioespaciais para aproveitar o poder da aglomeração.  | Regimes de regras e sistemas de planejamento governando as condições socioeconômicas e ambientais associadas ao poder da aglomeração.   | A produção de rotinas e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida associadas ao poder da aglomeração.  |
|          | URBANIZAÇÃO EXTENSIVA   | “Ativação” dos lugares em relação às aglomerações; Espessamento do tecido urbano conectando as aglomerações aos diversos sítios de transformação socioeconômica e sociometabólica dos quais elas dependem. | Sistemas de governança orientados para os processos sociometabólicos e socioeconômicos que apoiam grandes centros urbanos e facilitam o espessamento e o alongamento do tecido urbano através do território.  | A rotina e os hábitos sociais, as práticas quotidianas e as formas de vida que emergem enquanto: i) lugares e territórios diversos são operacionalizados em relação às aglomerações; ii) um tecido urbano mais amplo é engrossado e alongado através dos territórios e escalas. |
|          | URBANIZAÇÃO DIFERENCIAL | Pressões recorrentes para destruir criativamente geografias herdadas da aglomeração e paisagens operacionais associadas.   | Mobilização das instituições do estado e de outros instrumentos regulatórios para promover, gerenciar, acelerar ou, de outro modo, influenciar as reorganizações de aglomerações urbanas em andamento e o tecido mais amplo da urbanização extensiva. | A reorganização de rotinas e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida em conjunção com a destruição criativa de ambientes construídos e com o tecido urbano em qualquer escala espacial.  |

FIGURA 2 – Momentos e dimensões da urbanização

Fonte: Brenner e Schmid (2015, p. 171, tradução nossa<sup>109</sup>).

<sup>109</sup> A figura original, em inglês, encontra-se em anexo ao final deste trabalho.

*Tese 5: a urbanização se tornou planetária.*

Depois de uma periodização (controversa) da expansão metropolitana e urbano industrial *de 1830 a 1970*, Brenner e Schmid (2015) alegam que a urbanização planetária “genuína” teve início a partir de 1980 com a desconstrução dos regimes nacional-desenvolvimentistas fordista-keynesianos, seguindo a consolidação do processo global de neoliberalização caracterizado, entre outros fatores, pela desregulamentação financeira e pela produção flexível. Os novos incentivos à expansão da infraestrutura urbana-industrial criou novos padrões e trajetórias de reestruturação socioespacial que se cristalizaram rapidamente por todo o planeta.

Constatar o caráter planetário da urbanização permitiria, segundo Brenner e Schmid (p. 173), a construção de um aparato teórico capaz de compreender a produção das paisagens operacionais “mediadas pelo Império, pelo colonialismo, pelo neocolonialismo e pelas várias formas de cercamento e acumulação por despossessão”. Às categorias tradicionais, principalmente a oposição urbano-rural, restaria o papel de obscurecer a compreensão do processo de reestruturação espacial nas paisagens operacionais.

Kanishka Goonewardena (2014) descreveu o que aconteceu aos camponeses indianos com o agravamento da *neoliberalização* do país nos anos 1990: de 1995 a 2009, mais de 250 mil fazendeiros cometeram suicídio<sup>110</sup>. 16,7 mil suicídios por ano. 46 suicídios por dia. Um fazendeiro morto a cada trinta minutos. As taxas de pobreza na Índia explodiram desde os anos 1970, tanto a “pobreza urbana”, quanto a “pobreza rural” – tamanha é a “eficiência” dessas categorias enquanto *adjetivos*. Segundo o famoso jornalista indiano Palagummi Sainath (2009), esta foi a maior onda de suicídios da história. Certamente, o debate acerca do que está está sendo correntemente chamado de “crise agrária” na Índia é muito mais amplo e demanda mais aprofundamento. Resta saber que existe, por um lado, um argumento liberal de que os suicídios são um mito<sup>111</sup> e estariam apenas utilizados por políticos que desejam aumentar a intervenção do Estado na economia (mas o Estado não é um agente do neoliberalismo?<sup>112</sup>). Mas, por outro lado, Kennedy e King (2013) mostram forte dependência linear entre as taxas de suicídio de fazendeiros de diferentes estados do país e características específicas dos produtores agrícolas como “marginalização fundiária”, “cultivos *cash-crop*”<sup>113</sup> e “dívida do fazendeiro” com um

<sup>110</sup> Este número chegou a 300 mil em 2014. Ver Sainath (2015).

<sup>111</sup> Ver, por exemplo, o tenebroso artigo de Ravi Kapoor (2013) na *Business Standard*.

<sup>112</sup> Ver Magalhães (2015b).

<sup>113</sup> O termo é utilizado para designar fazendeiros que trabalham para intermediários do setor de alimentação, ou seja, que não produzem apenas para subsistência, mas também para auferir renda.

coeficiente de determinação<sup>114</sup> de 75%. Palagummi Sainath (2015) contesta a mudança na metodologia de cálculo do National Crime Records Bureau em 2014 que impossibilitou a comparação com os 18 anos anteriores. Com base nesses dados, a taxa de suicídio de fazendeiros caiu pela metade em 2014, seguido de uma explosão de suicídios da categoria “Outros”.

Nossa exposição (extremamente breve) do caso da crise agrária Índia tenta trazer para a (dura) realidade um pouco do que se formulou (teórica e abstratamente) acerca do caráter planetário da urbanização em Brenner e Schmid (2015): a neoliberalização como processo mais amplo do que as especificidades contextuais, o obscurantismo da dualidade urbano-rural, a extensão da urbanização capitalista produzindo paisagens operacionais e até mesmo a batalha dos discursos que revela na Índia a arena das “lutas mais corajosas contra (...) o desenvolvimento capitalista contemporâneo” (GOONEWARDENA, 2014, p. 228).

*Tese 6: a urbanização se desdobra através de trajetórias e padrões variegados de desenvolvimento espacial desigual.*

Possivelmente, esta é a mais simples e menos controversa das teses em urbanização. Se a urbanização capitalista é de fato capaz de gerar inovações constantes na produção de formas e processos socioespaciais, então a abordagem teórica acerca do desenvolvimento espacial desigual requer novas diferenciações diante da complexidade – por mais difícil que seja o exercício de decifrar essa complexidade a partir das *mudanças* nas formas espaciais – e menos conceitualizações rígidas acerca das *formas* da urbanização em si. Para os autores, a teorização acerca de “novas” formas urbanas é uma “armadilha intelectual”.

*Tese 7: o urbano é um projeto coletivo no qual os potenciais gerados através da urbanização são apropriados e contestados.*

Esta última tese pretende destacar o caráter político das considerações epistemológicas propostas pelos autores, sobretudo através do que se chamou de urbanização diferencial, apresentando o urbano como potencial de transformação com base nas formulações de Henri Lefebvre acerca da produção de uma forma de vida diferente.

Para Brenner e Schmid (2015, p. 177), a “definição do urbano (...) não é exclusivamente uma questão teórica”. Se o urbano é co-produzido pela apropriação e pelo uso dos indivíduos na criação de outras experiências e “usos sociais coletivos”, então ele não pode ser completamente “subsumido sob as lógicas abstratas da industrialização capitalista”. Esse

---

<sup>114</sup> O coeficiente de determinação nos modelos de regressão linear é dado pela razão entre a parcela da variância explicada pelo modelo e a variância total, ou seja, mede o poder explicativo da regressão.

caráter “prático” da definição do urbano é, então, articulado através de “debates, controvérsias, lutas, rebeliões e revoltas” e realizado nos “prazeres, rotinas e dramas da vida cotidiana”.

Nesse contexto, o citadismo também impacta a visão de outras possibilidades e horizontes, argumentam Brenner e Schmid (2015, p. 178), uma vez que, sob urbanização planetária, as práticas e discursos urbanos tem uma amplitude muito maior, por vezes distantes das grandes cidades, onde “novas formas de insurgência coletiva estão emergindo em resposta aos padrões de reestruturação industrial, cercamento territorial e reorganização de paisagens”. Dessa forma, ao invés de rejeitar o urbano e a vida urbana, será preciso compreender e demandar uma nova “forma de urbanização” oposta à forma imposta “pelas forças do capitalismo neoliberal”. Sobre os movimentos sociais e as revoltas urbanas, os autores afirmam que os conceitos e perspectivas acerca do urbano e da urbanização planetária oferecem uma “orientação epistemológica” para decifrá-los – apesar das raríssimas menções dos autores sobre essa referida “prática urbana” ou mesmo sobre lutas urbanas e movimentos sociais.

Encerradas as teses em urbanização de Neil Brenner e Christian Schmid, retomemos a questão abordada na seção anterior sobre os métodos nos estudos urbanos críticos diante da discordância contemporânea apontada por Soja (2000). Nesse contexto, Brenner (2009) e Brenner e Schmid (2013, p. 18) reivindicaram a necessidade da reflexividade: “sem especificação teórica reflexiva, o conceito do urbano permanecerá uma *abstração vazia*”; acabaria por se tornar “uma ferramenta grosseira para decifrar ou iluminar a natureza das condições, processos e transformações ao qual ele é aplicado”.

Mas onde (e como) se materializa essa reivindicação? Onde estão as condições (geo)históricas específicas que orientam a agenda de pesquisa contemporânea em urbanização planetária?

### 2.3 It all comes together in... Switzerland?<sup>115</sup>

A reivindicação por uma teoria urbana mais reflexiva compõe a primeira parte do projeto de Brenner e Schmid rumo a uma nova epistemologia do urbano. Também foi apresentada a crítica dos estudos pós-coloniais ao paroquialismo da teoria urbana produzida contemporaneamente, parcialmente incorporada às proposições de Brenner e Schmid que argumentaram sob a égide da existência de um contexto mais amplo, o *contexto do contexto*. Mas a pesquisa em urbanização planetária tem suas primeiras tentativas de criação de novas tipologias e categorias a partir do território suíço com o trabalho de Christian Schmid no ETH-Basel. Esses esforços preliminares de contar a geohistória do processo de urbanização na Suíça são fundamentais à pesquisa em urbanização planetária.

Christian Schmid (2014b) mostra que as cidades<sup>116</sup> suíças ainda são comparativamente pequenas mesmo em relação aos demais países da Europa. As maiores aglomerações tem cerca de 1 milhão de habitantes em função da forma descentralizada do processo de urbanização do país que teve início no interior, e não nas cidades – o fato justifica, em parte, o argumento da tese de número 4 em Brenner e Schmid (2015) de que os processos de urbanização não tem origens exclusivamente pré-estabelecidas a partir de grandes centros urbanos. O interior do país dispunha de mais recursos naturais e força de trabalho, de modo que as primeiras cidadelas resistiram durante muito tempo ao processo de industrialização – ideia bastante similar à narrativa lefevbriana da passagem da cidade mercantil à cidade industrial. Entretanto, para Schmid (2014b) as cidades suíças resistiram mais perenemente à industrialização e à formação dos Estados-Nação, de modo que apenas cinco grandes cidades apresentaram as formas e processos de aglomeração mais convencionais, exclusivamente em função do desenvolvimento do setor de serviços, dando origem a uma espécie de “cinturão suburbano”.

Desde a revolução industrial, a Suíça tem sido um país quase todo industrializado (urbano-industrializado?). Ao longo dos séculos XIX e XX, o processo de descentralização se deu em função do sistema de comunas, “prevenindo” as aglomerações urbanas. Segundo Schmid (2014a), no imaginário coletivo a imagem da cidade ainda tem conotações negativas, sobretudo diante da possibilidade de se tornarem grandes. Havia algo de não-Suíço em ser uma grande cidade. Maior do que a aversão à grandes aglomerações era a aversão à própria indústria.

<sup>115</sup> Aqui faço referência (e uma brincadeira provocativa) aos títulos do capítulo 8 de Edward Soja (1989), *It all comes together in Los Angeles* e do capítulo 6 de Monte-Mór (2004), *It all comes together in... Amazonia*.

<sup>116</sup> Segundo Schmid, a *comuna* é a unidade territorial mais influente no país tanto em termos de legitimidade institucional, quanto de legitimidade popular e imaginário coletivo.

E o impacto dessa aversão contribuiu fortemente para que as grandes cidades fossem formadas em torno de serviços urbanos: por não ser genuinamente uma função urbana, a atividade industrial devia ser mantida fora dos centros urbanos, mas o inverso foi verdade para o setor de serviços.

De acordo com Marcel Meili (2014), toda história da Suíça é marcada pela conexão entre as montanhas e a vida urbana – desde as rotas de comércio do século XVI até as primeiras indústrias. Até mesmo as atividades turísticas que propagandeam a ruralidade dos Alpes apresentam um nível significativo de urbanidade (urbana-industrial). Para o autor, o papel da cidade no país não é apenas funcional; ele também é marcado por um simbolismo, principalmente devido a apropriação das paisagens montanhescas pela cultura local. A contradição urbanidade-ruralidade (indesejável-desejável) se acentua no “conflito de interesses” dentro da atividade turística: as atividades (e a base material do lugar) se sobrepõem e se competem, enquanto o próprio turismo reconfigura constantemente a paisagem que permite sua rentabilidade através de novas rodovias que trazem mais carros, mais investimento, mais hotéis. De certa forma, o capitalista do turismo tenta “vender” a antítese da cidade enquanto estende o tecido urbano industrial pelos Alpes.

As consequências físicas (concretas) e simbólicas (abstratas) levaram o setor de turismo a abandonar uma espécie de “acordo tácito de atividades” que permitiria a reprodução e a conservação da natureza alpina como alternativa ao “mundo da cidade” – como o sentido da “roça” descrito por Monte-Mór (2007). A demanda daqueles que buscam as montanhas para a prática de esportes fez torná-la um equipamento de atletismo. A expansão e a intensificação das redes de transportes facilitou o acesso às montanhas; o nível da infraestrutura se aproximou daquele dos centros metropolitanos<sup>117</sup>. Por fim, conclui Meili (2014), a montanha de Matterhorn se tornou urbana (adjetivo): todas as formas de diferenciação deram lugar a práticas e objetos homogeneizados (e homogeneizantes) da vida quotidiana da grande cidade.

Para Meili (2014), cresce a preocupação dos cidadãos suíços com o “anonimato” de suas cidades que se soma aos discursos políticos e jornalísticos. Schmid (2014a) estende o argumento mostrando que houve uma série de discursos nesse mesmo sentido na tentativa de criar centros menores e manter a autonomia econômica e política das comunas urbanas, ou seja, dar continuidade ao modelo de desenvolvimento descentralizado. Por outro lado, a estratégia

---

<sup>117</sup> Nada que não possamos encontrar a 240 quilômetros de Belo Horizonte, na mudança da paisagem de Milho Verde sobretudo depois do asfaltamento da via que o conecta à sede do município do Serro. Se, por um lado, os moradores do pequeno vilarejo tem acesso melhor e mais barato a bens e serviços, por outro, assistem ao aumento da quantidade de lixo e barulho nos arredores das casas e cachoeiras.

do Estado era um misto de controle central forte e uma visão universalista do espaço, herdada dos países do oeste europeu após a segunda guerra mundial. Grande parte dos projetos de urbanização foram pobremente implementadas em função das forças políticas conservadoras à época e dessa dicotomia entre a autonomia das comunas e a ideia de planejamento central. Contudo, em 1958 foi aprovado o projeto de rede de vias expressas com o objetivo de interligar todas as cidades do país. A velocidade com o que o processo foi conduzido acabou por gerar uma urbanização desordenada para os padrões do cidadão suíço “rural”.

Nos anos 1970, com a intensificação do processo de urbanização, a proposta do Estado foi reduzir as disparidades regionais através de um balanceamento no equilíbrio infraestrutural de diferentes comunas e regiões. Por um lado, Schmid (2014a) mostra que o projeto teve êxito em garantir amenidades urbanas básicas em quase todo o território suíço. Entretanto, a desigualdade interregional continuou avançando em função do movimento do capital no espaço, a saber, a explosão do setor terciário, as mudanças nas escolhas locacionais diante na mudança da infraestrutura e dos custos de transação e a forte especialização produtiva no espaço, resultando em uma polarização territorial regional. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, firmou-se a ideia de uma rede policêntrica de cidades no país que, juntas, preenchiam as funções equivalentes às da metrópole europeia convencional. A resposta federalista ao processo de reestruturação foi o abandono do modelo de “descentralização concentrada” e a adoção do modelo hegemônico convencional de competitividade urbano-regional. Assim, deu-se início à formação de uma rede urbana nacional capaz de competir com as grandes metrópoles europeias na atração de investimentos sob a premissa de que a articulação entre cidades pequenas-médias com os grandes centros permitiria o desenvolvimento de todas elas, mantendo uma garantia central do federalismo suíço: todas as unidades receberiam o mesmo (investimento, infraestrutura, bens e serviços públicos básicos, etc), independente de seu tamanho.

Hoje, segundo Schmid (2014b, p. 275), “a urbanização completa da Suíça se tornou realidade”. Entretanto, mesmo as políticas públicas mais recentes que pretendem o fortalecimento da cooperação entre centros urbanos do país operam sob a oposição entre áreas ‘urbanas’ e ‘rurais’, o que, para Schmid (2014a), apenas dificulta a formulação e a implementação dessas políticas, posto que essa (velha) dualidade acaba por mascarar problemas tipicamente urbanos encontrados nas áreas ditas rurais. A crítica do autor parte do princípio de que a urbanização ultrapassou todas as fronteiras (inclusive as nacionais), de modo que o planejamento urbano-regional nacional não deveria mais considerar suas unidades territoriais tradicionais e tratar apenas das questões urbanas *citadistas*. Além do que, as falhas consecutivas

nos processos de planejamento acabam por deteriorar ainda mais a imagem do urbano, vinculando-a à dissolução do sentido da comunidade, à destruição das paisagens naturais e ao agravamento dos problemas ambientais.

Christian Schmid (2014c) também retrata esse papel da cidade no imaginário coletivo através do Novo Cinema Suíço dos anos 1970<sup>118</sup>. A principal referência é o filme de Christian Schocher, *Travelling Warrior* de 1979, que apresenta a completa urbanização da Suíça através da vida cotidiana de seu protagonista que viaja através do país. O filme ilustra as mudanças infraestruturais em alguns aglomerados, bem como o espraiamento do tecido urbano sobre as paisagens “rurais” dos *plateaus* e montanhas. Além disso, projeta-se um forte contraste entre a paisagem urbanizada a banalidade e o tédio da vida cotidiana no campo. Schmid utiliza a teoria lefebvriana para dialogar com a obra de Schocher: apresenta o espaço percebido do protagonista que, enquanto dirige por todo o país para vender perfumes, produz e reproduz o próprio urbano através das redes que estabelece, operando como um “agente da urbanização” pelos cantos mais longínquos da Suíça; descreve o espaço concebido implícito no filme, um espaço urbano não apenas tangível, mas também criado pela mente humana e caracterizado por imagens, símbolos, mapas e todo tipo de representações com suas intencionalidades políticas presentes na película e certamente impactando o imaginário popular acerca do espaço nacional; finalmente, encontra no filme tentativa de apreender o espaço vivido, mesmo que este não possa ser explicado ou analisado, suas condições mais factíveis de expressão se encontram sempre na poesia, na música e no cinema.

Schmid (2014c, p. 100-101) retrata como o “cinza” e o “concreto” se tornaram metáforas para esse mundo urbano “inóspito”. A “zona urbana cinzenta” se amplia no imaginário e se torna representação estética do urbano e da urbanização. Mas seria possível colorir o urbano? Poderíamos apresentá-lo em uma aquarela de possibilidades desvendando o cinza, o preto e o branco? Cinza, preto e branco também fazem parte da aquarela e também precisam ser utilizados. O autor se preocupa em ressaltar que há de se ter cuidado com qualquer mudança estética que possa sugerir uma certa inofensividade do espaço urbano sem, ao mesmo tempo, descartar a mudança. “As metáforas, imagens e representações do espaço estão mudando, não apenas porque os cineastas os retratam diferentemente, mas porque eles são experienciados de novas maneiras”.

---

<sup>118</sup> Schmid nota que, ainda hoje, grande parte do cinema suíço trabalha com a polaridade cidade-campo, mesmo admitindo em alguns momentos o caráter virtual da urbanização, que por vezes ‘ameaça’ ou ‘condena’ a vida rural.

Assim, o esforço contemporâneo – se se quer desconstruir o negativismo do urbano no imaginário popular – deve ser o de questionar o federalismo descentralizado das comunas e a equidade incondicional no tratamento das mesmas. Esse paradigma da descentralização, segundo Schmid (2014a), reprime o senso (e o estímulo) aglomerativo, mesmo que fortaleça algum sentido de equidade e associatividade entre as comunas interligadas pelas redes de transporte e comunicação. Poderíamos falar, certamente, em um arquétipo que estimula o *sinecismo* (mumfordiano) e desestimula o *sinequismo* (sojeano).

Schmid (2014a) se apropria da hipótese lefebvriana da urbanização completa da sociedade e propõe uma nova *tipologia* para a Suíça urbana. A ideia surge a partir da crítica das estatísticas oficiais do país que define como “cidade núcleo” as unidades com mais de 20 mil habitantes com critérios adicionais de conexão da rede de transportes, densidade e crescimento populacional e percentual da população empregada na agricultura. A cada novo censo, algumas dessas unidades vão absorvendo comunidades dos arredores e formando regiões “urbanas” mais extensas. Para além disso, as demais unidades são definidas como “rurais”, ignorando processos periféricos de urbanização e diferenças entre as unidades. Schmid também critica os modelos estatísticos – para os quais os “dados de urbanização” são inputs – que, além de serem inteligíveis apenas para especialistas, acabam por simplificar e interpretar incorretamente as questões urbanas do país.

O autor salienta que o fato de que a urbanização tenha se completado no país não significa que todas as regiões sejam morfologicamente equânimes, como se o urbano fosse uma *forma* universal (ver *tese 2*). Esse tipo de análise apenas reafirmaria a ideia da disseminação completa de uma “massa cinzenta urbana” homogênea; é preciso criar novas *formas de diferenciação*. Dessa forma, argumenta Schmid (2014d), se no século XX prevaleceu uma *forma* de urbanização concêntrica, no século XXI houve uma dissolução da *forma* – como também argumenta Merrifield (2014) –diante da ubiquidade das (poli)centralidades.

Para o desenvolvimento dessa nova proposta de tipologia, Schmid (2014d, p. 76) recorre à teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre ressaltando que ela “não oferece uma metodologia precisa, ao contrário, forma um pano de fundo que precisa ser colocado em termos concretos para análise empírica”. Seria necessário apropriar-se dela, “mergulhar na realidade” e “implementá-la criativamente”. Sua operação consiste em associar suas novas categorias de análise a cada uma das três dimensões da produção do espaço.

A primeira dimensão, o *espaço percebido*, se articula à *produção material* e às redes de interação que compõem essa perspectiva prático-sensível, ou seja, o trajeto casa-trabalho e as

redes de produção e troca, por exemplo, tem sua materialidade expressa nas ruas, casas, estradas, fábricas, escritórios, etc. A esse espaço percebido estão associadas *práticas espaciais* que combinam os elementos do espaço em uma ordem espacial de simultaneidade. Essas redes de interação, para Schmid (2014d, p. 77), caracterizam as regiões urbanas de acordo com sua função, seja ela troca, produção, comunicação, migração ou hábitos quotidianos. Elas descrevem a materialidade do espaço urbano – ou seja, se baseiam em uma infraestrutura material – e se relacionam diretamente a essas práticas espaciais. Analiticamente, essas *redes* são categorizadas de acordo com: i) a intensidade da interação que ela permite; ii) a extensão do alcance da rede (e a articulação que ela permite, por exemplo, entre local-global, regional-nacional); iii) a heterogeneidade da rede (certamente mais forte nos grandes centros urbanos e áreas metropolitanas), tão mais frutífera quanto maior for seu nível de complexidade e suas consequentes possibilidades de inovação social.

A segunda dimensão, o *espaço concebido*, se articula à *produção de conhecimento*, ou seja, são concepções (socialmente construídas e convencionadas) do espaço que são disputadas em contextos e discursos políticos. Dito de outra forma, o que está em disputa é a *representação do espaço*, as imagens a ele associados, o discurso, a linguagem, as descrições e teorias do espaço, os mapas, projetos e planos. Nessas representações, as *bordas*<sup>119</sup> são fundamentais, segundo Schmid (2014d, p. 78), por serem “cortes nos fluxos contínuos de interação” e circunscreverem unidades territoriais com especificidades em termos de “regras, regulação, leis, costumes, tradições, línguas, culturas e identidades”. Ao mesmo tempo que ligam essas unidades territoriais separadas, essas bordas, durante o processo de urbanização, são continuamente apagadas e redesenhadas (enquanto *representação do espaço*) de acordo com o sentido que adquirem, seja pela comunidade local, seja por tentativas institucionais de moldar a abrangência do espaço urbano. Além disso, essas bordas também podem ser diferenciadas por sua permeabilidade, ou seja, pelo potencial de seu cruzamento pelo Estado, pelo capital ou pelos indivíduos.

Finalmente, a terceira dimensão – o *espaço vivido* – se coloca no âmbito na *produção de significados*. Ela depende da apropriação das espaço-temporalidades por parte dos indivíduos em suas próprias práticas quotidianas. Mas uma vez que a experiência não pode ser completamente exaurida pela análise teórica, este resíduo deverá/poderá ser expressado através da arte. Os vários modos e o estilos de vida de um lugar não podem ser descritos em função de

---

<sup>119</sup> Traduzido diretamente do inglês “*borders*”. A tradução para “fronteiras” poderia não sugerir a interrupção de fluxos de interação intraregionais ou a fluidez de delimitações tácitas ou “não-oficiais”.

suas particularidades, mas sim de suas *diferenças*. Essas diferenças estão associadas não apenas à percepção e à concepção do espaço, mas às múltiplas experiências, ao próprio espaço vivido. Sua caracterização, segundo Schmid (2014d), dependerá da heterogeneidade do espaço, do grau de segregação que condiciona o caráter ativo ou inerte dos diferentes elementos do espaço e do nível de dinamismo dessas diferenças, ou seja, da velocidade de sua constante produção e reprodução.

Dessa maneira, a partir das categorias de *redes*, *bordas* e *diferenças* associadas às dimensões da produção do espaço, Schmid (2014a) constrói sua nova tipologia (e cartografia) do urbano na Suíça criando cinco *tipos de urbanização para o território suíço*. Eles serão expostos em sequência, juntamente com sua respectiva ilustração a partir da Figura 2, com o objetivo de apresentar um exercício descritivo alternativo *possível* de diferenciação em um país completamente urbanizado. Ao exibir (sucintamente<sup>120</sup>) a tipologia schmidiana, não se pretende uma universalização da tipologia ou da técnica, tampouco se pretende um apelo ao rigor científico (“inabitável”, como iluminou Lefebvre), mas sim uma apuração do imaginário espacial (entre processos sociais e formas espaciais, entre sistemas de objetos e sistemas de ações) para além dos mais de 100 termos criados em abordagens parciais e, certamente, para muito além da dicotomia urbano-rural. Como enfatiza o próprio Schmid (2014a, p. 408), “a imagem da Suíça urbana apresentada aqui é precisa em algumas áreas, imprecisa em outras e, algumas vezes, até especulativa”.

---

<sup>120</sup> Para a descrição completa das tipologias e da metodologia, ver Diener *et al* (2006), *Switzerland – An Urban Portrait*.

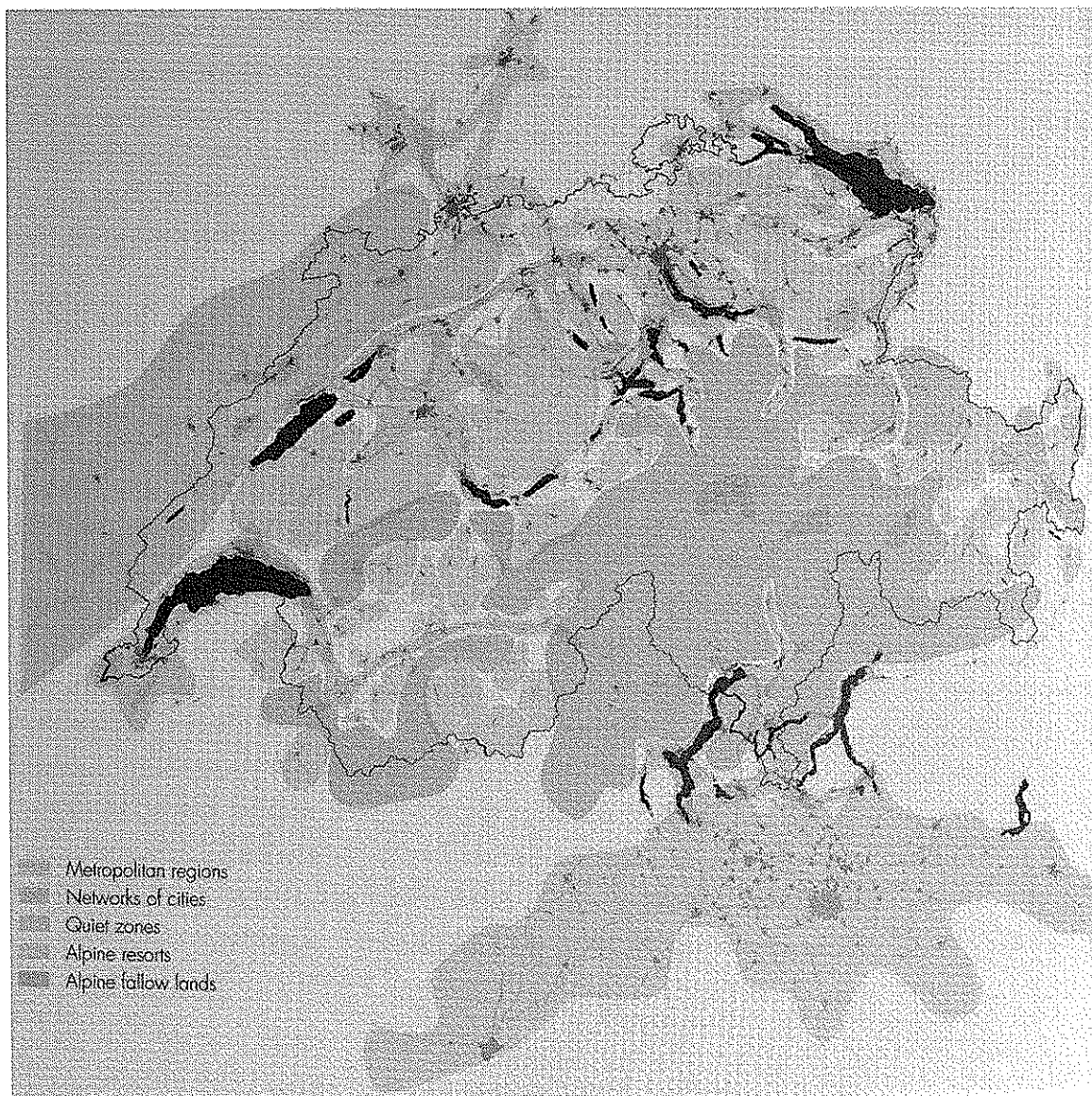


FIGURA 3 - Tipologia da Suíça urbana

Fonte: Schmid (2014a, p. 408)

i) *Regiões metropolitanas* são áreas policêntricas de concentração urbana fortemente articuladas à economia global através de suas múltiplas e diversificadas *redes* com as funcionalidades descritas anteriormente. Quando de sua combinação, essas redes aumentam o nível de complexidade sociocultural (como as *complexidades derivadas* de Lewis Mumford) e econômica (à la Jane Jacobs)<sup>121</sup>. A abertura para a diversidade, o alto número de *diferenças* e o cosmopolitanismo são, para Schmid, as principais características das regiões metropolitanas

<sup>121</sup> Christian Schmid não faz referência a Mumford e Jacobs. Esta associação é de nossa total responsabilidade.

(tanto em termos de atividade econômica, quanto de debates e conflitos urbanos<sup>122</sup>). Essas áreas são também caracterizadas pela ausência de forma, no sentido de que não é possível delinear sua extensão morfológica. No entanto, apresentam uma grande variedade de *bordas* – uma vez que suas *redes* cruzam as fronteiras regionais e nacionais – cujas mudanças internas afetam o desenvolvimento de toda a região.

Ao contrário das cinco regiões metropolitanas identificadas pelo Departamento Nacional de Estatística suíço, Schmid encontrou três na Suíça: Zurich, Lago Genebra e Basel-Mulhouse-Friburgo, inquestionável e majoritariamente responsáveis pelo crescimento econômico e inovação no país. A categorização foi realizada com base na área de aglomeração, nas redes corporativas existentes e na *competitividade* internacional (de certa forma, a competitividade opera como uma espécie proxy para as *redes* e a articulação ao sistema nervoso da economia mundial) dessas regiões, embora elas apresentem algumas especializações econômicas distintas e, portanto, posicionamentos diferentes na hierarquia global. Por outro lado, também poderíamos pensar que essas regiões estão mais suscetíveis a qualquer tipo de volatilidade na economia global, criando uma espécie de indexação entre volatilidade local-global.

ii) *Redes de cidades* são um legado da estrutura industrial suíça que ainda concentra uma parcela significativa da produção nacional. Esta tipologia apresenta um formato não-hierárquico de cidades “convergentes”, ou seja, unidades pequenas e médias fora das regiões metropolitanas com interconexões culturais e socioeconômicas *horizontais*. A escala de suas redes também são distintas, dado que o componente de internacionalização não está presente de forma tão significativa.

Elas desfrutam tanto das sinergias advindas da diversificação produtiva, quanto das complementaridades socioculturais e econômicas: quanto maior a proximidade em termos de cooperação, maior a divisão do trabalho entre essas cidades, e maior a possibilidade de expansão das redes regionais de produção. Apesar disso, o “potencial urbano” (substantivo, adjetivo ou lefebvriano?) é particionado e o controle sobre a sociedade por parte do Estado é mais fácil. As redes de cidade não formam *unidades* (não valem como categorias analíticas delimitadas e replicáveis), mas são mais próximas em termos de identidade sociocultural e morfologia, sobretudo pela já discutida aversão à grande aglomeração. Schmid ressalta que o

---

<sup>122</sup> A região metropolitana de Zurich, por exemplo, foi caracterizada tanto em função do processo de globalização, quanto das revoltas urbanas de 1980, nas quais a população demandava maior criatividade e liberdade para estilos de vida alternativos ao padrão suíço mais tradicional. O autor nota como a mudança na vida cotidiana e no “clima cultural” da cidade foi extremamente positivo para o país.

nível de colaboratividade entre essas cidades é mais baixo de acordo com a proximidade de algumas delas às regiões metropolitanas, apesar serem cada vez mais conectadas economicamente a elas. Para um desenvolvimento (qualitativo) perene, as redes de cidade precisam focar em suas diferenças produtivas para uma maior diversificação na oferta regional de bens e serviços.

iii) *Zonas quietas* são regiões que apresentam maior homogeneidade sociocultural (ou seja, baixo número de *diferenças*). Elas possuem tamanhos em área e população muito diferentes, com padrões de ocupação também muito singulares, mas tem em comum a resistência à incorporação por parte das regiões metropolitanas e redes de cidades. Suas redes locais são pouco intensas e, em geral pouco extensas, parcialmente em função de uma economia predominantemente agrícola ou baseada na pequena indústria. Conforme suas *bordas* se estendem para mais perto dos centros urbanos mais densos, seu nível de heterogeneidade aumenta, bem como as reivindicações e conflitos urbanos. Apesar das práticas e hábitos quotidianos ainda muito próximos à cultura do vilarejo, as zonas quietas se encontram cada vez mais preenchidas pelo tecido urbano, sobretudo pela expansão da estrutura de transportes e comunicações no país.

iv) *Resorts alpinos* são as regiões (urbanas) montanhescas – às quais se referiu Meili (2014). Por ter o turismo como principal atividade econômica, essas regiões tem processos e conexões socioespaciais sazonais e suas *redes* operam ciclicamente. Durante a alta temporada, são áreas “praticamente internacionais”; fora de temporada, a intensidade da rede diminui e ela passa a operar apenas localmente. Segundo Schmid (2014a), o desenvolvimento (interno e externo) dos sistemas de transporte e comunicação torna esses espaços uma espécie de “mundo em si mesmos” – os espaços nacionais de economia internacional de Milton Santos (2002 [1996]), mas operando sazonalmente.

As *diferenças* também seguem um padrão cíclico de acordo com a temporada. Como o local e o global interagem continuamente, forma-se um hibridismo cultural que varia de acordo com os visitantes (o grau de heterogeneidade da região varia de acordo com o grau de heterogeneidade dos turistas!). Segundo Schmid (2014a), a (geo)história da colonização urbana nos alpes criou estratos na cultura (e na base material) local. Uma vez que a oferta de serviços turísticos na região é função da demanda dos turistas – deixemos de lado o caráter keynesiano do argumento – as atividades alpinas foram gradualmente perdendo as características de apropriação da natureza dos anos 1950 e se especializando no atletismo mainstream da contemporaneidade. À economia local(-global) restou o defronte com o paradigma da

competitividade: agora é preciso pleitear o cliente-atletista através da constante melhoria na infraestrutura de transportes e comunicação; oferecer serviços ainda mais diversificados (e, ainda assim, especializados) capazes de atender pessoas de todas as partes do planeta; fixar preços competitivos independentemente do cenário cambial e da inflação interna; e programar as atividades em meio à incerteza da quantidade de neve diante do agravamento das oscilações climáticas.

v) Por fim, os *alqueives alpinos* são zonas de recessão econômica que abrangem áreas falidas, sem rede urbana e com altas taxas de emigração. Economicamente, essas regiões sobrevivem da especialização agrícola e do (fraco) comércio local. Não há muito potencial de diversificação e, quando parecem emergir *diferenças* significativas, o processo de emigração trata de reestabelecer a homogeneidade. Para Schmid (2014a), este cenário é escorado na grande variedade de problemas econômicos que essas regiões enfrentam (como o baixo potencial turístico), na grande distância (territorial e cultural) dos centros urbanos maiores e diversificados e no “modelo tradicionalista de preservação do *status quo*” que não permite uma abertura para outras possibilidades de desenvolvimento.

Schmid (2014a, p. 426) conclui reafirmando a urbanização completa da Suíça, mesmo com suas diferenças interregionais destacadas através de sua tipologia. Seu esforço, novamente, vem no sentido de diferenciar as formas e processos socioespaciais dentro de uma sociedade completamente urbanizada. O autor enfatiza que as diferenças encontradas em sua cartografia experimental devem ser compreendidas como uma análise dos *potenciais urbanos* para desenvolver um conjunto de *estratégias* que confrontem a ideia de dar suporte equânime em cada localidade. Ao invés disso, é necessário uma abertura completa para a *diferença*. “É um retrato, uma imagem potencial de uma Suíça urbana diversificada. Nada mais, nada menos.”

Dentro do que chamamos de *formulações contemporâneas*, tem destaque uma revisão de literatura muito vasta e densa que se desdobra em conceitualizações e categorizações importantes, como a crítica do citadismo metodológico, as paisagens operacionais de urbanização extensiva, a ênfase no caráter processual do urbano e os momentos e dimensões da urbanização, ainda que estes últimos ainda não nos pareçam inteiramente completos e apropriados. É preciso também ressaltar a influência e a relevância política dessa narrativa que propõe a mediação (o desvendamento) da cidade como ideologia contra o discurso da era urbana e as demais racionalidades citadistas hegemônicas. Será preciso também estender a amplitude

da pesquisa e fazer jus à reivindicação da reflexividade e das especificidades contextuais, ainda<sup>123</sup> não atendidas.

Por outro lado, existem críticas pertinentes a essas formulações, como por exemplo a crítica de Walker (2015) da falta de clareza dos autores acerca do que é o urbano em um trabalho que pretende uma nova epistemologia do urbano. Também é preciso discutir a apropriação aparentemente incompleta de Brenner e Schmid do *urbano* de Henri Lefebvre. Trataremos dessas questões neste último e terceiro capítulo.

---

<sup>123</sup> Esta nova agenda de pesquisa ainda é muito recente para que nos apresseemos em avaliar processos incompletos de pesquisa no território, dado que esta é a primeira parte do projeto e existe uma série de estudos em andamento justamente para preencher algumas das lacunas geradas pela ausência de especificidades contextuais.

### 3 FORMULAÇÕES CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS

#### 3.1 Elementos clássicos contemporâneos

No primeiro capítulo, mostramos como o espaço, não mais tomado como materialidade passiva, é capaz de dar concretude para questões teóricas majoritariamente abstratas. Mesmo diante das críticas de Harvey (1973) e Castells (1972), a contribuição de Henri Lefebvre sobre a centralidade do espaço permanece fundamental, sobretudo com ênfase sobre seu aspecto político intrínseco e seu caráter de mediação. Se se compreende a dialética socioespacial e o papel do espaço (urbano) na contemporaneidade, então será preciso fazer uso desse imaginário espacial sojeano para a formação de uma consciência espacial que se desdobra em uma *práxis* radical renovada. Para tal, será preciso um aparato teórico consistente com o *contexto do contexto* e com as especificidades contextuais como reivindicam os teóricos dos estudos pós-coloniais. Em outras palavras, é preciso reconstruir a geohistória das formas e processos regionais e locais associados a processos mais amplos, como reivindicam também Brenner e Schmid.

Com esse objetivo, apresentamos as respectivas revoluções urbanas como quis Edward Soja (2000) através de narrativas particulares. A primeira delas, através da hipótese de primazia das cidades de Jane Jacobs (1969), foi contestada por Smith *et al* (2014), que mesmo atestando a precedência absoluta da revolução agrícola sobre a revolução urbana, abre espaço para a *possibilidade* de uma formação urbana sinequística – não em termos wirthianos como sugeriram os arqueólogos, mas possivelmente com base na aglomeração frutífera, nas trocas (por que não, em Nova Obsidiana?) e nos assentamentos dela derivados. Essas primeiras formações urbanas teriam sido “expressões conscientes”, nos termos de Soja, da cultura local e da potencialidade da aglomeração, cujo estímulo principal foi nomeado *sinequismo*. Se existiram ou não práticas agrícolas (de domesticação) em um “contexto urbano”, depende fundamentalmente do que se compreende por “urbano”. Se uma “nova epistemologia do urbano” não é clara para o grupo de arqueólogos (ou para qualquer outro grupo especializado dentro de uma ciência parcelar), isso só atesta a crítica de Lefebvre da fragmentação do conhecimento – inclusive dentro das universidades. Afinal de contas, se para Smith *et al* (2014) a realização de múltiplas atividades dentro da *casa* se opõe às divisões do trabalho que caracterizariam um contexto urbano, Edward Soja (2000, p. 12, grifo nosso) argumentaria na direção contrária: ali estaria presente o

sinequismo, a condição “decorrente da habitação conjunta em uma *casa*”. Lefebvre nos esclarece essa questão:

Desde o início, na vizinhança do zero inicial, o *urbano* encontrava-se em germe, a caminho. Como o instrumento, desde a lasca de pedra ou o bastão brandido, como a linguagem e os conceitos desde o primeiro lugar demarcado. A *centralidade* ad-vém desde o primeiro re-colhimento e da primeira re-coleção de objetos dispersos na natureza, desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos. Ela anunciava sua realização virtual. Desde o princípio, reunir, amontoar, recolher é algo de essencial na prática social; é um aspecto racional da produção que não coincide com a atividade produtiva, mas dela não se dissocia. Essa concepção do centro difere da realidade que se manifesta na natureza, assim como do que se passa socialmente no seio da atividade agrícola e industrial (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 115).

Além disso, quando se afirma que “o que é ‘urbano’ é uma questão de definição” (SMITH *et al*, 2014, p. 1529), claramente se refere ao urbano adjetivo (MONTE-MÓR, 2007), caso contrário questionar-se-ia o que é o “urbano” (MONTE-MÓR, 2006a).

Através da narrativa de Lewis Mumford (1998 [1961]), identificamos o primeiro processo de implosão-explosão como um processo anterior à revolução industrial condicionado à aglomeração. Certamente, se tomarmos a etimologia da “indústria” – *indu* (no interior), *struo* (construir, ampliar, organizar) –, então podemos associar um caráter “industrial” até mesmo a essa primeira implosão-explosão. Em outras palavras, a aglomeração permite a potencialização e a intensificação da *produção* e da *organização* das atividades humanas. Naturalmente, no contexto capitalista-industrial, a escala dessa produção e organização se amplia desmesuradamente, de modo que a *explosão* dos fragmentos urbanos decorrente da aglomeração alcança a escala planetária, conforme anunciou Henri Lefebvre (2008a [1968], 1999 [1970]). Se a cidade já surgiu como uma totalidade, a explosão de sua forma estendeu a morfologia citadina e o urbano (M) emerge como um *nível* da totalidade social mediando processos globais (G) e quotidianos (P).

A *pólis* grega surge como materialização dessa metáfora da cidade em seu sentido associativo e sinérgico, marcada pela “devolução do poder da cidadela à comunidade baseada na aldeia” (MUMFORD, 1998 [1961], p. 140). Nessa “cidade ideal”, os líderes (políticos) locais dependem do suporte e da aprovação da população para a tomada de decisão, dando origem ao desenvolvimento institucional e à oportunidade de diversificação do trabalho e da vida comum e do controle do tempo em um quotidiano mais livre, menos organizado, menos especializado. Nela, valoriza-se o excedente do tempo para além do excedente econômico e as possibilidades de lazer e fruição promovem um “alargamento do círculo” social – certamente associadas à

formação de *redes*, no sentido usado por Christian Schmid (2014a) para criar uma nova tipologia dentro de uma Suíça completamente urbanizada.

Se a *polis* grega surge para Mumford como uma cidade ideal baseada na comunidade da aldeia, tudo depende do que compreendemos por aldeia. Se retomarmos a concepção de espaço em Milton Santos (2002 [1996]) – conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações – podemos pensar na retomada da “aldeia” não como um *tipo* de assentamento, como uma configuração territorial arcaica e rudimentar, mas como *práticas* fundamentais para este sentido associativo da cidade *contemporânea*. Em outras palavras, ao *natural* não é preciso associar um *meio natural* (SANTOS, 2002 [1996]) no qual a natureza reguladora configura a base material fundamental da sociedade desprovida de sistemas técnicos mais avançados. Na contemporaneidade, argumentamos, a *natureza* e o *natural* precisam ter seus sentidos renovados (por que não, retomando elementos da aldeia antiga?). À natureza *urbana*, não basta a condição de simulacro nas áreas “revitalizadas” das cidades, nas periferias ricas das regiões metropolitanas e nos *resorts alpinos* de Christian Schmid (2014a, 2014c). A condição planetária da sociedade urbana remete a essa urgência de renovação. “Virtualmente, ela cobre o planeta re-criando a natureza, anulada pela exploração industrial de todos os recursos naturais (materiais e ‘humanos’), pela destruição de todas as particularidades ditas naturais” (LEFEBVRE (1999 [1970], p. 152). Em outras palavras, à “urbanização extensiva é necessário corresponder uma *naturalização extensiva*” (MONTE-MÓR, 1994, p. 176), com outro sentido para o natural, muito distante do discurso contemporâneo da “sustentabilidade”. De certa forma, a aldeia mumfordiana nos remete a esse novo-velho natural, das relações simbióticas com o espaço de vida, do senso de conservação e reprodução, das *práticas naturais*.

Neste ponto é importante que se diga que, por “natural”, precisamos compreender as *práticas* que escapem às intencionalidades e racionalidades hegemônicas *inquestionadas*, diariamente legitimadas através das conversas quotidianas que apenas reafirmam essas arbitrariedades mascaradas pela ideologia tecnocientífica. Até que ponto o *parto natural*<sup>124</sup> é uma escolha da mulher e até que ponto ele está associado a interesses da medicina (e dos médicos) obstétrica, dos hospitais e planos de saúde? Existe uma racionalidade hegemônica que trata o parto como mercadoria? E se hoje ele se restringe a localidades específicas e mulheres com níveis de renda específicos, no que implicaria a extensão dessa prática para além das centralidades urbanas? O parto cirúrgico é um avanço tecnológico (progresso) que adiciona

<sup>124</sup> Por natural, para os fins deste argumento, entenda-se o parto não-cirúrgico, seja ele normal ou natural, mas que seja humanizado, respeitando a vontade da mulher quanto ao nível de intervenção médica.

uma possibilidade para escolha da mulher<sup>125</sup> ou, assim como outros serviços prestados contemporaneamente, é mais uma possibilidade de *mercadificação* e ampliação de um mercado?

E quanto às práticas de alimentação? O consumo, a produção e a circulação de alimentos orgânicos são um retrocesso frente à capacidade potencial da indústria de alta tecnologia? Não seriam desejáveis incentivos à agricultura urbana, ainda que nas janelas dos apartamentos<sup>126</sup> das grandes cidades? Ou é preciso investir massivamente na pesquisa em modificações genéticas e agrotóxicos para manter a produção em larga escala nas paisagens operacionais de urbanização extensiva? E o que dizer das práticas locais de gestão de resíduos nas cidades? É melhor que aloquemos dinheiro público para coletar e aterrar inúmeras toneladas de lixo indiscriminadamente? Ou poderíamos, *desde já*, destinar o lixo orgânico às composteiras domésticas e reciclar o restante dos resíduos através dos milhares de catadores brasileiros que tem sua sobrevivência nesta atividade? Não seria desejável poupar dinheiro público e reduzir os danos ambientais? E para onde vão esses resíduos? Eles estão acessíveis à percepção dos cidadãos na perspectiva do *sensório urbano*?

Hoje, vemos emergir várias iniciativas reivindicando (e fomentando) essas práticas, não apenas relacionadas aos exemplos recém mencionados do parto natural<sup>127</sup>, dos alimentos orgânicos e da gestão de resíduos<sup>128</sup>, mas também do resgate amplo das relações comunitárias entre vizinhos<sup>129</sup>. O *sentido* da aldeia mumfordiana parece contemporâneo, distante do sentido nostálgico que frequentemente lhe é atribuído: novamente, não estaríamos falando em um retorno ao *meio natural*. Além de impossível, este retorno a uma base material-natural rudimentar é indesejável. As *práticas*, por outro lado...

### 3.2 Crítica das formulações contemporâneas

O diagnóstico de Brenner e Schmid (2015) da fragmentação e da baixa capacidade de atuação do campo dos estudos urbanos reivindica uma teoria urbana crítica (que aponte o caráter

<sup>125</sup> Segundo Parente *et al* (2010), a primeira cesariana foi realizada no Brasil em 1817, mas apenas a partir de 1915 os resultados médicos (leia-se “sem morte”) começaram a apresentar alguma melhoria, mas só eram indicados em casos emergenciais.

<sup>126</sup> Disponível em: <<http://www.windowfarms.com/>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

<sup>127</sup> Ver, por exemplo, o trabalho da ONG Bem Nascer. Disponível em: <<http://www.bemnascer.org.br/>>. Acesso em 5 mai. 2015.

<sup>128</sup> No Rio de Janeiro, a Rede Ecológica organiza grupos de trabalho em diversos bairros da cidade, nas temáticas de segurança alimentar, agricultura urbana, agroecologia e economia solidária. Ver <http://redeecologicario.org/>.

<sup>129</sup> Criado em 2014, o “Tem Açúcar?” é uma plataforma de empréstimos e doações de coisas entre vizinhos de um mesmo bairro. Disponível em: <<http://www.temacucar.com/>>. 03 mar. 2015.

político e ideológico do espaço e ilumine possibilidades a partir das contradições do capitalismo) que tenha *mediações* com a prática. Seria fundamental uma unidade no campo em torno da questão da urbanização ancorada na crítica e na reflexividade. Brenner (2009) e Brenner e Schmid (2013) já haviam criticado as abordagens wirthianas do urbano e da urbanização (e sua decorrente explosão de termos<sup>130</sup>) e atestado a incapacidade dos estudos urbanos de definir um objeto e apontar alternativas emancipatórias.

O processo de reestruturação capitalista a partir de 1980 alterou os padrões e trajetórias de urbanização em direção a formas multidimensionais, variegadas, polarizadas e descoordenadas, de modo que os pressupostos nos quais se embasavam as pesquisas empíricas e formulações teóricas deveriam ser revistos. O que fazer com as antigas categorias? O urbano não mais poderia ser associado à cidade. Ao vício metodológico do assentamento, da unidade delimitada, sobretudo das grandes aglomerações, chamou-se *citadismo*, obsessão que não permite ver o urbano além das cidades, que ofusca as *paisagens operacionais de urbanização extensiva*, que insiste em referenciar o urbano (e a teoria urbana) a um *lado de fora* constituinte (BRENNER, 2014b; BRENNER e SCHMID, 2015; ANGELO e WACHSMUTH, 2014).

À cidade, restaria apenas a condição de ideologia, fortemente associada à política e à estética, que articuladas atuam sobre o ambiente sensorial dos indivíduos e sua compreensão acerca da estrutura do espaço urbano e do próprio capitalismo (GOONEWARDENA, 2005). A partir de 2007, essa condição da cidade se tornou mais evidente com o *discurso da era urbana*: pela primeira vez na história, mais pessoas vivem na cidade do que no campo, ou seja, a população *urbana* (adjetivo) teria superado a população *rural* (adjetivo). Brenner e Schmid (2013, 2015) apresentaram os riscos da popularização desse discurso (mesmo diante de seus problemas metodológicos óbvios) em função de seu papel nas *representações* do espaço, no imaginário coletivo. A ideia da cidade como lócus privilegiado da teoria e da prática urbana acabou por gerar uma série de metanarrativas que perpetuam a ideologia citadista, incluindo a replicabilidade e a comparabilidade de cidades, práticas e políticas públicas.

Brenner e Schmid (2015) apresentam suas teses em urbanização na tentativa de demarcar parâmetros epistemológicos para construções posteriores: o urbano é um processo, é um projeto coletivo e é uma categoria teórica. Ele não é uma forma universal, um tipo de assentamento, uma unidade delimitada, um objeto empírico. A urbanização é também uma categoria teórica, é um processo de alcance planetário materializada em um tecido

---

<sup>130</sup> Taylor e Lang (2004), *The Shock of the New: 100 Concepts Describing Recent Urban Change*.

multidimensional (mas não é objeto empírico) que se desenrola através de trajetórias e padrões variegados de desenvolvimento espacial desigual.

Por um lado, é preciso dar ouvidos a Brenner e Schmid (2015)<sup>131</sup>: as dualidades urbano-rural e cidade-campo (ou a equivalência cidade e urbano) e suas categorias derivadas *não mais se adequam à realidade*. Precisamos nos atentar ao citadismo metodológico e enxergar as paisagens operacionais de urbanização extensiva. As tentativas de classificação dos departamentos estatísticos ao redor do mundo, o discurso da era urbana<sup>132</sup>, entre outros, são válidos no sentido de que são capazes de medir ou avaliar processos minimamente significativos? Possivelmente. Mas, como discutido anteriormente, o efeito mais amplo é a obscurecimento de uma série de questões (urbanas) fundamentais. E o tecido urbano estendido? E a produção de novas centralidades, a formação de novos sinequismos? E quanto às paisagens operacionais? A retomada dessa discussão na contemporaneidade é, sem dúvida, positiva. Por outro, existem críticas importantes a serem feitas.

Richard Walker (2015) foi o primeiro a criticar de forma avassaladora e instantânea<sup>133</sup> a tentativa de Brenner e Schmid (2015) de construir uma nova epistemologia do urbano. O autor critica a sobreênfase na filosofia, a ausência de dialética, espacialidade e materialidade, além de argumentar que não há necessidade de uma epistemologia do urbano completamente nova que, para ele, nunca chega a dizer exatamente o que é o urbano. Para Walker, o urbano e a urbanização são objetos empíricos e a fundamentação acerca dessas duas categorias deve ser feita através de momentos teóricos e empíricos. Além disso, não seria possível abandonar a oposição urbano-rural: se nada está fora do urbano, então o urbano é tudo, logo, não existem particularidades a serem investigadas, o que significa que o urbano não mais é um problema de pesquisa que interessa. O mesmo argumento (da ausência de dialética) se destina à ênfase de Brenner e Schmid no aspecto processual do urbano<sup>134</sup>.

De imediato, é necessário esclarecer que o caráter metafórico, fundamental para a compreensão do urbano lefebvriano, não é explícito em Brenner e Schmid (2015) como é em Monte-Mór (2004, 2007, 2015), o que aparentemente pode complicar a compreensão geral

<sup>131</sup> Assim como a Lefebvre há 47 anos atrás, à crítica da unidade de Castells há 45, Francisco de Olivera a 37, Monte-Mór há 28...

<sup>132</sup> Que está mais para *discurso da era cosmopolita* do que da era urbana.

<sup>133</sup> A crítica de Richard Walker (2015) foi publicada no *mesmo* volume em que foi publicado o artigo de Brenner e Schmid (2015a) ao qual fazemos referência. Para ver a contra-resposta melodramática dos autores à crítica absolutamente imediata, ver Brenner e Schmid (2015b).

<sup>134</sup> Por outro lado, a crítica de Walker (2015) se enquadra, de certa forma, na categoria do *citadismo* metodológico e na associação intrínseca urbano-cidade. Algumas de suas críticas a Brenner e Schmid (2015a) estão fundadas em uma série de teorias citadistas – com ênfase na “unidade” – ou apontam para falhas na revisão dessa literatura.

acerca da reformulação da questão urbana (principalmente a questão urbana-estendida). Aceitar o urbano como um nível da totalidade social, como formulou Lefebvre (1999 [1970]), não significa confundir cidade e campo ou urbano e rural em uma só categoria. Não se trata de um pensamento dialético como Walker (2015) apontou insistentemente, apenas um deslocamento para a dialética centralidade-tecido urbano estendido (Monte-Mór, 2007). Segundo o próprio Lefebvre (2008a [1968], p. 74-75, grifo nosso), a superação da oposição cidade-campo se dá com a extensão do tecido urbano “de malhas mais ou menos amplas”, mas isso não significa uma “*neutralização recíproca*”:

Não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. E ainda, isso não significa que a divisão social do trabalho (mesmo sem que a oposição se atenua) está superada, muito menos dominada. Atualmente, a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas (LEFEBVRE, 2008a [1968], p. 75).

Trata-se de dar um passo adiante: abandonar o urbano-rural significa submeter à crítica as categorias tradicionais de análise (e as demais polaridades construídas pelas *ciências parcelares*). “Destaquemos, desde logo que nossa hipótese (da urbanização completa da sociedade), que concerne às ciências ditas ‘sociais’, está vinculada a uma concepção epistemológica e metodológica” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 16).

Simultaneamente, admitir o urbano-extensivo e o urbano-totalidade significa aceitar a realização eminente da *sociedade urbana*, importante do ponto de vista teórico (rumo a uma visão mais holística dos processos e relações socioespaciais) e prático (leia-se, *revolução urbana*). Retomemos Lefebvre (1999 [1970], p. 156-7): “o urbano caminha para uma totalidade sem jamais atingí-la, em que ele se revela totalizador por essência (a *centralidade*), sem que essa centralidade se efetue jamais”. Por um lado, o urbano não é totalidade, no sentido de que “não pode ser definido nem pela soma ou síntese”; por outro, “nenhum determinismo parcial o esgota”. O que quer (nos) dizer esse paradoxo? “Ele quer dizer: centralidade e dialética da centralidade. Quer dizer: práxis urbana. Quer finalmente dizer: revolução urbana” (*ibid*, p. 169).

Em sua crítica, Walker (2015, p. 189) chega a sugerir que uma revisão epistemológica desse porte seria perda de tempo, que contemporaneamente nas teorias sociais se gasta muito tempo com a “cabeça nas nuvens” e pouco tempo “com os pés no chão”. Mas o autor não foi capaz de compreender que é justamente o contrário: existe (finalmente) um processo de

tra(ns)dução em andamento! Poderíamos ter inúmeras metáforas ou “novas” maneiras de conduzir esse processo, mas aqui estamos, utilizando o *urbano* de um filósofo francês que escreveu nos anos 1960 e 70, evitando a obsessão com o “novo”, com “novas” (re)formulações teóricas e epistemológicas.

De fato, apesar da clara manifestação de uma primeira etapa do estudo em urbanização planetária (“rumo a”), Walker (2015) parece ter razão ao apontar (diversas vezes) que Brenner e Schmid (2015) não afirmam o que é o urbano de forma suficientemente satisfatória: não basta processualizá-lo, não basta posicioná-lo como “categoria teórica”, não basta dizer o que ele não é. É preciso uma diferenciação. É justamente o que dizia Neil Brenner (2011): uma vez que declaramos que tudo é urbano, precisamos de novas categorias de diferenciação espacial. “Isso não resolve nada, apenas reformula a questão”. Mas essa diferenciação precisa ser feita – e para além da tipologia do território suíço de Schmid (2014a) – de acordo com as *especificidades contextuais* e com a *reflexividade* como os próprios autores reivindicam. Não adianta apelar para o “contexto do contexto” na formulação teórica, se o que se pretende é a diferenciação para além do urbano-totalidade. Caso contrário, vale a crítica *a partir do lugar*:

As tentativas de olhar para a Amazônia contemporânea como uma mera extensão do modelo expansionista capitalista sobre uma selva pristina vazia produziram interpretações extremamente simplificadas, dicotomias perigosas e categorizações enganosas que não consideram a complexidade do espaço social que está sendo produzido na referida região. Em vez disso, muitas são as dificuldades teóricas levantadas por uma teoria simplista da modernização que dispensa as várias (e bem-sucedidas) formas de resistência em favor de uma hegemonia construída pela extensão do modelo capitalista (MONTE-MÓR, 2004, p. 308).

Monte-Mór (2004) já apontava as dificuldades de se classificar ou modelar diante das inúmeras conexões e estratégias de atores locais, regionais, nacionais e internacionais – através do exemplo relativamente simples da relação entre a atividade garimpeira, os conflitos engendrados no espaço (urbano) e o preço internacional do ouro. A tarefa não é simples. Mas isso não significa que seja necessário um simples atestado de consciência – como o de Brenner (2009) de que a teoria crítica deve ser reflexiva, ou seja, possibilitada pelas e orientada para as condições históricas específicas. Existe uma *forma* de se levar em conta as especificidades contextuais, caso contrário se incorrerá em erros de generalização a partir de sua própria experiência “paroquialista”, como fizeram Angelo e Wachsmuth (2014, p. 379) no mesmo texto em que criticaram o citadismo metodológico: “as ‘lentes da cidade’ podem ser mais apropriadas, metodologicamente, para analisar movimentos sociais urbanos que

frequentemente se encontram dentro dos limites da cidade.” Será preciso que os autores sejam muito específicos quanto à aplicabilidade de sua teorização proposta antes desse tipo de afirmação. Caso contrário, será preciso que eles façam uma visita ao Brasil e expliquem ao Movimento dos Sem-Terra e às associações de garimpeiros, seringueiros e índios que sua atuação pode ser analisada de forma mais “apropriada” pelas lentes da cidade.

Vejamos mais um caso interessante. Felipe Magalhães (2015b) estuda a relação entre o neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole brasileira com uma atenção especial ao papel do Estado. O autor resgata a formação geohistórica da metrópole brasileira, o processo de reestruturação que o país viveu nos anos 1980 e defende que a estrutura do espaço urbano na metrópole está associada às forças do neoliberalismo – majoritariamente teorizado a partir do Norte global. Magalhães (2015b) faz a crítica a Jeremy Seekings (2013) que toma o paradigma da cidade neoliberal como um discurso universalista na teoria urbana que não dá conta das complexidades específicas que emergem na África do Sul. Para Magalhães (2015b, p. 110), existe uma “diversidade de situações e de trajetórias geo-históricas muito distintas que compõem o amplo repertório da categoria da metrópole do sul global” incluindo a “herança colonial” que devem ser consideradas, sobretudo no caso do Brasil, onde o neoliberalismo aparece como “prognóstico” de saída da crise dos anos 1980. Nesse contexto, o autor argumenta que as cidades e regiões passaram por um processo de neoliberalização do espaço “em que as relações espaciais são tornadas neoliberais, onde as cidades e regiões se relacionam umas com as outras a partir de padrões de competição” (*ibid*, p. 103). A descrição do processo de neoliberalização do espaço no Brasil, portanto, mostra que esta não é uma especificidade dos países do Norte global e dá suporte à crítica de Magalhães (2015b, p. 110) a Seekings (2013) e aos demais autores que “pretendem falar pelo sul”.

De fato, a apresentação de Seekings (2013)<sup>135</sup> dualiza as possibilidades de produção de conhecimento colocando, de um lado, as teorias universalistas e, de outro, as abordagens particulares. Mas talvez mais interessante do que a apresentação sejam as perguntas colocadas a Seekings posteriormente. Neil Brenner (da platéia) pergunta a Seekings: “O que você quer dizer por ‘teoria’?”, argumentando que defender descrições detalhadas de particularidades locais vai contra a própria ideia de teorizar e que a dualidade apresentada por Seekings – que, diga-se de passagem, é nascido e formado na Inglaterra – não alcança o *contexto do contexto*. Em outras palavras, seria preciso teorizar sobre as regularidades e padrões mais amplos nos

---

<sup>135</sup> Palestra do International Journal of Urban and Regional Research ministrada no Encontro da International Sociological Association.

quais essas especificidades emergem. Seekings contra-argumenta que uma coisa é estudar o *processo de neoliberalização* (esta sim seria uma tarefa importante) e seus impactos no território; outra coisa é formular uma teoria do neoliberalismo, uma grande narrativa, um “santo graal” através do qual é possível compreender o mundo. Mas notemos que o mesmo argumento *não se aplica* ao estudo em urbanização planetária proposto por Brenner e Schmid. A pertinência da crítica de Magalhães (2015b) está justamente na reflexividade, no resgate das condições históricas específicas, da formação da metrópole e do processo de neoliberalização no Brasil. Nesse caso, podemos falar em um processo mais amplo que se adapta à realidade da metrópole brasileira.

Por outro lado, se estamos tratando da urbanização completa da sociedade nos termos de Henri Lefebvre, a *problemática urbana é o contexto do contexto*; o *urbano* se apresenta como totalidade, como lente interpretativa da realidade, também como *nível* da totalidade social, como *mediação das mediações*, diretamente relacionado às especificidades contextuais. Além disso, se estamos nos apropriando do trabalho de Henri Lefebvre, então parece claro que o tão procurado objeto dos estudos urbanos é a *problemática urbana*.

O fenômeno urbano manifesta sua *universalidade*. O que bastaria para justificar a criação de uma *universidade* devotada a seu estudo analítico. Desde logo, notemos que não se trata de reivindicar para tal estudo uma prioridade absoluta em relação às outras pesquisas e disciplinas já institucionalizadas: letras e artes, ciências diversas. Basta conceber uma Faculdade que reúna em torno da análise do fenômeno urbano todas as disciplinas existentes, das matemáticas (estatística, mas também a teoria dos conjuntos, da informação, a cibernética) à história, à linguística, passando pela psicologia e pela sociologia. Essa concepção invoca uma modificação das idéias aceitas a respeito do ensino. Uma tal Faculdade instituir-se-ia em torno de uma *problemática*, e não a partir de um saber adquirido (ou pretensamente adquirido) para difundí-lo (...) O saber supostamente adquirido fragmenta-se, cai em migalhas, apesar das boas intenções dos epistemólogos (que tão-somente petrificam em ‘núcleos’ os resultados provisórios da divisão do trabalho intelectual) (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 59).

Neste ponto é importante avaliar como alguns desses teóricos contemporâneos se apropriam da obra de Henri Lefebvre. Começamos pelo que salta aos olhos. Lefebvre (1968 [1966], p. 21-2) aborda a ideia de *práxis* em Marx, “prática da sociedade baseada na indústria que permite tomar consciência da prática humana em geral”. A *práxis* se opõe à pura contemplação, “à filosofia e à atitude especulativa do filósofo”. Negligenciar a “atividade prático-sensível” significa ignorar “a atividade prático-crítica, isto é, revolucionária”.

As várias formas de conhecimento encontram seu alcance e seu sentido na conexão com a atividade prática. O problema especulativo do conhecimento deve ser rejeitado como um falso problema. A coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática, não tem nenhum valor. A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é praxis: ato, ação, interação. Separando-se a praxis, a teoria se perde em problemas mal postos e insolúveis, em mistérios e misticismo (LEFEBVRE, 1968 [1966], p. 23).

A *praxis* possui um duplo fundamento. De um lado, o sensível (fundamento de todo conhecimento) e a restituição do prático-sensível (que nos possibilita revelações como a própria amplitude da *praxis*). Do outro lado, está a “atividade criadora”, estimulada pelas necessidades humanas (individuais, sociais, políticas, naturais, etc.) que ela mesma transforma. A noção que nos interessa, se estamos nos apropriando da obra de Henri Lefebvre, é a *praxis* revolucionária, aberta ao possível, capaz de reestabelecer equivalências entre as representações e a realidade.

A *praxis* no seu mais alto grau (criador, revolucionário) inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, *praxis* política sem exploração do possível e do futuro (LEFEBVRE, 1968 [1966], p. 38-9).

Buscamos, sem sucesso, essa perspectiva lefebvriana da *praxis* radical no que chamamos de formulações contemporâneas. Encontramos uma conceitualização de *urbanização diferencial* que tenta nos remeter ao *espaço diferencial* de Henri Lefebvre, mas não encontra sustentação teórica, tampouco *prática*. Até que ponto essa apropriação parcial é possível? E mesmo que seja possível, não é necessário manter o sentido da obra? Vejamos.

Brenner (2009, 2011, 2014b) e Brenner e Schmid (2015) partem do anúncio lefebvriano da urbanização completa da sociedade. O processo de implosão-explosão intitula o livro organizado por Brenner (2014a), *Implosions/Explosions*, em um compêndio das teorizações contemporâneas sobre urbanização planetária. Segundo Brenner (2014b, p. 16), o significado do urbano “deve ser fundamentalmente reinventado tanto na teoria, quanto na prática”. O autor utiliza as ideias lefebvrianas de aprofundamento da divisão do trabalho com a extensão do tecido urbano, das categorias incorporadas no eixo temporal, da ideia de cidade como ideologia, da articulação potencial de todos os espaços à rede da economia capitalista global, da tríade dialética do espaço (para compor suas *dimensões* da urbanização) e, como mencionado, do conceito de espaço diferencial para a construção do conceito de urbanização diferencial. Mas onde está presente a prática como elemento indissociável da teoria? Onde está presente o

*urbano* lefebvriano? Onde está a característica fundamental de Henri Lefebvre, conforme descreveu João Antônio de Paula (2015, p. 9), o “militante da emancipação”? É possível se apropriar parcialmente do urbano (totalidade) e da urbanização nos termos de Henri Lefebvre sem dialogar com o *possível-impossível*, com a *revolução urbana*, com o *regressivo-progressivo*, com a *vida quotidiana*? Clarifiquemos, desde já: a crítica às formulações contemporâneas é uma crítica *u-tópica*, “aquela que tenta abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do ‘real’, do realizado, ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 20).

Não se trata de colocar em descrédito as formulações contemporâneas. Também não se trata apenas de demandar uma positividade teórica, de desejar um final feliz para o filme de terror. Trata-se de compreender: Henri Lefebvre é raiz, mas é também nuvem no céu – concreta, real e possível. Não é possível irmos além do *contexto do contexto* capitalista neoliberal que paira, de fato, sobre todas as esferas da vida? Não é possível vislumbrar a *era urbana* lefebvriana, e não somente o *discurso da era urbana*? Não é factível uma teoria urbana que tenha em seu cerne a *urbanização como sentido da industrialização*? Aonde mais buscaremos alternativas emancipatórias senão nas raízes locais e suas interações com a *ordem distante*? Os *territórios extremos de urbanização extensiva*, além de colocar à prova o caráter planetário da urbanização como quer Neil Brenner, não podem ser *oportunidades extremas de emancipação*?

Nesse mesmo contexto, algumas proposições seguem sem resposta, ou mais grave ainda, sem abordagem. Brenner e Schmid (2015, p. 159) salientam a urgência de “alternativas acessíveis e convincentes”. Mas como e onde buscá-las? Na reformulação epistemológica? No contexto do contexto? As condições históricas específicas que permitem a tão reivindicada reflexividade são, na verdade, extremamente amplas e desterritorializadas? Brenner (2009, p. 201) reivindica na teoria crítica “a busca de alternativas emancipatórias latentes dentro do presente”, mas encontraremos algo substantivo nessa busca apenas apontando “as contradições das relações sociais existentes”? Essas alternativas não demandam um estudo mais aprofundado daquilo que se esconde e se revela nas bases da *vida quotidiana*? Se se pretende urbanizar a teoria crítica com base em Henri Lefebvre, ela não deveria ser articulada a (para não dizer fundada em) uma *prática*?

A crítica pertinente à ausência de dialética em Brenner e Schmid (2015) está nessa definição do urbano como categoria teórica e não como objeto empírico: não é necessário delimitar a “unidade urbana” (a cidade) para que se tenha na *problemática urbana* um objeto de estudo. Em outras palavras, é possível realizar uma pesquisa empírica sem ceder ao

*citadismo metodológico*. Tomemos, por exemplo, o trabalho de Monte-Mór (2004): o autor reconstrói a geohistória da ocupação da Fronteira Amazônica sob as lentes interpretativas de Henri Lefebvre, ou seja, em torno da *problemática urbana*, se além às especificidades contextuais, fornece uma descrição extremamente detalhada do tecido urbano com base nessas especificidades locais e na *vida quotidiana* no Nortão do Mato Grosso, no Sul do Pará, no Tocantins e em Rondônia. Ou seja, Monte-Mór (2004, p. 302, grifo nosso) foi capaz de associar processos locais-regionais, mostrar o caráter mediador do espaço urbano, associando processos mais amplos (relativos às estratégias do Estado brasileiro e aos processos do capitalismo fordista) ao nível da vida quotidiana, sem o propósito de uma teoria universalista, mas sim tomando a Amazônia como uma “janela paradigmática” através da qual podemos ver o desenvolvimento urbano-regional que se dá no “território incompletamente organizado *do Brasil*”. Este território (entre centros e periferias) também está inscrito no contexto do contexto:

Assim como em outras periferias periféricas, como as favelas nas metrópoles brasileiras, os estudiosos frequentemente se chocam ou se surpreendem ao descobrir que as estratégias de sobrevivência de grupos marginais podem copiar ou se assemelhar de perto às mesmas estratégias do coração das empresas capitalistas, de valores culturais pequeno-burgueses e direcionamentos empreendedores para o lucro baseados na corrupção ao planejamento ilegal e práticas criminosas, geralmente mobilizando o aparato do Estado. A lógica dominante é muito poderosa para ser descartada, mesmo pelos “desclassificados sociais”, os mais fracos e desprivilegiados na pirâmide social (MONTE-MÓR, 2004, p. 309).

Assim, se o urbano for tomado apenas como categoria teórica e não como objeto empírico, como podemos apreendê-lo? É possível apenas teorizar a partir do contexto do contexto? A tipologia para a Suíça urbana proposta por Christian Schmid (2014a), argumentamos, é (até agora) a âncora da pesquisa em urbanização planetária. Schmid dialoga com as especificidades contextuais, apresenta a urbanidade na vida quotidiana, as contradições advindas do processo de urbanização (essas sim associadas ao contexto do contexto) e fornece um método de diferenciação para um país completamente urbanizado – em contraponto à crítica de Walker (2015) e outros<sup>136</sup> de que a constatação da urbanização completa torna a questão urbana desinteressante e sem os pés no chão. Essa tarefa *analítica* é fundamental se o que se quer é compreender o processo de urbanização. Como nos lembra Milton Santos (1994, p. 172), “quando a crítica não é acompanhada pela análise, ela permite a mobilização mas não a construção. A crítica deveria suceder a análise, mas o que acontece, na maioria dos casos, é que

<sup>136</sup> Ver Sheppard *et al* (2013).

a necessidade de ser crítico opera como se o analítico fosse dispensável”. Para Lefebvre (1999 [1970], p. 29), “cabe ao analista descrever tipos de urbanização e dizer no que se tornaram as formas, funções e estruturas urbanas”.

É precisamente essa descrição que se apresenta nos esforços iniciais de Christian Schmid e mais intensa e extensamente na pesquisa de Roberto Monte-Mór para o caso brasileiro. Isso nos remete diretamente de volta à questão de Ananya Roy (2009), mas tratemos de reformulá-la para escapar ao citadismo metodológico: se a imensa maioria das teorias urbanas foi produzida a partir da experiência nas centralidades urbanas e/ou no tecido urbano estendido do Norte e aplicada à realidade socioespacial do Sul, por que não é possível fazer o contrário? Não se trata de avaliar um “grau” de aplicabilidade maior ou menor das teorias do Norte ao Sul ou vice-versa, apenas de realizar uma inversão cujas possibilidades podem ser muito vantajosas – ainda mais se considerarmos que, neste momento, grande parte dos olhares dos estudiosos do campo dos estudos urbanos estão voltados para o Sul global. Também não se trata de naturalizar uma gama de similaridades e neutralizar as diferenças<sup>137</sup>; pelo contrário, desejamos partir das diferenças para compreender as especificidades locais de um processo de urbanização *global*.

O mundo é um só e por conseguinte a geografia é uma só. Agora os problemas resultantes da funcionalização do mundo — porque o mundo se torna funcional nos lugares — conduzem a ênfases diferentes. A ênfase que nós, do Terceiro Mundo, damos a certas funcionalizações tem que ser maior que a do Primeiro Mundo. Por que a ênfase? Para colocar a reflexão no âmbito da realidade social presente nesta parte do mundo (SANTOS, 1994, p. 175)

Estamos diante de uma inflexão nos espaços nos e para os quais a teoria urbana é produzida? John Friedmann (2014, p. 558) aborda a disputa pelo espaço concebido, pelo imaginário, pelas representações da realidade urbana: “imaginário de quem?”. Mas o autor conclui: “Nós – canadenses, americanos e europeus – temos sido vítimas [da versão liberal do capitalismo inventado por anglo-americanos] tanto quanto o campesinato (...) ou os trabalhadores migrantes (...) para os quais não existe lugar no imaginário oficial da cidade”. Se

<sup>137</sup> Essa *neutralização das diferenças* acaba por desencadear uma série de gafes teóricas como em Angelo e Wachsmuth (2014) na discussão sobre movimentos sociais, ou mesmo na naturalização de similaridades potenciais. Soja e Kanai (2014, 149-152), por exemplo, argumentam que as diferenças existentes entre os países há 30 anos atrás poderiam ser englobadas nas categorias Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, mas que hoje, “podemos aprender o mesmo tanto sobre os novos processos de urbanização da Cidade do México, Johannesburgo, Xangai como de Nova Iorque, Londres e Berlim”. Além disso, com a expansão da infraestrutura e dos fluxos de formação, a abrangência das megacidade-regiões podem ser estendidas, por exemplo, “de Santiago do Chile a Belo Horizonte”. Convenhamos, não é tão simples assim.

os estudiosos anglo-americanos se engajarem na mudança do imaginário *no* Norte, “onde tudo começou”, então será possível apontar outras possibilidades que “podem inspirar movimentos na Ásia que enfatize valores endógenos do que possa significar ser urbano e moderno nesse século”. Assim, prossegue Friedmann (2014, p. 559), “embora forasteiros, nossas vozes importam”. É preciso “se solidarizar” à luta no Sul, sabendo que o que importam são as “histórias detalhadas” capazes de “trazer fenômenos históricos à vida”. As proposições de John Friedmann apontam para essa inflexão ou para mais um mecanismo de legitimação do protagonismo de a(u)tores do Norte? Parece cedo para responder. De qualquer forma, tenhamos em mente:

Pode-se opor ao des-envolvimento o sentido de re-envolvimento radical, isto é, da volta (dialética) às raízes locais ... Dialética porque não se trata da simples volta de caráter estático ou nostálgico, mas sim a volta transformada e transformadora, revisitando e incorporando o futuro como referência, como no método progressivo-regressivo lefebvriano/marxiano (MONTE-MÓR, 2015, p. 67).

Podemos incorporar o futuro como referência, inclusive bibliográfica? E como podemos resgatar (trabalho velho-trabalho novo) as nossas raízes locais? Como desvendar os substratos para a *prospectiva* da sociedade urbana que aqui se escondem e, ao mesmo tempo, se revelam diariamente nas bases da vida quotidiana?

O que se quer com isso? Certamente não é “denunciar” os pesquisadores norte-americanos e europeus ou desmerecer o arcabouço teórico construído até aqui. Nem mesmo dizer que um indivíduo, espaço ou teoria do país *i* não pode ser comparado ou contraposto aos do país *j*. Como nos recorda Kanishka Goonewardena (2014), a divisão acadêmica internacional do trabalho obscurece as possibilidades de se analisar dialeticamente a unidade-mundo, dividida entre o *Planet of Slums* de Mike Davis e a Índia agrária em processo de neoliberalização de Sainath; entre o *International Journal of Urban and Regional Research* e o *Journal of Peasant Studies*; entre o direito à cidade e o MST; entre urbano e rural.

Desigualdades pressupõem igualdades, coisa que não mais nos interessa, remetem à homogeneidade do espaço abstrato, das formas e processos urbanos e socioespaciais próprios do urbano-industrial. As diversidades, ao contrário, abrem caminhos para alternativas, para espaços de diferença, para construções socioespaciais geradas no bojo das realidades culturais enraizadas no mundo concreto, na natureza humana e não humana (MONTE-MÓR, 2015, p. 67).

Por fim, uma última consideração crítica deve ser feita a respeito da tese 2 de Brenner e Schmid (2015): “o urbano é um processo, não uma forma universal, tipo de assentamento ou unidade delimitada”. De fato, o urbano não é uma forma universal, mas certamente ele *tem* forma<sup>138</sup>. Segundo Lefebvre (1999 [1970], p. 112-3), “o urbano é forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a *simultaneidade*. Essa forma não tem um conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive.” De um lado, o urbano se associa à “*lógica da forma*, e, de outro, à *dialética dos conteúdos*”, às “diferenças e contradições do conteúdo”. Com essa dupla ligação, o urbano não pode ser definido como um sistema (como querem os estudiosos ligados à metanarrativa do *triumfalismo urbano*), mas tampouco *apenas* como objeto ou *apenas* como sujeito. Daí, temos uma dupla tendência: à *centralidade* e à *policentralidade* (constituição de “*centros diferentes*”), o que certamente não se restringe às cidades, aos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, às grandes centralidades, mas também a todo o tecido urbano estendido. Posto isso, tomemos um caso interessante.

Felipe Magalhães (2008, p. 25) apresenta uma proposta de *morfologia* para a cidade-região – “expressão espacial do capitalismo industrial contemporâneo” – a partir do processo de *urbanização extensiva* (Monte-Mór, 1994, 2004) e dos discursos de Soja (2000) acerca da pós-metrópole – a *exópolis*<sup>139</sup> e a metrópole industrial pós-fordista – como elementos territoriais dominantes do tecido urbano (estendido) metropolitano. A extensão desse tecido urbano permite a integração das áreas circunvizinhas à metrópole a um “nexo comum do ponto de vista da organização da produção industrial” associado à flexibilização dos processos produtivos e sua demanda por conexão à infraestrutura (de comunicação, serviços e transportes, por exemplo).

À primeira vista, poderíamos denunciar essa proposta de morfologia e posicioná-la como a 101ª terminologia citadista, junto aos demais termos de Taylor e Lang (2004). Ao contrário dos autores referenciados em seu trabalho, Magalhães (2008) não associa sua proposta a uma cidade-região específica<sup>140</sup> e aborda o tema sob uma perspectiva teórica. Esse “novo ente geográfico”, argumenta o autor, “com uma certa coerência e unidade que lhe são próprias”, “vem se transformando num novo *lócus* das tensões, das contradições e dos conflitos em torno da produção do espaço urbano” (MAGALHÃES, 2008, p. 22-3).

<sup>138</sup> Ver Lefebvre (1999 [1970], p. 109-124), *A Forma Urbana*.

<sup>139</sup> *Exo* (fora) *polis* (cidade) se refere à estrutura espacial descontínua e caleidoscópica – nos termos de Soja (2000) – que orbita em volta dos nós aglomerativos (sem uma centralidade específica) para além das bordas da cidade, cuja circunvizinhança é repleta de manifestações do tecido urbano sem que se constitua uma cidade propriamente dita.

<sup>140</sup> Apesar da inspiração nas metrópoles de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

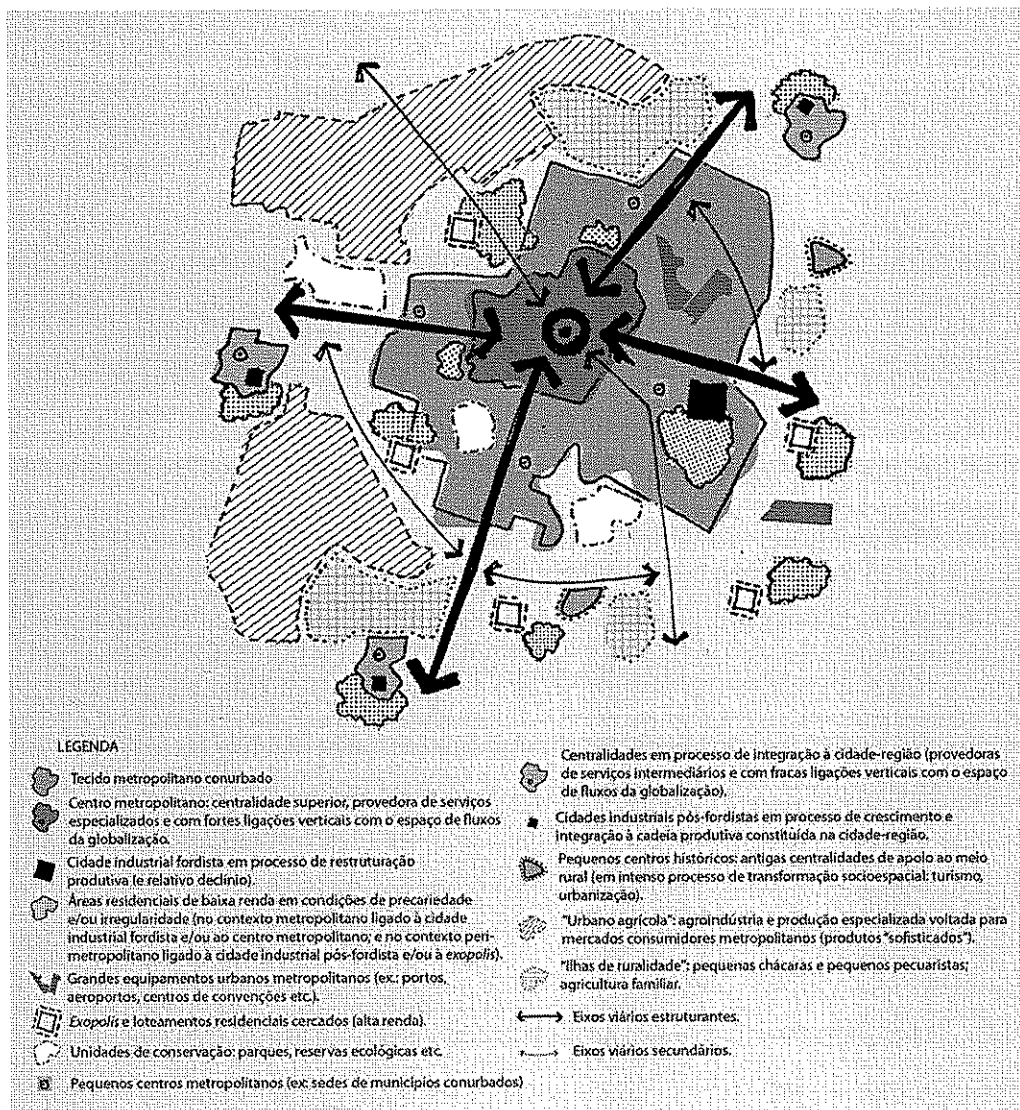


FIGURA 4 – Proposta de morfologia para a Cidade-Região

Fonte: Magalhães (2008, p. 20)

A crítica imediata – fundada em Brenner e Schmid (2015) – descartaria de imediato essa “nova” proposta de morfologia de Magalhães (2008) que utiliza dois discursos (anglo-americanos) para descrever, sem uma territorialidade específica, a transformação de uma unidade em outra unidade. Não tão rápido. Precisamos de uma ressalva.

Propor uma forma para a cidade-região, quando se discute no cerne do argumento que esta é, antes de tudo, um processo (ou a síntese de uma série de processos), pode parecer complicado e de validade discutível. Porém, uma simplificação destes processos socioespaciais complexos e sua apresentação em conjunto visando caracterizar a forma do todo aqui entendido como a

cidade-região pode ser uma maneira de facilitar a visualização e, portanto, a compreensão desta unidade de análise que se propõe aqui (*ibid*, p. 19).

Forma ou processo? É neste ponto que a crítica do citadismo em conjunto com a segunda *tese em urbanização* se defronta de volta com Neil Brenner. Se as especificidades contextuais emergem dentro de um contexto mais amplo (como no argumento de Brenner contra Seekings) que deve ser teorizado, então qual é o problema com as propostas morfológicas e categorizações *socioespaciais* baseadas nesse contexto mais amplo<sup>141</sup>? Ainda, o que podemos apre(e)nder se considerarmos o urbano e a urbanização como *processos* expressos pela e determinantes da dialética centralidade-tecido urbano estendido? O estudo da centralidade é citadista?

O problema pode não estar no uso de uma unidade espacial, desde que se compreenda o seu papel no processo de urbanização. No caso de Magalhães (2008, p. 9), toma-se a cidade-região como “forma urbana do processo de metropolização em seu estágio contemporâneo”, mas, por outro lado, se considera a relação entre a politização e o surgimento de novas *práticas espaciais* e os conflitos e desequilíbrios socioespaciais derivados da neoliberalização do planejamento territorial. Além disso, considera-se a dialética dos conteúdos no espaço, as tensões entre o arranjo espacial e o movimento do capital no espaço na perspectiva da economia política da urbanização. Magalhães (2008) também toma o cuidado de contextualizar a aplicação do discurso da *metrópole industrial pós-fordista* de Soja (2000) para o caso brasileiro de um capitalismo semi-periférico, no qual um novo processo de reestruturação se iniciou, antes que se completasse o processo de formação da metrópole fordista-keynesiana. Com relação à *exópolis*, o autor enfatiza o caráter particular de segregação que ela admite no Brasil, ressaltando a diferença entre o suburbano no Brasil e nos Estados Unidos onde a teoria foi produzida. Dito de outra forma, essas categorias (talvez não *replicáveis*, mas minimamente *adaptáveis*) carregam uma quantidade de informação significativa, sobretudo se formos parcimoniosos e admitirmos que, nos casos em que o processo de urbanização está intrinsecamente associado a uma unidade, as formas, funções e estruturas resultantes em sua circunvizinhança terão relações consideráveis com a mesma, ou seja, centralidade-tecido urbano estendido.

Com isso argumentamos que Neil Brenner está correto em reafirmar a crítica da unidade enquanto objeto de pesquisa, mas é preciso compreender que a reconstrução da geohistória do processo de urbanização (concentrada e extensiva) passa, sem dúvida, pelas especificidades

---

<sup>141</sup> Voltamos diretamente a Lefebvre (1999 [1970]) e ao papel central do espaço na mediação e na concretização de ordens e questões abstratas.

contextuais e pelas unidades-centralidades de maior expressão em cada região. Além disso, faz-se necessária uma mudança no tom dessa reafirmação: que se apresente a crítica ao citadismo, à obsessão teórico-metodológica com as cidades, mas ao mesmo tempo defendendo a centralidade. Essa defesa não deve apenas mencionar o papel das economias de aglomeração, como fizeram Brenner e Schmid (2015). Ela deve enfatizar o papel fundamental da centralidade, sem a qual não existe realidade urbana, tampouco teoria urbana.

Tomemos a questão do centro e da centralidade. Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. Mais que isso: o espaço urbano se define, já dissemos, pelo vetor nulo; é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas. Em cada ponto, o vetor tempo-espaço, distância entre conteúdo e continente, pode tornar-se nulo. O que é impossível (u-tópico), mas caracteriza o movimento dialético (a contradição imanente) do espaço-tempo urbano. Por conseguinte, não se pode teoricamente deixar de defender a concentração urbana, com seus riscos de saturação, de desordem, e suas oportunidades de encontros, de informações, de convergências. Atacá-la, destruí-la, é próprio de um empirismo que, de antemão, destrói o pensamento. (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 93)

### 3.3 Prospectiva e perspectiva

Perscrutar a utopia concreta como método crítico. Esta proposta de Ernst Bloch (2005 [1959]), certamente associada ao *urbano* de Henri Lefebvre, permeia e dá *sentido* a esta seção final. Nossos sonhos diurnos, por mais que se tente atribuir a eles uma perspectiva escapista, são fundamentalmente instigantes. Naturalmente, mesmo sonhando, há de se ter cada vez mais sobriedade e lucidez, nas palavras de Bloch, ou, nos termos de Lefebvre, perseguir o possível sem perder de vista o “real” e o imediato. É necessária uma transposição (transdução?) sem que nada seja ocultado ou omitido, sobretudo o movimento para a superação.

Nesse processo, estamos interessados em captar, como quis Bloch (2005 [1959], p. 14) “o novo como algo mediado pelo existente em movimento, ainda que, para ser trazido à luz, exija ao extremo a vontade que se dirige para ela. A transposição efetiva conhece e ativa a tendência de curso dialético instalada na história”. Enquanto o “interesse burguês” tenta extenuar a própria vida, trazendo as possibilidades para dentro de seu próprio abismo, a utopia permanece obscura. Seu conceito foi reduzido de maneira exagerada, adquirindo o caráter abstrato e romântico atribuído a todas as utopias *sociais*. “O sonhar para frente [...] ainda não foi refletido”. Dessa forma, o passado estende para frente os seus *conteúdos formais*; o saber se

coloca apenas sobre o que pode ser ou já foi contemplado, dando origem ao nosso “mundo de repetições”, “palácio de fatalidades” (BLOCH, 2005 [1959], p. 16).

A esperança concreta e sóbria, por outro lado, é a portadora do novo possível – apesar de não aparecer assim na história das ciências ou da filosofia –, mas certamente este termo também adquiriu outras conotações que fazem com que este sentido fundamental nos escape. “[N]ecessitamos de um telescópio mais potente, o da consciência utópica afiada, para atravessar justamente a proximidade mais imediata, assim como para atravessar o imediatismo mais imediato” (BLOCH, 2005 [1959], p. 23). “Qual é o ‘novo’ que pede para nascer?” (MONTE-MÓR, 1994, p. 169). Faremos, aqui, um esforço para apontar a novidade, a nova-idade, a nova-*era urbana*.

Partimos de um argumento fundante: “o conceito de cidadania implica o controle sobre a produção e reprodução sociais e a conexão a um destino coletivo territorialmente definido” (MONTE-MÓR, 2004, p. 18). Se a ideia de cidadania – e, por conseguinte, de *direito à cidade* –, originalmente, nos remete à cidade, a explosão da cidade como a conhecíamos implica na dissolução deste conceito? Para Andy Merrifield (2013), sim. O direito à cidade se apresenta como categoria histórica, assim como a cidade que não mais se apresenta como totalidade e não pode ser reivindicada pelo conjunto total de seus habitantes. Contemporaneamente, as lutas que se dão no espaço urbano têm, para Merrifield, uma amplitude maior de transformação não mais circunscrita à cidade. Existem verdades nesse argumento, mas ele não nos parece integralmente verdadeiro. Monte-Mór (2004) já falava de um processo de *cidadania extensiva* via urbanização extensiva. Com a extensão do tecido urbano –detalhadamente descrito da obra de Monte-Mór e apresentado neste trabalho até onde foi possível – se espraia também pelo espaço social o gérmen da *civitas* e da *polis*. A extensão da cidadania, ao invés de sua dissolução, parece mais ajustada à hipótese lefebvriana de urbanização completa da sociedade.

Aqui fazemos coro também com João Tonucci Filho (2015, p. 229), que aborda a questão do direito à cidade sob urbanização planetária ainda como um “chamado político potente”. O autor argumenta, como abordamos anteriormente, que o direito à cidade se traduz em direito à vida urbana, um conceito revolucionário de cidadania. Este direito nos remete ao encontro, à diversidade, ao imprevisível, mas também à importância da obra e da capacidade criadora do *cidadão*. Garantir o direito à cidade é garantir que o espaço não desmorone, é garantir o *urbano* enquanto “espaço de reapropriação da vida cotidiana” (*ibid*, p. 223). Enquanto os “direitos do homem” se ampliaram ao longo do desenvolvimento da civilização, os “direitos do cidadão” foram deteriorados ou ignorados. A cidadania, “relação entre os membros de uma

sociedade com o seu Estado e nação” (*ibid*, p. 226), deveria ser revista e reformulada para além da democracia liberal e dos critérios de nascimento ou residência. Ela deveria incorporar acordos tácitos, desprovida da força jurídica, dos contratos. Ela significa também o direito ao fim do isolamento – e esta é uma questão fundamental que trataremos a seguir –, ao sentido de suas obrigações, ao sentido do urbano.

Edward Soja (2010) argumenta na mesma direção: “A revolução” e “Os direitos universais” são ideias (ideais) muito abstratas e de capacidade transformadora limitada. Podemos pensar em “revolução urbana” apenas no seu sentido extensivo e dentro dos níveis e dimensões adequados, conforme formulou Lefebvre (1999 [1970]). Para o autor, a ideia de direito à cidade segue fundamentalmente importante porque se embasa na tomada do controle, por parte dos cidadãos, da produção social do espaço social. Ela implica em uma consciência e uma atenção para o caráter político do espaço, ou seja, de como o espaço (urbano) pode ser utilizado para criar formas de controle social. Assim, é preciso intervir nesse processo de produção do espaço que domina, controla e coloniza a vida quotidiana, tornando-o o mais justo, daí a ideia de *justiça espacial*.

Mesmo que o direito à cidade tenha se deslocado para as margens na démarche do pensamento lefebvriano – não devemos perder de vista o calor do momento político de 1968 e o apelo que o slogan carregava então –, o autor não o abandonou até o final de sua vida, como se pôde ver nos textos aqui explorados. Por quê? Talvez pela sua percepção de que o direito à cidade funcionasse como uma metonímia do direito à vida urbana, direito ao urbano que se debate para nascer nos rastros da produção de um espaço urbano planetário. Ainda, como negar que, independentemente dos nossos mais eloquentes debates intelectuais, o direito à cidade continue a movimentar e a inspirar movimentos sociais urbanos em todo mundo? Que ele, não reduzido a um direito juridicamente constituído, afirma-se como bandeira de luta contra as múltiplas segregações que se impõem pelas vias da tecnocracia estatal e do urbanismo neoliberal, contra a mercantilização brutal do espaço urbano em curso? (TONUCCI FILHO, 2015, p. 229)

Se o direito à cidade e a urbanização extensiva são capazes de produzir essa *cidadania extensiva revolucionária*, será preciso avaliar em qual medida ela se articula às esferas da vida quotidiana, considerando as especificidades contextuais já mencionadas. Encontramos em Monte-Mór (2004, p. 339) uma primeira articulação fundamental:

As novas articulações entre consumo e cidadania aparecem como processo socioespacial central dentro da complexidade, multiplicidade e hibridismo já mencionados. Enquanto essas novas formas e processos socioespaciais opõem a urbanização à industrialização e impõem urbanismo sobre industrialismo, eles

também impõem preocupações focadas na reprodução coletiva ampliada e condições quotidianas sobre as necessidades dos vários capitais de lucrar no espaço (e através da produção do espaço), desenvolvendo várias formas de resistência que, por sua vez, produzem formas alternativas de modernidade.

Precisaríamos de um novo trabalho para dissecar esta passagem adequadamente, em função dos inúmeros elementos que ela reúne. Mas tomemos alguns pontos substanciais. De início, é preciso perceber o que significa essa articulação consumo-cidadania se a considerarmos em diferentes contextos socioespaciais: uma motocicleta, um roteador *wireless*, um gravador/copiador de CDs e DVDs, uma bicicleta, um computador, uma antena de reprodução de sinal, por exemplo, são consumidos e apropriados da mesma forma em Belo Horizonte, na periferia de São Paulo e em Machadinho D'Oeste? Certamente não. A forma de *apropriação* desse tecido urbano-industrial está intimamente ligada ao componente de *politização* do território enfatizado por Monte-Mór. Opor “a urbanização à industrialização” significa compreender a *urbanização como sentido da industrialização* conforme anunciou Henri Lefebvre. Tomar a industrialização como processo *indutor* significa aceitar o papel fundamental da produção de objetos que, por sua vez, serão consumidos, utilizados. Essa ideia de cidadania incorpora as “preocupações focadas na reprodução coletiva ampliada e condições quotidianas” que, por sua vez, dependem dessas especificidades contextuais. Basta pensar, por exemplo, no papel dos objetos associados às comunicações nas formações das diversas associações na Fronteira Amazônia nos anos 1980.

Em termos teóricos, essa articulação consumo-cidadania faz sentido dentro da definição de espaço de Milton Santos (2002 [1996]) apresentada anteriormente: um conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. No limite, deixamos de lado os jargões de consumo “consciente” ou “sustentável”, com base em certos padrões *absolutos* (frequentemente instrumentalizados pelas empresas para propagandear um mundo melhor, enquanto ele se torna pior) para pensarmos na articulação dos objetos às ações, a essa cidadania radical à qual fazemos referência. Novamente, pensando nos usos desses objetos em diferentes regiões – ou seja, incorporando o hibridismo e a diferença – podemos começar a pensar não em usos alternativos, mas em *contra-usos*, contra-intencionalidades.

[A] noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno (SANTOS, 2002 [1996], p. 90)

O importante é realçar a inseparabilidade entre ação e objeto. [...] A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, a intencionalidade da ação se conjuga com a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território. Lembremo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma cota de imponderabilidade no resultado, devida, de um lado, à natureza humana e, de outro, ao caráter humano do meio (SANTOS, 2002 [1996], p. 94)

Se as significações dos objetos mudam de acordo com tempo e espaço, temos diante de nós um imenso repertório de usos e ações capazes de *burlar a intencionalidade* desses objetos. Se hoje, diante da intensificação do *meio técnico-científico informacional*, o território é cada vez mais carregado de ciência, técnica e informação e os objetos são produzidos com intencionalidades que favorecem atores e racionalidades hegemônicas, essas novas articulações consumo-cidadania parecem um meio de romper com essas intencionalidades e hegemonias.

Além de usos alternativos dos objetos, também podemos fazer usos de objetos alternativos. Tomemos alguns exemplos específicos associados ao meio informacional. A revolução nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) imprime uma nova dinâmica à economia e às relações socioespaciais. A Internet criou um universo informacional sem precedentes<sup>142</sup> que ainda demanda estudos mais aprofundados. Graham (2012) mostra que a digitalização é um processo contemporâneo fundamental uma vez que o digital, o informacional, o local se combinam para produzir espaços aumentados. Várias camadas de conteúdo digital que interagem uns com os outros podem nos ajudar a compreender melhor os lugares e a forma como o espaço social é produzido<sup>143</sup>. Essa intensificação da informacionalização do território produz, para Milton Santos (2002 [1996]), novas formas de cooperação e controle. Se, por um lado, assistimos a uma “expansão destas formas rizomáticas de agregação e encontro” (MAGALHÃES, 2015a, p. 160), por outro nos deparamos com diversos mecanismos de vigilância e controle. É neste ponto que a ação dos usuários é capaz de gerar desvios importantes das intencionalidades: por que utilizar o Windows 10 (sistema

<sup>142</sup> Em 2010, o CEO do google Eric Schmidt abriu sua apresentação na conferência da Techonomy afirmando que, a cada dois dias, criamos uma quantidade de informação equivalente a toda a informação produzida pela humanidade, desde o “surgimento da civilização” até o ano de 2003. Disponível em: <<http://techcrunch.com/2010/08/04/schmidt-data/>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

<sup>143</sup> Como exemplo, basta tomar o conteúdo das redes sociais, os inúmeros artigos da Wikipedia, as mídias sociais como o Foursquare e o Flickr, a multiplicidade e a meticulosidade dos mapas contemporâneos e as plataformas para outras inovações a partir desse georeferenciamento, com *tags* de inúmeras fotos e vídeos sobre diversas perspectivas e escalas diferentes. E claro, tudo isso é trazido para celulares, tablets, computadores e outros dispositivos móveis que intensificam a relação do indivíduo com o lugar.

operacional gratuito da Microsoft que rastreia e absorve *todas* as informações do usuário<sup>144</sup>), quando podemos utilizar o Unix, um dos maiores exemplos de colaboratividade que produziu um sistema operacional livre e cada vez mais amigável ao usuário? Por que utilizar o Facebook, com suas formas explícitas de vigilância e censura, se podemos migrar para outras redes sociais<sup>145</sup>?

Felipe Magalhães (2015a, p. 148) enxerga na articulação entre o espaço digital e o urbano possibilidades de *abertura* no sentido lefebvriano, ou seja, “rachaduras e fissuras no espaço social e no cotidiano que podem ser exploradas como pontos férteis na criação de transformações possíveis”. A Internet, para este autor,

se torna um novo canal criador de rotas de fuga na produção de subjetividades, permitindo que sintonizações ocorram em canais críticos e independentes do circuito de produção e extração de valor do neoliberalismo urbano, trazendo implicações práticas decisivas para a dimensão simbólica (fundamental) da produção do espaço, e renovando as condições do campo de luta pelo direito à cidade.

Ao traçar uma rápida genealogia da produção do espaço digital no Brasil, Magalhães (2015a, p. 160) identifica, com o surgimento das redes sociais em 2004, um aumento do compartilhamento horizontal e descentralizado de informações. A Internet “recriava o espaço da praça pública” com grande “potencial latente de transbordamento para o espaço fora dos computadores e suas redes”. A interação Internet-metrópole promove *aberturas* para “novos vetores no espaço social”, potencializa o sinequismo sojeano e gera possibilidades de uma democracia radical, na qual os meios eletrônicos seriam complementares aos meios presenciais para aprofundar canais de participação e aumentar a exposição dos “mecanismos que impedem a realização da democracia verdadeira” (*ibid*, p. 165). Esta articulação configura, ainda, uma “potente base para a mobilização de estratégias voltadas para o direito à cidade neste novo contexto” (*ibid*, p. 165), o que nos leva de volta ao argumento de João Tonucci Filho (2015) e à tenacidade do direito à cidade sob urbanização planetária. Por outro lado, se considerarmos esse caráter planetário da urbanização, ao destacar a relação entre Internet e *metrópole* (e sua capacidade de “fazer multidão”, como em Junho de 2013), Magalhães (2015a) deixa de lado a relação entre Internet e as paisagens operacionais de urbanização extensiva. Em outras palavras, se existem particularidades importantes e potencialmente transformadoras na articulação

<sup>144</sup> “Using Windows 10? Microsoft is watching.”. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/windows-10-recording-users-every-move-358952>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

<sup>145</sup> Como por exemplo a TSU (<http://www.tsu.co>), cujo compartilhamento é censurado no Facebook.

Internet-centralidade, também não é verdade que podemos encontrá-las na articulação Internet-tecido urbano *informacional* estendido? Estaríamos assistindo a uma nova rodada da urbanização extensiva, dessa vez *informacional*? A colonização das paisagens operacionais também se dá em termos informacionais? Como se dá o adensamento do espaço digital para além das metrópoles?

Quais foram os efeitos sobre a vida cotidiana do cidadão que reside em uma área recém digitalizada? Como ele interage com a informação? Ele faz compras *online*? Usa *Internet Banking*? Ou ele é um microempresário que agora participa do e-commerce e exporta seus produtos para outras regiões? Ele utiliza serviços digitais públicos e privados? Ele produz conteúdo *na sua região sobre a sua região*? Como isso afetou o que Milton Santos (1994) chamou de *tempo do cotidiano*? Ele é mais acelerado? De fato, como destaca Magalhães (2015a, p. 167), é necessário um esforço de teorização “acerca de implicações da expansão e do aprofundamento deste espaço sobre o espaço socialmente produzido”, que “abrem algumas possibilidades para o pensamento crítico acerca da produção do espaço na contemporaneidade”.

De qualquer forma, é possível encontrar alternativas na articulação entre os espaços digital e urbano. O que Magalhães (2015a) chamou de adensamento do espaço digital poderia nos guiar para uma nova *estratégia urbana*, como formulou Lefebvre, para a *revolução urbana*, não mais confinada aos sindicatos e ao espaço fabril, mas ao espaço social como um todo. Nesse sentido, é possível que a informacionalização amplie o deslocamento lefebvriano e que este espaço digital seja também arena de batalha a ser disputado. É apenas uma “classe trabalhadora” que é alvo dos mecanismos de controle social informacional contemporâneos advindos do aumento da conectividade? Ou temos também uma classe média-alta vivendo sob vigilância, com um cotidiano bem ordenado, com suas informações *online* extraídas e vendidas, com indicações diários de “qual trajeto percorrer”, “qual produto comprar”? Não é verdade que, como colocava Milton Santos (1994) há mais de 20 anos, que a informacionalização aumenta a propagação de racionalidades hegemônicas?

Essa racionalidade supõe contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos “modernas” e, do ponto de vista social, nas minorias. As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas, sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na mesma medida em que os pobres delas também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade. (SANTOS, 1994, p. 53).

Parece claro que a revolução cabe aos cidadãos, na produção e na defesa das contraracionalidades e, argumentamos, em burlar a intencionalidade dos objetos. Caso contrário, valerá o argumento nostálgico do “retorno” ao meio natural, como discutido anteriormente. Este argumento implicitamente quer dizer que um determinado sistema de objetos *implica* um determinado sistema de ações; ele quer dizer que determinado equipamento do território inevitavelmente se traduz em uma conduta. Em outras palavras, se não é possível contornar a intencionalidade dos objetos (urbano-industriais-informacionais contemporâneos), a única solução seria acabar com estes objetos – parte da crítica de Lefebvre a Mumford vislumbrando a cidade antiga no futuro. Ora, mas não existem outras *possibilidades* de ação coletiva? Estamos condenados às racionalidades hegemônicas homogeneizantes do espaço abstrato em função do aprofundamento do meio técnico-científico informacional? Estamos de volta ao “palácio das fatalidades”?

Somente uma maneira de pensar direcionada para a mudança do mundo, que municia com *informação* este desejo de mudança, diz respeito a um futuro que não é feito de constrangimento (futuro como o espaço de surgimento inconcluso diante de nós) e a um passado que não é feito de encantamento (BLOCH, 2005 [1959], p. 18, grifo nosso).

Parece-nos pouco razoável assumir que há alguma relação determinística entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Assim como a extensão do urbano-industrial que produziu os “encontros tardios” na floresta de *tempos espaciais* radicalmente distintos também se traduziu em *ações* locais em função da politização do território, o aprofundamento do meio técnico-científico informacional (em uma pretendida nova rodada de urbanização cada vez mais carregada de informação) também abre possibilidades como resultado da heterogeneidade e do hibridismo político-cultural. O consenso que parece haver – remetendo-nos de volta ao argumento lefebvriano levantado por João Tonucci Filho (2015) do direito ao fim do isolamento – é que, “enquanto a urbanização se estende a todas as partes do território nacional, as condições de isolamento tendem a desaparecer” (MONTE-MÓR, 2004, p. 241).

Por um lado, considerando a extensão do processo de urbanização – agora, pretensamente, planetário – podemos falar em um *dever* (ao contrário de um direito) ao fim do isolamento. Garantir esse direito seria, também, dar condições para que o afastamento da realidade urbana-industrial-informacional persista, caso seja esse o desejo do indivíduo. Ao mesmo tempo que parece desejável incluir toda a sociedade (urbana) na luta contra as forças homogeneizantes hegemônicas, o fim do que estamos chamando de isolamento deveria ser uma

escolha, sobretudo pelas diversas formas excludentes e violentas pelas quais se dá essa extensão do tecido urbano. Por outro lado, como coloca Monte-Mór (2004), da necessidade e da criatividade surgem, em um espectro positivo da urbanização extensiva, *novas formas de integração econômica e social*.

Harley Silva (2015) argumenta nessa mesma direção e discorre sobre a relação entre urbanização e desenvolvimento tomando o *urbano* lefebvriano e a economia da Amazônia como principais referenciais prático-teóricos. O autor retoma as origens da cidade e seu papel essencial na mediação da relação homem-natureza, na vida econômica (conhecimento, técnica, sofisticação, diversificação) e na luta contra as forças hegemônicas. A cidade, desde seu início, media as formas de socialização e apropriação da natureza, longe de negá-la. Ela representa o *adensamento da experiência*, lugar onde eventos esporádicos se tornam perenes, onde a experiência se torna coletiva e codificável.

A ideia de que exista sociedade urbana em formação, anuncia a superação das tendências redutoras da indústria. Recupera elementos da vida na polis, na civis, no burgo, nas cidades orientais, nas formas urbanas aborígenes da floresta tropical (Risério 2012), entre outras, que a difusão do urbano industrial destruiu, marginalizou ou pôs em risco de morte (*ibid*, p. 332).

Para Silva (2015), o *urbano* enquanto espaço de reprodução e conservação está profundamente associado à reconstrução constante da base material *natural*. Essa relação simbiótica urbano-natural é capaz de produzir novas formas de integração econômicas e sociais rumo a um novo conceito de *desenvolvimento* conduzido, sobretudo, pela vastidão da biodiversidade. “Se a sobrevivência do capitalismo depende do controle sobre o espaço e a vida cotidiana, haverá algo a dizer sobre o peso de ambos na persistência do subdesenvolvimento” (*ibid*, p. 332).

A partir do argumento de Celso Furtado de que a dinâmica tecnológica das economias periféricas contribui para a manutenção da dependência, Harley Silva (2015) discute a veracidade dessa disparidade tecnológica. A difusão de um padrão (hegemônico) de consumo faz com que uma demanda local seja influenciada por padrões produtivos externos, apesar de todas as particularidades locais. Em outras palavras, os padrões de oferta advindos de uma “outra realidade” são apresentados, com pouco ou nenhum sucesso, para os problemas da vida cotidiana local que convive lado a lado com a *precariedade*. Ou seja, os problemas mais triviais da esfera cotidiana estão desarticulados ao aparelho produtivo. Isso significa que, ao contrário do que se argumenta frequentemente, grande parte dos transtornos cotidianos não

estão associados a uma falta de recursos, mas sim a essa desarticulação entre a produção e as necessidades locais.

Mas por que as necessidades *locais* não incentivam a criação *local*, ou, em termos jacobinos, a geração de *trabalho novo*? Por que se espera, tão frequentemente, por uma alternativa externa, usualmente associada ao *high tech* e às mediações do *mercado*? “O desgaste ou falha de um artefato *high tech* cria um beco sem saída” (*ibid*, p. 334). Nesse ponto, Silva (2015) é enfático na defesa da improvisação cotidiana para soluções dos problemas cotidianos: é preciso levar a *gambiarra* a sério! A compreensão das falhas de determinados *objetos* é capaz de abrir portas à criação de trabalho novo localmente, de direcionar a economia local para um desenvolvimento verdadeiramente endógeno, isso porque existe uma “íntima conexão entre a improvisação cotidiana e o próprio fenômeno do desenvolvimento” (*ibid*, p. 335). Dito de outra forma, “[s]e o trabalho novo nasce do trabalho velho (Jacobs, 1969), cada esterilização desse movimento, como no caso das gambiarras, é um curto-circuito nas possibilidades internas de autotransformação” (*ibid*, p. 335).

Em nossa perspectiva, a proposta de Harley Silva (2015) vislumbra no horizonte possibilidades emancipatórias, dialoga com os dribles sobre a intencionalidade dos objetos e com a produção de contra-racionalidades, uma vez que este projeto de desenvolvimento e de criação é visceralmente embasado nas *diferenças* e na negação tanto dos padrões hegemônicos de consumo, quanto do discurso do *progresso*. Para Silva (2015, p. 337), existe uma “identificação folclórica entre os sinais de urbanização e a chegada do progresso, assim como a desilusão com as mudanças que se seguem.”<sup>146</sup>.

As mudanças vislumbradas no horizonte, em Silva (2015, p. 339), não perdem de vista o imediato e o “real”. O autor apresenta a condição atual da economia do açaí, um elemento da biodiversidade (local) estabelecida por povos nativos, produzido e reproduzido pela população mestiça e parte integrante essencial da base material. Contemporaneamente, o açaí penetra a vida urbana através das ações e atividades do circuito inferior da economia urbana amazônica, *naturalmente* interligada à economia internacional. Constantemente transformado (sofisticado, diversificado, com novos derivados), o açaí perdura e constitui parte fundamental da economia amazônica, tanto na relação com a região, quanto como artigo de exportação.

Longe de ser uma atividade “isolada” da economia capitalista internacional, a economia do açaí retratada por Harley Silva (2015) apresenta uma especificidade fundamental: a

---

<sup>146</sup> Voltamos ao exemplo do asfaltamento da estrada de Milho Verde. A urbanização trará o progresso nefasto e a destruição da natureza ou existem formas de regulação local, embasada na articulação e na organização da comunidade, para que impedir ou dificultar a “desilusão com as mudanças que se seguem”?

incorporação da biodiversidade e sua conseqüente diversificação e endogeneização potencial são permitidas e garantidas pelo *circuito inferior* da economia amazônica. A ideia dos *dois circuitos da economia*, originalmente desenvolvida por Milton Santos, é também central para o argumento de Sibelle Diniz (2015, p. 461) que apresenta a *economia popular e solidária* como “produtora de ‘espaços de fronteira’, produtores de tipos distintos de subjetividade e de sociabilidade”.

Segundo a autora, o circuito inferior é intensivo em trabalho, geralmente baseado no trabalho familiar e autônomo de pequena escala. Por sua grande articulação com a cidade e com a região, ela apresenta maior potencial criativo – conforme explicitado também em Silva (2015) – e maior flexibilidade de mão de obra, justamente pelos vínculos informais mantidos. A capacidade de adaptação desse circuito às mudanças conjunturais é facilitada pela *precariedade* de suas instalações, ou seja, a “mudança de atividade é facilitada pela pequena quantidade de capital investido” (DINIZ, 2015, p. 450). Esta condição nos remete diretamente à tensão entre *arranjo e fluidez* apresentada por Felipe Magalhães (2008) com base nas formulações de David Harvey e Neil Brenner. Por um lado, “o capital busca permanentemente a aceleração dos tempos mínimos necessários à sua realização através da supressão de barreiras espaciais” (MAGALHÃES, 2008, p. 23), mas, por outro, necessita de configurações fixas e imóveis para assegurar tal aceleração. Utilizando o exemplo de empresas multinacionais, o autor mostra que, apesar de sua perspectiva global, estas organizações precisam se adaptar às condições (sociais, políticas, culturais, econômicas) locais. Este processo demanda esforços por parte dessas empresas para exercer maior poder localmente, o que se traduz na exploração e na transformação dos arranjos espaciais locais, seguramente amparada pelo Estado.

Nesse sentido, a flexibilidade do circuito inferior em função dos vínculos informais locais e de instalações precárias dá a ele a possibilidade de conviver harmoniosamente com esses arranjos espaciais locais, tomados como barreira pelo capital para sua realização. No *circuito superior* intensivo em capital, imitativo e focado na acumulação, como descreve Diniz (2015), se moldam os parâmetros da divisão internacional do trabalho: as finanças, a técnica, a informação. Com a mudança no regime de acumulação a partir dos anos 1970, a reestruturação no mercado de trabalho (flexibilização e desemprego) criou oportunidades para as formas produtivas de pequena dimensão, inclusive nos países centrais. A economia popular se estabelece como alternativa ao emprego assalariado através das relações de parentesco e dos

vínculos pessoais *não intermediadas* pelo mercado<sup>147</sup>. Ela se caracteriza pela unidade doméstica que organiza as capacidades e os recursos, mas também pelas relações mercantis. A economia solidária, por sua vez, é caracterizada pela cooperação, pelo uso *comum* dos meios de produção, pela autogestão – elemento central para a emancipação em Henri Lefebvre – e se coloca como “alternativa pós-capitalista fundada em relações de solidariedade internas e externas aos empreendimentos” (DINIZ, 2015, p. 457). A autora enfatiza o caráter emancipatório pela possibilidade de controle do tempo de trabalho e do processo produtivo por parte do trabalhador. Nessa configuração, se expandem os potenciais de conhecimento e de formação de redes baseados nos vínculos pessoais.

Para Sibelle Diniz (2015, p. 459), os diferentes graus de hibridismo presentes nas organizações de economia popular e solidária tornam a heterogeneidade um recurso essencial que supera seu caráter econômico, ao transformá-las em força social e política através da reciprocidade e da solidariedade. A “diversidade de lógicas” que compõe esse espectro heterogêneo garante a sobrevivência daqueles que não são absorvidos pelo mercado, além de criar outros atores sociais não hegemônicos. Por fim, conclui Diniz (2015, p. 461), para compreender a força desse projeto emancipatório é preciso superar o modelo de ciência moderno e olhar para “os discursos inviabilizados pelo paradigma de conhecimento hegemônico”. Caso contrário, estaremos sempre diante do risco da reorientação das atividades socioeconômicas para a maximização individual e exploração. E como escapar às racionalidades hegemônicas, ao *espaço abstrato*, fragmentado, que mascara as diferenças e impõe a homogeneidade em oposição ao recurso da heterogeneidade apresentado por Sibelle Diniz (2015)?

Carolina Herrmann Coelho-de-Souza (2015, p. 369) desenvolve a ideia de *espaço da resistência*, a partir de seu envolvimento no conflito ambiental na Serra do Gandarela, como elo entre o espaço abstrato e diferencial de Henri Lefebvre, como o movimento do possível-impossível para transformação da *prática social*. Para tal, a autora parte das formulações de Pierre Bourdieu acerca de seu conceito de *doxa* (Figura 5). Segundo Coelho-de-Souza (2015, p. 380), “toda ordem estabelecida tende a produzir a naturalização da sua própria arbitrariedade para conservar sua estrutura”. Frequentemente, sente-se que “não há nada a fazer” e, em cada conversa aparentemente trivial, no bojo da vida cotidiana, se valida essa mesma ordem. Tudo parece evidente. A experiência dóxica, afirma a autora, não se pensa como uma crença;

---

<sup>147</sup> Como argumenta Harley Silva (2015), é preciso dissociar as noções de “economia” e “mercados”. Como afirmou Jane Jacobs (2011) em entrevista recente, “economy is what people do to make their living”.

concorda-se com a *doxa*, “o ‘tido como certo’, o inquestionável, o indiscutido” (*ibid*, 381), apenas agindo de acordo com essas convenções sociais.

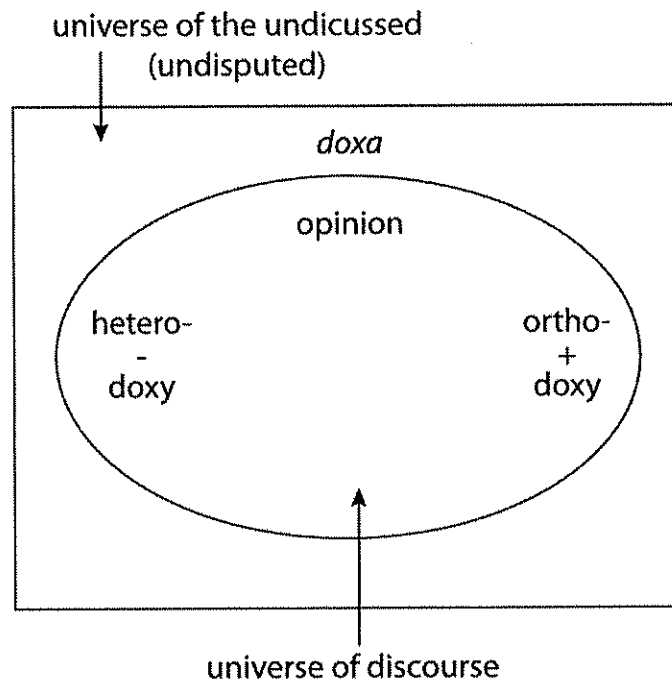


FIGURA 5 - A representação da *doxa*

Fonte: Bourdieu (2006) adaptado por Coelho-de-Souza (2015)

Assim, de um lado, se posiciona a *ortodoxia*, “a maneira oficial, correta de falar e pensar o mundo, ‘impõe censuras’ e ‘esconde a oposição’ entre a opinião correta e a errada e, assim, delimita o universo das possibilidades de discurso” (*ibid*, 382). Do outro lado está a *heterodoxia*, que critica a ortodoxia trazendo à tona (mediando) as alternativas não apresentadas pela ordem estabelecida. À crítica cabe o papel de expor os conflitos e contradições, questionando e discutindo o inquestionável e o indiscutível. Diante das tentativas de dominação e colonização, é preciso transformar as *categorias de percepção* – argumento próximo ao de Kanishka Goonewardena (2005) na caracterização do sensorio urbano e da mediação (desvendamento) de ideologias. Segundo Coelho-de-Souza (2015, p. 384), a luta e a consciência política perpassa a posse dos “meios materiais e simbólicos” para rejeitar as imposições, as dominações e as censuras tomadas como certas, naturalizadas, incorporadas no senso comum.

Nesse sentido, a autora entende como central a ideia de *diferença* em Lefebvre como “transgressão, subversão e superação da própria *doxa* do espaço abstrato” (*ibid*, p. 386). Dessa forma, assim como Bourdieu, Coelho-de-Souza propõe uma representação gráfica do *espaço da resistência* (Figura 6).

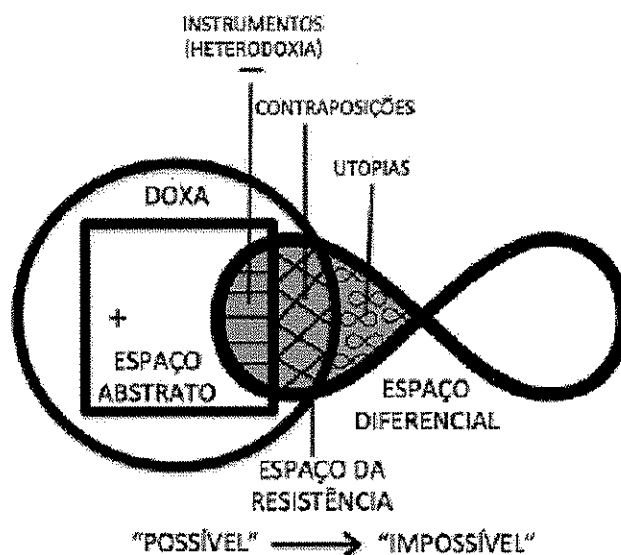


FIGURA 6 - O espaço da resistência e suas três representações

Fonte: Coelho-de-Souza (2015)

O espaço da resistência trafega dialeticamente entre o espaço abstrato e o espaço diferencial. Este último, por sua vez, se posiciona no interior do espaço abstrato por sua presença na *prática social* (instrumentalizado pela heterodoxia para deslegitimar a *doxa*) e para transformá-lo a partir das aberturas e interstícios advindos de suas contradições. Dentro da *doxa* e fora do espaço abstrato, o espaço da resistência realiza o momento de *contraposição* a ele, mas fora de seus domínios, cristalizando a discordância que surge da crítica (COELHO-DE-SOUZA, 2015).

As possibilidades advindas do questionamento dessa “única realidade possível” – para Lefebvre e Bloch, o imediato; para Bourdieu, a *doxa* – constituem o campo da *utopia*, que gera movimento rumo à diferença lefebvriana. Nele, “o pensar e o sentir se libertam de qualquer censura imposta e se expressam livremente e de múltiplas formas” (*ibid*, 387).

A representação da utopia no espaço de resistência é, portanto, quando o impossível do espaço abstrato é vislumbrado como possível fora dele; é a utopia-concreta de Bloch (1977); portanto, a utopia está do lado de fora da *doxa* (*ibid*, 388)

Como prosseguir para a libertação e livre expressão a que Carolina Coelho-de-Souza (2015) se refere? Existe um primeiro passo para transformar as categorias de percepção? À que

estão associadas nossas representações? Aqui parece se colocar um dos raros consensos presentes neste trabalho: precisamos de *outras palavras*.

Se não podemos produzir uma nova teoria, e eu concordo que isso não é fácil, podemos pelo menos encontrar novas palavras [...] Se encontrarmos novas palavras, podemos ter esperanças de produzir uma estrutura de compreensão. Sem uma estrutura, quaisquer meios de instrumentalização são fúteis (KOOLHAAS, 2007 *apud* MERRIFIELD, 2014, p. 164, tradução nossa<sup>148</sup>)

Brenner e Schmid (2015) reivindicam uma nova *epistemologia* do urbano, não apenas capaz de aumentar nossa compreensão acerca do fenômeno urbano contemporâneo, mas igualmente capaz de aumentar a habilidade de atuação coletiva. Declarar a urbanização completa, para esses autores, traz consigo a demanda de criar novas categorias e termos de diferenciação: “um novo vocabulário sobre urbanização é necessário” (BRENNER e SCHMID, 2013, p. 21).

Para John Friedmann (2014) e David Harvey é necessária uma *linguagem adequada*: “[é] vital que a linguagem na qual a problemática urbana está inserida seja transformada, mesmo que apenas para liberar toda uma série de possibilidades conceituais que podem, caso contrário, serem ocultadas”, além de permitir a discussão acerca de “futuros possíveis” (HARVEY, 2014 [1996], p. 63).

Andy Merrifield (2014, p. 166) argumenta que as categorias direcionam o nosso pensamento e intensificam a problemática do *campo cego*. É preciso mudar as palavras para mudar de perspectiva; abandonar “a linguagem e dos conceitos tradicionais do crescimento urbano”.

O diagnóstico parece se afirmar também entre os autores do Sul. Para Milton Santos (1994, p. 178), precisamos “saber o que é cada objeto, no que ele difere, para saber o que permite, o que autoriza, o que proíbe”. Harley Silva (2015) enfatiza a necessidade de dissociações frequentemente reproduzidas, entre industrial e urbano, entre tecnologia e *high tech*, entre conhecimento e saber científico, entre economia e mercados. Nas palavras de Sibelle Diniz (2015, p. 461), precisamos “expandir as concepções de economia, de tecnologia, de ação política e de desenvolvimento”.

---

<sup>148</sup> If we cannot produce a new theory, and I agree it is not easy, we can at least find new words [...] If we find new words we can hope to produce a framework of understanding. Without a framework, any means of instrumentality are futile.

Essa necessidade é absolutamente explícita no texto “Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano” de Roberto Monte-Mór (2015, p. 55), introduzido da seguinte forma:

Começar um texto com essas palavras desgastadas – mas que devem permanecer entre nós ainda por muito tempo – implica ressaltar que é preciso re-significar velhos conceitos se queremos explorar algumas das transições epistemológicas e ontológicas necessárias para se avançar na compreensão das mudanças que vemos acontecer no mundo contemporâneo. Seria ótimo contar com novas/outras palavras para discutir a produção do espaço (urbanização), a natureza humana e não humana (sustentabilidade), e as transformações desalienadas do mundo para a emancipação social dos povos (desenvolvimento). Mas elas ainda não existem de fato, e isto indica que vivemos um momento de transição entre modos de organização social, política e econômica, para não ousar falar em transição de modos de produção. Ademais, parece evidente que grandes narrativas como modernidade, progresso e sociedade industrial estão em crise, assim como a crise de conceitos assolava o século XIX quando o capitalismo se impunha como o paradigma que até hoje informa a essência das nossas decisões e opções societárias. Vamos em frente, pois.

Vamos em frente, de fato, perseguindo todas as possibilidades apontadas até aqui, trabalhando em torno da *problemática urbana*, afastando os determinismos e, de uma vez por todas, o corporativismo, “a imobilização das relações” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 25). Cantemos em uníssono com Ester Limonad (2015): os problemas urbanos não devem ser entregues aos especialistas para que possam ser por eles “resolvidos”. Como esclarece a autora, o urbanismo tem a cidade como domínio e um projeto de cidade como fim.

O planejamento, por sua vez, abrange um terreno mais amplo, mas frequentemente se subordina à *lógica da forma*, “sem refletir sobre seu papel na sociedade e na produção do espaço social” (*ibid*, p. 97). Se ele flerta com um “reducionismo acrítico”, tende ao tecnicismo, sem incorporar as “contradições inerentes ao próprio capitalismo, nem o caráter dialético e estrutural de muitas questões que se colocam” (*ibid*, p. 99), ele não mais nos interessa. Para a autora, as contribuições possíveis do planejamento estariam ancoradas em uma “economia política do espaço social, em propostas de contra-planejamento”, à la Lefebvre, com foco nas “alternativas de apropriação do espaço social na esfera do cotidiano, na esfera de reprodução da vida material na ordem próxima” (*ibid*, p. 99). As possibilidades emancipatórias no campo do planejamento, alinhado aos interesses do Estado, parecem bastante reduzidas, sobretudo se levarmos em conta o caráter disruptivo do *possível-impossível* que tomamos aqui até como fundamental. “O utópico coincide tão pouco com o romance do Estado que a *filosofia* (uma totalidade às vezes quase esquecida) faz-se necessária para fazer jus ao que se designa como utopia” (BLOCH, 2005 [1959], p. 25).

Contudo, podemos recorrer ao que Limonad (2015, p. 98) chamou de *urbanismo crítico*, que não privilegia a *lógica formal*, que “incorpora a participação e o conhecimento dos grupos envolvidos para a definição de soluções alternativas” em uma perspectiva transdisciplinar. Mas se os limites do urbanismo estão confinados à cidade (que explodiu) e o citadismo não mais nos interessa, parece que vamos precisar de *urbanistas extensivos*, assim como de economistas, geógrafos, historiadores, sociólogos, linguistas, filósofos, ecólogos, estatísticos, demógrafos, matemáticos; todos sempre sob uma perspectiva *crítica*, sempre ancorados simultaneamente na *praxis* urbana e na virtualidade iluminadora, sempre partindo das *diferenças*.

Com este último capítulo que contrapõe formulações distintas acerca do urbano e da urbanização, queremos dizer que a revolução urbana se sobrepõe à realidade urbano-industrial; que a questão da reprodução se sobrepõe à da produção e que a dimensão ambiental prevalece sobre a lógica produtivista da indústria; que os sonhos diurnos, a simultaneidade e o encontro são fundamentais justamente diante dos mecanismos de alienação, de ordenamento da vida cotidiana e produção de ideologias e racionalidades hegemônicas. Queremos dizer que, além da colonização e da dominação das aglomerações urbanas sobre as paisagens operacionais, existem novas formas de integração econômicas e sociais, existe o recurso da heterogeneidade e do hibridismo sociocultural. Queremos dizer que o processo de *explosão* implica extensão do tecido urbano e modernização estrutural, mas também significa *cidadania extensiva*, politização urbano-utópica. E ainda, que a *implosão* não se traduz em adensamento, tamanho, competição e fortalecimento da lógica industrial; ela quer dizer *praxis* da centralidade urbana, quer dizer disputa pelo *poder*, pelo *excedente* e fortalecimento da  *festa* também como forma de (re)ativação dos símbolos e sonhos coletivos contra a ameaça dessa lógica industrial.

## REFERÊNCIAS

- ANGELO, Hillary; WACHSMUTH, David. Urbanizing Urban Political Ecology: a Critique of Methodological Cityism. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 372-385.
- BATTY, Michael. *The New Science of Cities*. Cambridge: MIT Press, 2013.
- BEAUDRY, Catherine; SCHIFFAUEROVA, Andrea. Who's right, Marshall or Jacobs? The localization versus urbanization debate. *Research Policy*, [s.l.], v. 38, n. 2, p.318-337, mar. 2009.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1959].
- BRENNER, Neil. What is critical urban theory? *City*, [s.l.], v. 13, n. 2-3, p.198-207, jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. *The Urbanization Question or the field formerly known as urban studies*. 2011. Aula inaugural ministrada na Harvard Graduate School of Design. Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/videos/the-urbanization-question-or-the-field-formerly-known-as-urban-studies/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Introducing Urban Theory Lab*. 2013. Aula inaugural ministrada na Harvard Graduate School of Design. Disponível em: <[http://www.urbantheorylab.net/site/assets/files/1054/140202\\_utl\\_pamphlet\\_corrected\\_dani\\_and\\_neil\\_v6.pdf](http://www.urbantheorylab.net/site/assets/files/1054/140202_utl_pamphlet_corrected_dani_and_neil_v6.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2015
- \_\_\_\_\_. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014a.
- \_\_\_\_\_. Urban theory without an outside. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014b. p. 14-30.
- \_\_\_\_\_. Theses on Urbanization. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014c. p. 181-202.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary Urbanization. In: GANDY, Matthew. (Ed.) *Urban Constellations*. Berlim: Jovis, 2011. p. 10-13.
- \_\_\_\_\_. The 'urban age' in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 38, n. 3, p. 731-755, 4 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, abr. 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Combat, Caricature & Critique in the Study of Planetary Urbanization*. 2015b. Urban Theory Lab, Graduate School of Design, Harvard University. Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/publications/>>. Acesso em: 10 mai. 2015.
- CASTELLS, Manuel (1972). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: EVANS, Peter. *Livable cities?* Berkeley: University of California Press, 2002.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina Herrmann. O Espaço da Resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henri Lefebvre. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 369-392.

COSTA, Geraldo Magela. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 19-40.

DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. Londres: Verso, 2006.

DATAFOLHA. *Ranking prefeitos*. 29 ago. 2012. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/rank\\_pref\\_28082012.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/rank_pref_28082012.pdf)>.

DIENER, Roger; HERZOG, Jacques; MIELI, Marcel; MEURON, Pierre; SCHMID, Christian. *Switzerland: An Urban Portrait*, v. 1-4. Basel: Birkhäuser, 2006.

DINIZ, Sibelle. Economia Popular e Solidária na Contemporaneidade: a heterogeneidade como recurso. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 449-464.

FRIEDMANN, John. Becoming Urban: On Whose Terms? In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 551-560.

GANDY, Matthew. Where does the city end? In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 86-89.

GLASSMAN, Jim. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 30, n. 5, p. 608-625, 1 out. 2006.

GOONEWARDENA, Kanishka. The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode*, [s.l.] v. 37, n. 1, p. 46-71, jan. 2005.

\_\_\_\_\_. The Country and The City in the Urban Revolution In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 218-231.

GRAHAM, Mark. *Internet and Information Geographies*. 2012. Apresentação realizada no TEDx Bradford. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=33kIWwQZ5IO>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

GRAHAM, Mark; SABBATA, Stefano de; ZOOK, Matthew A.. Towards a study of information geographies: (im)mutable augmentations and a mapping of the geographies of information. *Geo: Geography and Environment*, [s.l.], v. 2, n. 1, p.88-105, jun. 2015.

HARVEY, David (1973). *Social justice and the city*. Athens: The University of Georgia Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *The Condition of Postmodernity: an Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell, 1990.

\_\_\_\_\_. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. Londres: Profile Books, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Geographer's perspective on the New American Imperialism*. 2004. Série Conversations with history. The Institute of International Studies, The University of California at Berkeley. Disponível em: <[https://youtu.be/02eskyHJY\\_4](https://youtu.be/02eskyHJY_4)>. Acesso em: 18 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Reading Marx's Capital Volume I with David Harvey*. 2007. Video-aula n. 12 ministrada na CUNY Graduate Center, Nova Iorque. Disponível em: <<http://davidharvey.org/reading-capital/>>. Acesso em: 2 out. 2015.

\_\_\_\_\_. (1996). Cities or urbanization In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 52-66.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADES REBELDES, 2015, São Paulo. *Videos*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/imprensaboitempo>>. Acesso em: 24 out. 2015.

HILL, David R.. A case for teleological Urban form history and ideas: Lewis Mumford, F.L. Wright, Jane Jacobs and Victor Gruen. *Planning Perspectives*, [s.l.], v. 8, n. 1, p.53-71, jan. 1993.

JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *The economy of cities*. Nova Iorque: Vintage, 1969.

\_\_\_\_\_. *Jane Jacobs on the nature of economies*. 2011. Entrevista. Disponível em: <<https://youtu.be/UPNPpdBCqzU>>. Acesso em: 23 set. 2014.

JOURNAL JUSTICE SPATIALE. An interview of Edward W. Soja. *Journal Justice Spatiale*. Paris. 16 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.dailymotion.com/video/xhmujc>>. Acesso em: 22 set. 2015.

KAPOOR, Ravi Shanker. The myth of farmers suicide. *Business Standard*. 21 mar. 2013. Disponível em: <[http://www.business-standard.com/article/opinion/the-myth-of-farmer-suicides-113032100614\\_1.html](http://www.business-standard.com/article/opinion/the-myth-of-farmer-suicides-113032100614_1.html)>. Acesso em: 22 nov. 2015.

KENNEDY, Jonathan; KING, Lawrence. The political economy of farmers' suicides in India: indebted cash-crop farmers with marginal landholdings explain state-level variation in suicide rates. *Globalization And Health*, [s.l.], v. 10, n. 1, p.10-16, 2014.

KENYON, Kathleen. *Digging up Jericho*. Londres: Ernest Benn, 1957.

LEFEBVRE, Henri (1966). *A Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. (1968). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008a.

\_\_\_\_\_. (1970). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. (1972). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. (1974). *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Instituto de Geociências - UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. (1989). Dissolving the city, planetary metamorphosis. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 566-570.

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: Planejamento urbano ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 71-102.

MAGALHÃES, Felipe. Da Metrópole à Cidade-Região: na Direção de um Novo Arranjo Espacial Metropolitano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.] v. 10, n. 2, p. 9-27, 2008.

\_\_\_\_\_. Produção do espaço na cidade do neoliberalismo e novas aberturas no espaço digital. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 145-168.

\_\_\_\_\_. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. 2015. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MCGEE, Terry. The Emergence of Desakota Regions in Asia: Expanding a Hypothesis. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 121-139.

MELLAART, James. *Çatal Hüyük*. Londres: Thames and Hudson, 1967.

MERRIFIELD, Andy. *Henri Lefebvre: A Critical Introduction*. Nova Iorque, Londres: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. *The Politics of the Encounter: Urban Theory and Protest under Planetary Urbanization*. Athens: The University of Georgia Press, 2013.

MIELI, Marcel. Is the Matterhorn City? In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 103-108.

MONTE-MÓR, Roberto. *Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia*. 1980. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Unive, Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. Urbanization, Colonization and the Production of Regional Space in the Brazilian Amazon. In: ENCONTRO DA SIAP – SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN, 16, 1988, San José. *Anais...* San José: SIAP, 1988a.

\_\_\_\_\_. Urbanization, Environment and Rural Settlements in the Amazon. In: ENCONTRO DA AAG – ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. 1988, Phoenix. *Anais...* Phoenix: AAG, 1988b.

\_\_\_\_\_. Extended Urbanization in the industrializing periphery: notes on Brazil. In: ENCONTRO DA AAG - ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. 1989, Baltimore. *Anais...* Baltimore: AAG, 1989.

\_\_\_\_\_. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

\_\_\_\_\_. *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. 2004. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano, University Of California, Los Angeles, 2004.

\_\_\_\_\_. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Texto para Discussão, n. 281. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006a.

\_\_\_\_\_. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.), *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b. p. 61-85.

\_\_\_\_\_. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.) *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 93-114.

\_\_\_\_\_. O tema do desenvolvimento no contexto da Anpur: uma reflexão crítica preliminar. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 107-124, 2013.

\_\_\_\_\_. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 55-70.

MUMFORD, Lewis (1961). *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PARENTE, Raphael; MORAES FILHO, Olímpio; REZENDE FILHO, Jorge; BOTTINO, Nathalia; PIRAGIBE, Pollyana; LIMA, Diego; GOMES, Danielli. A história do nascimento (parte 1): cesariana. *Revista FEMINA*, [s.l.], v. 38, n. 9, p. 481-486, 2010.

PAULA, João Antônio. Prefácio. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 9-11.

ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from off the map. *International Journal Of Urban And Regional Research*, [s.l.], v. 26, n. 3, p.531-554, set. 2002.

ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, [s.l.], v. 43, n. 6, p.819-830, jul. 2009.

SAINATH, Palagummi. Neoliberal Terrorism in India: The Largest Wave of Suicides in History. *Counterpunch*. 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2009/02/12/the-largest-wave-of-suicides-in-history-2/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. The slaughter of suicide data. *Blog de Palagummi Sainath*. 5 ago. 2015. Disponível em: <<http://psainath.org/the-slaughter-of-suicide-data/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

\_\_\_\_\_. (1995). A Questão do Meio Ambiente: Desafios para a Construção de uma Perspectiva Transdisciplinar. *InterfacHES - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, [s.l.] v. 1, n.1, Trad 1, ago. 2006. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/2006-v1-trad-1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015

SATTERTHWAITE, David. Urban myths and the mis-use of data that underpin them. In: BEALL, Jo; GUHA-KHASNOBIS, Basudeb.; KANBUR, Ravi. (Ed.) *Urbanization and development*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 83-100. Disponível em: <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2010-28.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SCHMID, Christian. A Typology of Urban Switzerland. BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014a. p. 398-427.

\_\_\_\_\_. The Urbanization of Switzerland. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014b. p. 268-275.

\_\_\_\_\_. Travelling Warrior and Complete Urbanization in Switzerland: Landscape as Livedspace. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014c. p. 90-102.

\_\_\_\_\_. Networks, Borders, Differences: Towards a Theory of the Urban. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014d. p. 67-83.

SCHUMPETER, Joseph (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Routledge, 1994.

SEVILLA-BUITRAGO, Alvaro. Historical Enclosures and the Extended Urbanization of the Countryside. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 236-259.

SHEPPARD, Eric; LEITNER, Helga; MARINGANTIB, Anant. Provincializing Global Urbanism: A Manifesto. *Urban Geography*, [s.l.] v. 34, n. 7, p. 893-900, 29 jul. 2013.

SILVA, Harley. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 317-342.

SMITH, Michael; UR, Jason; FEINMAN, Gary M. Jane Jacobs' 'Cities First' Model and Archaeological Reality. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 38, p. 1525-1535, abr, 2014.

SOJA, Edward. *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. Nova Iorque: Verso, 1989.

\_\_\_\_\_. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Backwell, 2000.

SOJA, Edward; KANAI, Miguel. The Urbanization of the World. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 142-159.

TAYLOR, Peter; LANG, Robert. The shock of the new: 100 concepts describing recent urban change. *Environment and Planning A.*, [s.l.], v. 36, p. 951-958, 2004.

TAVOLARI, Bianca. Jane Jacobs: Contradições e Tensões. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 16., 2015. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 2015. Disponível em: <<http://xvianpur.com.br/anais/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

TONUCCI FILHO, João Bosco. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: henri lefebvre por uma nova cidadania urbana. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 215-230.

UN-HABITAT (United Nations Human Settlement Programme). *The State of the World's Cities Report 2006/2007*. Londres: Earthscan, 2007.

URBAN THEORY LAB-GSD. Visualizing an Urbanized Planet – Materials. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 460-475.

WACHSMUTH, David. City as Ideology. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 353-371.

WALKER, Richard. Building a better theory of the urban: A response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, [s.l.], v. 19, n. 2-3, p. 183-191, 2015.

### ANEXO A – Moments and Dimensions of Urbanization

|               |                           | D I M E N S I O N S  |  |   |
|---------------|---------------------------|--|--|---|
|               |                           | SPATIAL PRACTICES  | TERRITORIAL REGULATION   | EVERYDAY LIFE   |
| M O M E N T S | CONCENTRATED URBANIZATION | The production of built environments and sociospatial configurations to harness the power of agglomeration   | Rule-regimes and planning systems governing socioeconomic and environmental conditions associated with the power of agglomeration  | The production of social routines, everyday practices and forms of life associated with the power of agglomeration  |
|               | EXTENDED URBANIZATION     | The activation of places, territories and landscapes in relation to agglomerations; the subsequent creation, thickening and stretching of an 'urban fabric' connecting agglomerations to the diverse sites of socio-metabolic and socioeconomic transformation upon which they depend. | Governance systems oriented towards the sociometabolic and socioeconomic processes that support major urban centers and facilitate the thickening and stretching of an urban fabric across territories.                      | The social routines, everyday practices and forms of life that emerge (a) as diverse places, territories and landscapes are operationalized in relation to agglomerations, and (b) as a broader urban fabric is thickened and stretched across territories and scales |
|               | DIFFERENTIAL URBANIZATION | Recurrent pressures to creatively destroy inherited geographies of agglomeration and associated operational landscapes   | Mobilization of state institutions and other regulatory instruments to promote, manage, accelerate or otherwise influence the ongoing reorganization of urban agglomerations and the broader fabric of extended urbanization | The reorganization of social routines, everyday practices and forms of life in conjunction with the creative destruction of built environments and the urban fabric at any spatial scale  |